

SORONDA

*revista
de
estudos
guineenses*



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Nova Série n° 3

Janeiro 2002

SORONDA

revista de estudos guineenses

Nova Série nº 3
Janeiro 2002



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Índice

- Relações entre Fulas e Mandingas nos espaços Gabú e Forreá 5
Mamadú Jao
- Subsídios para o estudo do movimento migratório na Guiné-Bissau 29
Fernando Leonardo Cardoso
- Dimensão ecológica e socioeconómica das zonas húmidas da Guiné-Bissau 51
Aristides Ocante da Silva
- O benefício do fracasso: PAM, ajuda alimentar e sobrevivência local na Guiné-Bissau, 1998-1999 77
Hjalte Tin
- Notas de Leitura 147
Naissance de la religion chez les Balanta
Gérald Gaillard
- Documentos 153
Catálogo Soronda 1986-2000

Os Autores

Mamadú Jao

Mestrado em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, antigo coordenador do Centro de Estudos de História Contemporânea e actual director do INEP.

Leonardo Cardoso

Historiador, coordenador do Centro de Estudos de História e Antropologia do INEP.

Aristides Ocante da Silva

Biólogo, investigador permanente do Centro de Estudos Ambientais e Tecnologia Aplicada do INEP e coordenador do Plano Nacional de Planificação Costeira da Guiné-Bissau.

Hjalte Tin

Investigador do *Center of Development Research* de Copenhaga (Dinamarca).

Gérald Gaillard

Maître de conférence em Antropologia na Universidade de Lille 1, autor de diversos trabalhos sobre as sociedades beafada da Guiné-Conakry e da Guiné-Bissau.

Relações entre Fulas e Mandingas nos Espaços Gabú e Forreá¹

Mamadú Jao

Introdução

J.M. Moreira tem razão quando diz que «falar ou escrever acerca dos Fulas levanta inevitavelmente uma série de problemas cujas soluções não são fáceis de encontrar»². No caso da Guiné-Bissau, esta afirmação é válida também para o povo Mandinga. Duas razões podem servir de suporte explicativo para essa situação: primeiro, se por um lado é verdade que as comunidades Fula e Mandinga fazem parte dos povos africanos sobre os quais existe uma vasta literatura, por outro lado continua a não estar errado dizer que muita coisa sobre a história e cultura desses dois povos aguarda ainda a sua explicação. Tratando-se dos Fulas e Mandingas da Guiné-Bissau, as referências literárias continuam a ser muito escassas. Dos poucos escritos existentes sobre esses dois povos, a maioria data do período anterior à independência do país, ou seja antes de 1974, e, naturalmente, já não reflecte a actualidade da vida e cultura dessas comunidades. De 1974 até a data

¹ Este artigo constitui parte de uma pesquisa do autor que está ainda em curso.

² J.M. Moreira, «Os Fulas da Guiné Portuguesa no panorama geral do mundo Fula», in *BCGP*, n.º 75, Bissau, 1964.

presente quase nada foi publicado sobre a vida e a cultura desses dois povos³.

Daí, também, um pouco a motivação para a presente iniciativa de tentar trazer uma contribuição sobre uma parte da história de duas comunidades étnicas com um relativo peso demográfico, e não só, no quadro do xadrez étnico da Guiné-Bissau, mas cuja importância histórica ultrapassa de longe o espaço geográfico deste país. De recordar que os Fulas e Mandingas juntos somam um pouco mais de um terço do total da população da Guiné-Bissau⁴.

Não é propósito deste trabalho traçar uma história geral dos Fulas e Mandingas; sobre essa matéria já existe uma literatura abundante. A preocupação central deste trabalho é apenas trazer um contributo para uma melhor compreensão da dinâmica histórica dos Fulas e Mandingas do território da Guiné-Bissau, concentrando uma maior atenção nos aspectos ligados à história da sua implantação e inter-relacionamento ao longo dos tempos.

Delimitação de Alguns Conceitos

Sobre a origem do termo Gabú

Quando se ouve falar de Gabú interroga-se sempre: mas de que Gabú se trata? Gabú como uma das nove circunscrições

³ É verdade que há autores que dedicaram alguma atenção a essa matéria, mas na sua maior parte esses esforços continuam a não estar publicados (tem-se, por exemplo, os casos de Carlos Lopes, que escreveu uma tese de doutoramento sobre Kaabu; de Mário Cissoko, historiador guineense que tem investido muito na recolha de dados de terreno sobre a história de uma série de povos da Guiné-Bissau e com uma particular atenção sobre os Mandingas; de Cornélia Giesing, que também tem estado a trabalhar sobre essa matéria).

⁴ Segundo os dados do censo da população de 1991.

civis da antiga Guiné Portuguesa? Gabú enquanto uma das antigas províncias do Império Mandiga do Mali, cujo declínio teve lugar por volta do século XIV, dando lugar a novas unidades políticas autónomas na região oeste-africana? Ou então Gabú como uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau de hoje? Para evitar eventuais equívocos, começaremos por tentar dar alguns esclarecimentos sobre este assunto.

Na opinião de José Mendes Moreira, o termo Gabú não passa de uma deturpação mais ou menos recente da primitiva palavra Cabo que, segundo ele, parece ter a sua origem a partir dos Mandingas⁵. Até por volta dos anos vinte do século passado, Cabo era o termo mais usual⁶. A mais remota referência do termo parece ser de autoria de Duarte Pacheco Pereira, na sua obra *Esmeraldo de Situ Orbis*, quando dizia que «o reino de Gâmbia, também na língua dos mandingas há nome Guabuu» (livro primeiro, cap. 29).

Sabe-se, por outro lado, que o chefe do território do Cabo, ou Farim Cabo, era dos mais poderosos senhores que exerciam domínio sobre as regiões situadas nas margens do rio, e que Cabo tinha por limite norte precisamente tal curso de água. Segundo João de Barros, a esse rio os povos autóctones locais davam o nome de Gambu e os autores portugueses o de Gâmbia⁷. Assim, José Mendes Moreira coloca a seguinte interrogação: será o Guabuu de Duarte Pacheco equivalente ao Gambu de Barros, ao Cabo dos autores seguintes e ao actual Gabú? No *Tratado Breve dos Rios da Guiné* (1594), Álvares d'Almada refere que «os beafadas

⁵ J. V. Caroco, *Monjur, o Gabú e a sua História*, Memórias do CEGP, nº 8, CEGP, Bissau, 1948, p. 6.

⁶ Cf. Vasco Calvet de Magalhães, citado por J.V. Caroco, *op. cit.*, p. 6.

⁷ Cf. Jorge Vellez Caroco, *op. cit.*, p. 7.

obedeciam ao Farim Cabo, bem como também os mandingas do rio Gâmbia da banda de sul»⁸.

Quer estas fontes, quer outras da tradição oral levam a concluir que o primitivo Cabo era bem mais vasto do que a então circunscrição civil de Gabú (da época da Guiné Portuguesa) ou que a actual região administrativa de Gabú (da Guiné-Bissau pós-independência). Esse Cabo atingia «ao norte o Gâmbia, ao sul o Corubal; a Oeste, o Gêba e a Leste se prolongava até ao território da então Guiné Francesa»⁹. Caroço¹⁰, por sua vez, traça as fronteiras do Kabú antigo da seguinte forma: «... nos aparece uma vasta região, conhecida por Kabú, Khabu ou Garbu, contornada ao Norte pelo rio Gâmbia, estendendo-se a Oeste até às vizinhanças da embocadura do rio Casamança - compreendendo quase todo o território do mesmo nome - rio Geba e rio Grande. A Sudoeste era limitada pelo rio Xianga até Farim, a Leste pelo Futa-Jalon, atingindo ao Sul os limites do rio Congon (Cogon), na região de Cam-jafari (Candjafra), na Guiné Francesa». No território da Guiné Portuguesa, abrangia o território então chamado Djola-du ('terra de Djolas'), dos Beafadas, a que os Fulas mais tarde vieram a dar o nome de Foro-ia ('terra livre'), que mais tarde passou a ter a designação de Forreá, Nhalu-Cunda (Nalu-Cunda, terra de Nalús), a região de Cacuié (talvez Cacine?) e as actuais circunscrições de Farim - excepto Oio -, Bafatá e Gabú. A área de Gabú sobre a qual incide o presente trabalho tem os seguintes contornos geográficos: ao Norte, o Senegal; a Leste e ao Sul, a República da Guiné Conakry; a Oeste a Região de Bafatá, e a Noroeste o rio Geba, incluindo uma área de aproximadamente 9000 km².

⁸ *Idem.*

⁹ Cf. José Mendes Moreira, *op. cit.*, p. 7.

¹⁰ J. Vellez Caroço, *op. cit.*, p. 77.

Sobre o topónimo Forreá

O espaço geográfico conhecido hoje com o nome de Forreá corresponde ao antigo território de Bolola, que abrangia o espaço compreendido entre o sul do rio Corubal ao Norte e o rio Cacine ao Sul. Esta zona era habitada por uma amálgama de grupos étnicos, desde Beafadas e Mandingas até Nalús e Landumas - estes dois últimos em conjunto conhecidos também pelo nome de Cocolis -, e só mais tarde por povos Fulas de vários subgrupos¹¹. Este território passaria a ter o nome de Forreá após a conquista fula dos Beafadas e Mandingas. Segundo alguns autores, é um topónimo composto por duas palavras: *fôrro*, do árabe *al-forria*, e *-ia*, sufixo de origem mandinga, significando 'terra de libertos'¹².

Fulas e Mandingas da Guiné-Bissau: Breve Historial

Embora as referências sobre os povos Mandinga e Fula na sub-região oeste-africana sejam de longa data (pelo menos desde o século XIII dentro do espaço do grande Kaabu, no caso dos Mandingas¹³), as informações sobre a presença desses dois povos no território da Guiné-Bissau começam a surgir num

¹¹ Cf. António Carreira, *Os Portugueses nos Rios da Guiné (1500 -1900)*, Lisboa, p. 80 e seguintes.

¹² *Idem.*

¹³ Cf. António Carreira, *Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900)*, p. 80. A ocupação mandinga no Gabú tem lugar no quadro do grande êxodo dos povos sudaneses que outrora se verificara e cujas principais causas foram: a influência das diversas hegemonias sobre os povos de diferentes etnias; o crescimento demográfico; a proliferação de seitas religiosas e o empobrecimento contínuo da região, originado principalmente pela modificação das condições climáticas, que teve imediatas consequências na produção agrícola dos povos da região (Cf. Jorge Vellez Carozo, *Monjur, o Gabú e a sua História* (1948), p. 103.

período muito posterior. As primeiras migrações em direcção ao Sul, ou seja aquelas que tiveram lugar sob a influência do domínio dos Almorávidas, não devem, segundo alguns autores, ter atingido o território da actual Guiné-Bissau¹⁴. Só mais tarde, por causa do comportamento despótico dos imperadores do Mali, que provocou fortes movimentações das populações em direcção ao Sul, começaram a atingir a orla norte do Kaabu. A segunda metade do século XVIII é apontada como a época provável em que a ocupação mandinga começou a tomar grandes proporções no espaço territorial da então Guiné Portuguesa¹⁵.

As convulsões causadas pela ânsia de supremacia do régulo de Mandim, Sum-Djeta-Conati, sobre os Mandingas, começou a fomentar gradualmente o êxodo desses povos em direcção ao Sul¹⁶. Um desses grupos fugitivos era comandado por um líder de nome Hadjeda Sané. Hadjeda e o seu grupo viriam a fundar a povoação de Ba-Djara/Ba-Dari. Deram à região onde se estabeleceram a designação de Nhani-Sandu. De Badjara saíram mais tarde algumas famílias desse grupo, lideradas por Suma Sana, que foram fixar residência no território de um regulado que tinha o nome de Mana, na actual Guiné-Bissau. Ali fundaram a povoação de Cuntim. Hadjeda Sané veio a abandonar depois a localidade de Badjara com uma parte dos seus familiares e foram em direcção a um segundo regulado, este agora conhecido com o nome de Tumaná, onde fundaram uma nova povoação a que deram o nome de Canhaqui. A vida dessas famílias imigrantes continuou a florescer e novas povoações foram sendo criadas

¹⁴ Jorge Vellez Carozo, *Monjur, o Gabú e a sua História*, Memórias do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, nº 8, CEGP, Bissau, 1948, p. 104.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Idem*, p. 95.

por elas nessa região. Em Tumaná foram criadas as povoações de Bamba-Dinca e de Suma-Cunda. Em seguida foi fundada a localidade de Patchana, que viria a dar o nome ao território do actual regulado do mesmo nome.

A Imigração Fula para o Território do Kaabu

O primeiro encontro com os Mandingas foi fraterno

Os Fulas (Fulakundas¹⁷) vieram para o território de Kaabu vindos de Bundu¹⁸ (povoação de Patiné). Daí atravessaram as terras de Badjar e entraram no espaço Kaabu. Em Kaabu fixaram-se primeiramente no regulado de Tumaná de Cima, onde vieram a fundar a povoação de Cuntano. O primeiro encontro com os Mandingas foi fraterno e de paz. Os Fulas foram no início muito bem acolhidos pelos Mandingas, que eram os donos do chão na altura.

À frente da caravana imigrante fula estava Kuntā Meta (Meta era o nome da sua mãe), da linhagem dos Embalokunda. Ele veio acompanhado de muito gado e familiares¹⁹. Entre os familiares estava o próprio pai de Kuntā, o velho Tchikan Embaló, e mais dois irmãos seus: Iero e Paté Meta.

Os Embalokunda permaneceram durante muito tempo em Cuntano, vivendo em paz e sossego, crescendo e prolife-

¹⁷ A expressão *fulakundabê* era e continua a ser ainda o nome dado aos Fulas de Gabú. Ela significava os espaços geográficos a eles concedidos pelos Mandingas para habitação nos primeiros momentos da sua chegada ao território de Gabú.

¹⁸ Uma localidade situada entre o alto Senegal e o alto Gâmbia.

¹⁹ Segundo algumas fontes, antes da chegada de Kuntā Meta aos territórios de Gabú e Forréá já havia um número considerável de elementos fulas nessas regiões, embora de forma ainda pouco organizada. Eles continuavam nómadas e dedicavam-se, como sempre, à pastorícia. Um dos informantes sobre esse assunto é um dos cativos do próprio Kuntā Meta, de nome Mamadjam Jaló (cf. José Mendes Moreira, *Fulas do Gabú*, p. 80 e seguintes).

rando ao lado dos seus acolhedores mandingas. Só mais tarde, como diz José Mendes Moreira,

impelidos por aquela inquietação peculiar à sua raça que não os deixa ficar quedos longo tempo no mesmo sítio, os embalokunda transferem-se para o vizinho regulado de Tchanha onde vieram a fundar a povoação de Cam Cuntã, não muito longe da localidade de Ôco (Ôco Maude), distanciada praticamente a um quilómetro da actual cidade de Gabú²⁰. Essa localidade era mais conhecida entre os autóctones (Fulas) pelo nome de Gabu Sara, e Baladjo pela população Mandinga. Esta mesma povoação passou mais tarde a ter o nome de Nova Lamego, nome que conservou até a conquista da independência em 1974²¹.

A partir dessa altura as relações de boa vizinhança que caracterizavam a convivência entre os imigrantes fulas e os autóctones mandingas começam a deteriorar-se. A nova situação inicia-se sobretudo quando os Mandingas começam a afrontar os seus hóspedes com tributos cada vez mais apertados. A primeira reacção dos Fulas face à nova situação foi a adopção de uma estratégia de retirada gradual das zonas onde as exigências de impostos eram maiores para as zonas onde essas exigências eram menores. Assim, primeiramente começaram a abandonar o território do regulado de Tchanha, indo fixar-se nas terras do seu primeiro acolhimento, no território do regulado de Tumaná de Cima, e foram instalar-se na povoação de Gabu Sara (actual cidade de Gabú). Em Gabú veio a falecer o chefe da família dos Embalokunda, o velho

²⁰ J. Mendes Moreira, *Fulas do Gabú*, Memórias do CEGP, nº 6, CEGP, Bissau, 1948, p. 78.

²¹ Refira-se que a proposta de chamar a Gabu Sara «Nova Lamego» foi lançada pelo tenente A. Leopoldo, que foi durante algum tempo administrador da circunscrição de Gabú. Ele era natural de Lamego (Portugal), por isso propôs este nome. A proposta de base era Vila Lamego. Inicialmente a ideia não encontrou aceitação entre as autoridades oficiais e por isso ela não passou de uma simples proposta na altura. Só em 1948 (portaria de 21 de junho) a povoação de Gabú passa a ser designada Nova Lamego (cf. *Anuário da Guiné Portuguesa*, 1948, pp. 739-740).

Tchikan Embaló (desconhece-se a data). Kuntā Meta, o filho mais velho de Tchikan, passa a assumir a chefia da família. Nessa altura no Gabú aparece um notável e célebre marabu chamado Seiku Umaro. Foi hospedado e muito bem tratado pelos Embalokunda, e vaticinou à família Embalokunda que um dia ela haveria de sair da situação de submissão em que se encontrava, passando a ser gente de primeira categoria naquele espaço²². O marabu disse que era apenas uma questão de tempo, e aconselhou os Embalokunda um pouco mais de paciência.

Quando este prenúncio do marabu chegou ao conhecimento dos Mandingas, estes começaram a ficar preocupados. Na tentativa de encontrar uma solução rápida para a situação melindrosa que aparentava avizinhar-se, os Mandingas decidiram reforçar a sua estratégia política tradicional para desencorajar a permanência dos Fulas nos seus territórios, através de um endurecimento dos impostos. A partir dessa altura tudo passou a ser utilizado como pretexto para aumentar as exigências dos impostos aos Fulas. O único objectivo dessas novas medidas era ver se os Fulas acabariam por desistir e abandonariam a região. Mas estes, confiantes no futuro, continuaram teimosamente a procurar formas de continuar a coabitar com os Mandingas. A única arma de protecção dos Fulas continuou a ser o afastamento estratégico das zonas com maiores problemas para as de uma relativa acalmia.

*A transferência dos Embalokunda
para o território de Cam-Cumba*

Com a deterioração cada vez maior das relações entre Fulas e Mandingas nos regulados de Tchanha e Tumaná, os Fulas

²² *Idem.*

resolveram abandonar aquelas terras, indo fixar-se mais ao Sul, na região de Cam-Cumba, no regulado de Nantchu Braima. Os Fulas bem sabiam que as relações dos régulos de Tchanha e Tumaná com o de Cam-Cumba não eram das melhores. Assim, através do seu chefe Kuntā Meta, os Embalokunda foram solicitar protecção junto de Nantchu Braima, régulo de Cam-Cumba. Como era de esperar, a solicitação dos Embalokunda foi muito bem acolhida e imediatamente aceite pelo régulo Nantchu Braima. Kuntā foi autorizado a fixar-se com a sua gente na povoação de Cam-Cissé.

Os Embalokunda permaneceram em Cam-Cissé durante três anos consecutivos (data desconhecida). O objectivo dos Fulas não era simplesmente encontrar um lugar de refúgio para se livrar dos pesados tributos dos Mandingas, mas também e sobretudo, tentar, a médio prazo, inverter a ordem em termos de correlação de forças na região. O maior desejo dos Fulas era o de um dia saírem da situação de dominados para a de dominantes. Para atingirem este objectivo sabiam que, segundo o prenúncio do célebre marabu com o qual tinham convivido durante algum tempo no passado, tinham simplesmente que ser capazes de aguardar, dando desta maneira tempo ao tempo. De acordo com as recomendações do marabu, os Fulas, para saírem vitoriosos, tinham que começar a contra-atacar os Mandingas a partir do sul do território, ou seja, a partir das terras de Djoladú²³. Mais tarde, depois da conquista fula, o território de Djoladú foi rebatizado com o nome de Forreá. O marabu tinha anunciado à família Embalokunda que os desejos desta libertação, desforra e vingança sobre os Mandingas só se cumpririam depois da

²³ A expressão quer dizer 'terra dos djolas'. Este povo é mais conhecido hoje na Guiné-Bissau pelo nome de Beafadas.

conquista do Djoladú. As guerras e conquistas daquele território deveriam começar a partir da povoação de Guidali (uma povoação ainda hoje existente no sector de Quebo, Região de Tombali)²⁴. Os Fulas começaram a trabalhar para atingir este primeiro objectivo, ou seja, a aproximação e conquista do Djoladú, para depois pensar no objectivo final, que era nem mais nem menos do que a conquista e submissão dos Mandingas a partir do seu próprio território, o Gabú. Para atingir o primeiro objectivo, os Fulas começaram a traçar a estratégia para a ocupação de uma localidade importante do território de Djoladú: a povoação de Guidali.

*Caminhada dos Fulas em direcção a Djoladú
e sua fixação na localidade de Guidali*

Ainda em Cam-Cissé, os Embalokunda souberam que em Djoladú estavam a viver alguns parentes seus (Fulas-dgiabe, Fulas cativos ou ainda Matchubê em futa-fula) e um certo número de Fulas-rimbê (Fulas nobres). A maioria deles pertencia à família Baldé²⁵. Assim, com o pretexto de quere-rem ir procurar e eventualmente viver junto dos seus parentes no território de Djoladú, os Embalokunda, com Kuntã Meta sempre à frente, resolveram deixar Cam-Cissé em direcção à terra dos Djolas. Foram fixar-se precisamente na tão desejada povoação de Guidali. Com a sua instalação em Guidali a dinâmica das relações entre os Fulas e outras entidades étnicas

²⁴ Cf. J. Vellez Carço, *Monjur, o Gabú e a sua História*, Memórias do CEGP, nº 8, CEGP, Bissau, 1948, p. 134.

²⁵ Diga-se que as famílias Embalokunda e Baldekunda foram os dois primeiros subgrupos fulas a chegarem ao território da Guiné-Bissau. Segundo alguns autores, os membros desses dois subgrupos chegaram a essa zona mais ou menos na mesma altura (cf. Jorge Vellez Carço, *op. cit.*, p. 113).

nos territórios de Djoladú e mais tarde mesmo no espaço kaabunké começa a ganhar novos contornos. Os Fulas começam pouco a pouco a deixar de ser de um grupo minoritário e submisso para passarem a ser um grupo com maior expressão política na terra dos outros.

Os Fulas preparam-se para a ofensiva contra os Beafadas

O régulo beafada, Mandjan, tinha nomeado um chefe entre os Fulas (Matchubê) para estar à cabeça de todos os Fulas então residentes no seu território. Este chefe chamava-se Doian, e era um homem rico e muito respeitado dentro da comunidade fula²⁶. Nos primeiros momentos da chegada dos Embalokunda a Djoladú, eles receberam um apoio inestimável desse homem.

Os principais protagonistas das lutas contra Djoladú e mais tarde contra os Mandingas de Kaabu não parecem ter sido os imigrantes fulas da primeira geração, mas sim da segunda em diante. Os mais notáveis nesse processo foram sobretudo os filhos de Kuntã Meta: Tchikam Embaló, Iero Aine e Delo Aine. Sabe-se que foram eles os primeiros a abraçar a religião maometana, através dos contactos que vieram a estabelecer com os Fula-futas de Futa-Jalon (território da actual Guiné-Conakry).

Todas as gerações fulas anteriores no território da Guiné praticavam o animismo, e eram portanto consumidores de bebidas alcoólicas. Com a sua conversão ao Islão, os três irmãos foram baptizados com novos nomes de origem islâmica. Passaram assim a ser chamados Alfa Bácar Guidali, Alfa

²⁶ Cf. José Mendes Moreira, *op. cit.*, p. 81.

Mamadú Paté Coiada e Selu Coiada respectivamente²⁷. Quem contou também toda esta história foi um dos antigos cativos do próprio Kuntā Meta, de nome Mamadjam Jaló, que diz ter conhecido todos os filhos de Kuntā Embaló quando estes ainda eram bebedores e que ele presenciou o momento em que estes se converteram ao Islão²⁸. Ainda segundo esta testemunha ocular dos factos, o filho mais velho de Kuntā, Demba Aine, bebeu álcool até ao fim da sua vida.

*Não distribuição de carne de caça como pretexto para
a declaração de guerra contra os Beafadas*

Segundo a tradição dos Fulas, era hábito repartir os resultados da caça entre os membros da comunidade. Este mesmo hábito veio a ser adoptado pelos vizinhos Beafadas e Mandingas. Um dia, pelo facto de um caçador beafada não ter cumprido com esta obrigação em relação à comunidade fula, esta última encarou essa atitude como um acto discriminatório e este «acidente» foi utilizado como pretexto para a declaração de guerra contra os Beafadas. Quem estava a frente desse contencioso da parte dos Fulas era Alfa Bácar Guidali, que há muito tempo andava a procura de motivos para desencadear a guerra contra os Beafadas. Há muito tempo que Bácar Guidali estava ansioso por assumir o poder nesses territórios²⁹.

A guerra começa com rápidos sucessos para os homens de Alfa Bácar Guidali. Nos seis primeiros dias, cerca de meia dúzia de povoações beafadas foram conquistadas pelos

²⁷ *Idem*, p. 80.

²⁸ *Idem*, p. 91.

²⁹ *Idem*, p. 91.

«invasores» fulas. Os Beafadas, aflitos com a situação, tiveram que pedir auxílio aos seus vizinhos Mandingas. Face a essa nova configuração dos acontecimentos, os Fulas não quiseram continuar a bater-se sozinhos contra a coligação beafada-mandinga nas terras de Djoladú, e foram procurar aliados junto de Alfa Ibraima Mo Labé, um grande padre maometano em Futa-Jalon. Este prontificou-se logo a apoiar os Fulas na sua luta contra os Beafadas e Mandingas (estes eram ainda animistas), tendo enviado imediatamente um contingente de guerreiros para lutar ao lado dos Fulas. Os homens de Futa Jalon tinham à frente um oficial de nome Amiral Muminina. Como contrapartida ao apoio dado por Alfa Ibraima Mo Labé, Alfa Bácar Guidali comprometeu-se a vir difundir a religião maometana dentro do território da sua futura jurisdição³⁰.

Com este reforço, a vitória dos Fulas sobre a coligação beafada-mandinga não foi difícil. Em poucos meses todo o território Djoladú caiu sob o controle dos Fulas. Um dos irmãos de Alfa Bácar Guidali, Alfa Bácar Demba Umaru, chefe do clã, ascendeu ao posto de régulo³¹. A partir dessa altura, os núcleos fulas que viviam ao lado dos Mandingas no território de Kaabu, vendo a contenda com os Beafadas e Mandingas no chão de Djoladú resolvida com uma relativa facilidade em favor dos Fulas, começaram a pensar em fazer o mesmo contra os seus vizinhos Mandingas no chão destes (Kaabu).

³⁰ Jorge Vellez Caroco, *op. cit.*, p. 137.

³¹ José Mendes Moreira, *op. cit.*, p. 82.

Início das Hostilidades contra o Gabú

Quem teve a ideia de organizar uma guerra contra os Mandingas no território de Gabú tinha o nome de Arafam Iorori. Ele era muito conhecido na região pela sua valentia³². Um dia Iorori acabou por fazer passar essa ideia a Alfa Bácar Guidali (o conquistador de Djoladú) num encontro que os dois tiveram. Nesse encontro estava também um outro chefe fula oriundo do regulado de Tchanha. Este homem chamava-se Mané.

Uma primeira tentativa falhada

Lançada a ideia sobre a conquista do Gabú pelo chefe fula a Bácar Guidali, este último não acatou a proposta sem ponderação. É verdade que a conquista de Kaabu constituía também uma preocupação sua. Mas ele não queria lançar-se numa guerra/aventura sem ter as mínimas garantias de que sairia vitorioso. Assim, Bácar Guidali aconselha Arafam Iorori um pouco mais de prudência e ponderação, exortando-o a aguardarem o melhor momento para o lançamento da ofensiva contra o Gabú. Mas Iorori, que era teimoso, não quis ouvir os conselhos do amigo, e decidiu, sem o concurso deste, organizar-se e iniciar o embate contra os Mandingas.

A guerra começa com um ataque à povoação de Uassadum, no território de Gussará, «que ele conquistou com muita facilidade, incendiando a referida povoação e pondo em debandada os seus habitantes»³³. Após esta primeira derrota, os Mandingas começaram a preparar-se para um duro

³² *Ibidem.*

³³ *Idem*, pp. 139-140.

contra-ataque. Eles começaram a organizar-se em força. Um dia depois de os Fulas terem ocupado Uassadum, os Mandingas lançaram o contra-ataque. Este foi tão violento que Arafam e os seus homens foram obrigados a retirar-se de Uassadum em desordem e com um elevado número de baixas humanas. A seguir, Iorori aproveita-se mais uma vez dos conflitos que existiam entre os diferentes regulados mandingas e refugia-se em Cam-Cumba, na casa do régulo Nantchu Braima, junto do qual os Mandingas vieram apresentar mais tarde uma reclamação. O régulo de Cam-Cumba recusa-se a entregar Iorori aos seus adversários. Assim, os factos vieram a dar razão a Alfa Bácar Guidali, que achava que a guerra contra os Mandingas no território de Kaabu precisava de uma preparação muito cautelosa. Com efeito, a primeira tentativa dos Fulas para conquistar Kaabu foi abortada. Mas apesar da derrota sofrida, Iorori não se convenceu e muito menos se deu por derrotado. Ele continuou a preparar-se para um segundo embate contra os Mandingas.

Uma segunda tentativa também falhada

Pela segunda vez, o chefe fula Arafam aventura-se num ataque contra os Mandingas. Desta vez a ofensiva começou com vários ataques em simultâneo contra várias povoações mandingas, nomeadamente Brim-Casse, Cam-Massabá e Cam-Nhamandu³⁴.

De acordo com algumas fontes, foi nesta última povoação que o chefe fula, Arafam Iorori, veio a perder a vida. Entretanto, há outra versão dessa mesma história segundo a qual, após estas guerras, Arafam consegue ainda refugiar-se no

³⁴ *Idem*, p. 139.

território de Binafa e ali funda a povoação de Canta Cunda. Segundo opinam os protagonistas desta versão dos acontecimentos, foi em Canta Cunda que Iorori seria surpreendido e morto pelos Mandingas³⁵. A cobiça dos Fulas em relação ao Gabú não termina ali. A conquista do Gabú ficou sempre registada na agenda de Alfa Bácar Guidali, mas ele delineava como primeira prioridade a consolidação do poder em Djoladú.

Os passos seguintes

Desmantelados os seus chefes, os Beafadas já não constituíam praticamente uma ameaça de grande vulto para os Fulas dentro do território de Djoladú. Entretanto, Bácar Guidali tinha também consciência clara do facto de que, apesar de tudo, algum perigo continuava ainda a persistir do lado dos Mandingas. Algumas comunidades mandingas continuavam independentes em Djoladú e era preciso antes de tudo eliminar estes focos de possível resistência para se começar a pensar em qualquer outro avanço. Bácar Guidali, cauteloso, como sempre, nunca quis avançar contra os Mandingas sem uma mínima garantia de sucesso. Ele não queria de forma alguma sofrer inúmeras baixas humanas na sua nova aventura. Assim, nessa batalha, ele preferiu «sacrificar mais escravos e gado - o que facilmente conseguia - do que perder tempo e vidas humanas»³⁶.

Disposto a investir para ganhar a guerra contra os Mandingas sem grandes esforços, Bácar Guidali solicita apoio ao Futa Jalon, mais concretamente a Alfa Ibraima, régulo de Labé, para bater e expulsar de uma vez por todas os Mandin-

³⁵ *Idem*, p. 38.

³⁶ Cf. José Vellez Caroco, *Monjur, o Gabú e a sua História*, p. 138.

gas de Djoladú. Este pedido foi acompanhado com presentes preciosos que Alfa Ibraima não hesitou em acolher com muito agrado.

Alfa Ibraima decidiu enviar imediatamente um contingente de homens para lutarem ao lado de Bácar Guidali. Essa força era chefiada pelo próprio filho do régulo de Labé, Amiro. Bácar Guidali, considerando reunidas todas as condições para a vitória, lança a batalha final contra os seus inimigos Mandingas no território de Djoladú. O assalto final começou com um assalto à povoação de Tchola, que foi totalmente destruída, tendo os seus habitantes fugido, sido mortos ou aprisionados. «... desta derrota resultou que em todos os demais pontos ainda ocupados pelos Mandingas ou foram completamente batidos, ou abandonaram a região voluntariamente»³⁷. Com a derrota, primeiro dos Beafadas, e depois dos Mandingas no território de Djoladú, um novo figurino começa a desenhar-se na região em termos de correlação de forças e de exercício do poder. Os Fulas assumem o protagonismo, passando de simples vassalos para suseranos independentes, livres e detentores do poder.

Pelos bons serviços prestados ao Futa Jalon durante todas as guerras ocorridas na região, Bácar Demba e o seu irmão Bácar Guidali são condecorados pelo Almami de Timbo, tendo ambos ascendido ao título de Alfa. Passaram a ser chamados Alfa Bácar Demba Umaru e Alfa Bácar Guidali respectivamente³⁸.

³⁷ *Idem*, p. 139.

³⁸ *Idem*.

A Consolidação do Poder no Djoladú e o Início das Hostilidades entre os Fulas

Segundo a regra gerontocrática patrilinear que orienta a transmissão do poder na sociedade fula, Alfa Bácar Demba Umaru era quem devia suceder o velho Kuntã Meta no trono. Este por sua vez seria sucedido pelo seu filho mais velho, Alfa Bácar Guidali. O não respeito por esta norma basilar provoca o início de um longo período de querelas no seio da própria família fula. Alfa Ibrahimia Mo Labé foi enviado pelo chefe futa-fula de Futa Jalon para ir tentar resolver o conflito que opunha as duas alas da família fula. O encontro para a tentativa de resolução do problema teve lugar nas margens do rio Coli (actual rio Corubal).

Por não ter sido possível encontrar uma solução que satisfizesse as duas alas, as hostilidades acabaram por prosseguir. Alfa Bácar Demba Umaru veio a morrer no decorrer do processo, e Kuntã Meta, devido à sua idade avançada, acabaria por desistir da corrida ao poder em favor do seu filho Alfa Bácar Guidali. Este último passa, pela primeira vez, a assumir o cargo de régulo de Gabú e Forreá. A investidura de Bácar Guidali ao posto de régulo foi feita por Alfa Ibrahimia Mo Labé³⁹, testemunho da existência já nessa altura de uma relação de dependência em relação ao poder de Futa Jalon.

Passado um certo tempo, surgiu um segundo conflito no território de Forreá. Mamadú Paté Bolola decidiu disputar o poder a Bácar Guidali no território de Forreá. Para tal, procura contrair aliança com Alfa Iaia, régulo de Kadé. Como consequência disso, Bácar Guidali refugia-se na vila de Bula, então sede da administração colonial, onde viria a morrer envenenado. Após a morte de Bácar Guidali, o seu irmão Mamadú Paté Coiada subiu ao trono, exercendo o mesmo

³⁹ Cf. José Mendes Moreira, *op. cit.*, p. 87 e seguintes.

cargo do seu falecido irmão, ou seja o de régulo de Gabú e Forreá. Este por sua vez, devido às constantes perseguições, vê-se obrigado a refugiar-se em Bolama, donde viria a sair para Gabú, onde se estabeleceu como régulo até à morte. Após a sua morte foi sucedido por Selu Coiada, também seu irmão.

Em Forreá quem assume o poder é um homem de nome Mamadú Paté Bolola que, ainda que mal, continuava a reconhecer a dependência do régulo de Forreá em relação ao régulo central de Gabú. A situação começa a complicar-se a partir do momento em que Cherno Kali, sobrinho de Mamadú Paté Bolola, sucede o seu tio no trono. Cherno Kali, ao chegar ao poder, recusa qualquer tipo de dependência em relação ao régulo de Gabú⁴⁰. Quando o Gabú se preparava para tentar repor a ordem no território de Forreá, Cherno Kali estabelece aliança com as autoridades coloniais sediadas em Buba. Mamadú Paté Coiada não quis envolver-se em conflito directo com as autoridades coloniais de Buba, e acabou simplesmente por abandonar o assunto. A partir dessa altura o regulado de Forreá se separou definitivamente do Gabú, passando a ter um estatuto autónomo.

No Gabú, Mamadú Paté Coiada foi sucedido por Selu Coiada, e este por sua vez foi sucedido pelo famoso Monjur Embaló, régulo do Gabú, falecido por volta dos anos trinta do século passado. Esta é apenas parte de uma história muito complexa, rica, mas sobretudo fascinante, dos povos Fula e Mandinga da Guiné-Bissau, e sobre a qual vale a pena investir tempo. Sobre este assunto prometemos voltar.

⁴⁰ É preciso salientar que, embora Cherno Kali se recusasse a reconhecer a dependência do Forreá em relação ao poder central do Gabú, continuou a pagar tributo durante algum tempo ao régulo do Gabú, Mamadú Paté Coiada (este tributo consistia em cada tabanca pagar anualmente uma vaca).

Alguns Acontecimentos Importantes

- Séculos XIII-XIV: Início da presença mandinga (ramo soninqué) no espaço do grande Gabú.
- Segundo quartel do século XVIII: Início da emigração em massa dos Fulas-rimbê (fulas-nobres) para o território do Gabú.
- Segunda metade do século XIX (1850-1851): Início do êxodo dos Fulas-dgiabe (fulas-cativos) para o sul do rio Corubal (território de Bolola). O objectivo era tentar escapar às guerras e à escravização dos Fulas-rimbê e dos Mandingas.
- 1863-1864: Início da guerra de Mussa Molo, da ala dos Fulas-dgiabe (Alfa Molo, seu pai, é que tinha começado esta batalha contra a dominação dos Fulas-rimbê - ambos foram régulos de Firdu, território francês). Objectivo: servir de porta-bandeira dos Fulas-dgiabe na luta contra a escravização fula-rimbê e mandinga no espaço Gabú. Esta guerra seria apoiada pelo Futa-Djalon, que a tentou aproveitar para acelerar o processo de islamização dos povos animistas habitantes da zona.
- 1874: O régulo fula-rimbê (fulakunda) do Gabú decreta a anexação de Bolola (Forreá). Lança-se uma autêntica *djihad* (guerra santa) com apoio de Futa-Djalon. Os derrotados eram transformados em escravos, utilizados nas forças militares ou então como força de trabalho nas plantações de amendoim.
- 1879: Primeira revolta dos Fulas-dgiabe de Forreá contra a submissão, até aí, dos seus suzeranos fulas-rimbê. Verifica-se um envolvimento directo entre eles.
- 1880: A anexação de Bolola pelo Gabú não agrada a uma parte dos Fulas-rimbê do Forreá e muito menos ainda aos Fulas-dgiabe. Nessa data rebenta a guerra contra a tirania do régulo de Gabú.
- 1881-1882: Primeiro envolvimento directo entre Fulas-rimbê e autoridades coloniais da localidade de Buba. A anexação de Bolola tinha levado a que Fulas-dgiabe fugissem para Buba centro, na tentativa de escapar à tirania fula-rimbê. Os Fulas-rimbê exigem às autoridades portuguesas a devolução dos Fulas-dgiabe, o que os portugueses não aceitam. Foi o suficiente para o início das hostilidades. Em 1881 foi assinado um acordo de paz entre as autoridades portuguesas de Buba e os chefes fula-rimbê. Nesse acordo os Fulas saíram perdedores: as condições acordadas iam em seu desfavor.

Notas Bibliográficas

- BARROS, A. de – Invasões de Alfa Molo e Mussa Molo na circunscrição de Bafatá - «Gabungabé», K1/C, 28, 1685, S.N.62 f.
- BARROS, A. – «A invasão fula na circunscrição de Bafatá, queda dos Beafadas e Mandingas», in *BCGP*, vol. II, nº 7, Bissau, 1947.
- BARRY, B. – *La Sénégambie du XVe au XIXe siècle*, L'Harmattan, Paris, 1988.
- CARDOSO, C. – «Conflitos interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos Rios da Guiné do Cabo Verde (1840-1899)», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 7, INEP, Bissau, 1989, pp. 31-62.
- CAROÇO, J. V. – *Monjur, o Gabú e a sua História*, Memórias do CEGP, nº 8, CEGP, Bissau, 1948.
- CARREIRA, A. – «A etnonímia dos povos entre o Gâmbia e o estuário do Geba», in *BCGP*, vol. XIX, nº 75, Bissau, 1964.
– *Os Portugueses nos Rios de Guiné (1500-1900)*, Lisboa, 1984.
- INJAI, I. – «Mamadú-Djola rei de Doladu», in *Tcholona, Revista de Letras e Cultura*, Ano 2, nºs 6-7, GREC, Bissau, 1996.
- LOPES, C. – «Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da costa da Guiné no séc. XIX», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 7, INEP, Bissau, 1989, pp. 5-16.
- MANÉ, M. – «O Kaabú: uma das grandes entidades do património histórico senegambiano», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 7, INEP, Bissau, 1989, pp. 17-30.
- MOREIRA, J.J. – *Fulas do Gabú*, Memórias do CEGP, nº 6, CEGP, Bissau, 1948.
- MOREIRA, J.M. – «Os Fulas da Guiné Portuguesa na panorâmica geral do mundo Fula», in *BCGP*, vol. XIX, nº 75, Bissau, 1964.
- MOTA, A. T. da – *Fulas e Beafadas no Rio Grande no século XV. Achegas para a etno-história da África Ocidental*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1970.

Résumé

Ce travail présente des résultats partiels d'une recherche en cours. Il porte sur deux communautés ethniques ouest-africaines, les Peuls et les Mandingues, dans deux espaces géographiques, le Gabou et le Forréa. L'espace Gabou est délimité par le Sénégal au nord, la République de la Guinée à l'ouest et au sud, la région de Bafatá à l'ouest et la fleuve Geba au nord-ouest. L'espace Forréa est circonscrit entre les fleuves Corubal et Cacine. L'article retrace le parcours de l'occupation par les Mandingues de l'espace Gabou, avec la fondation des localités de Cuntim, Canhaqui, Bamba-Dinca, Suma-Cunda et Patchana. Les migrations des Peuls sont présentées dans leur phase initiale et pacifique en territoire mandingue, et dans leur phase conflictuelle avec l'avancée vers le sud, la conversion à l'Islam, et la conquête du Djoladou - terre des Djolas ou Beafadas -, qui change de nom pour s'appeler Forréa. Une chronologie d'événements entre le XIII^e siècle et 1882 clôt l'article.

Subsídios para o Estudo do Movimento Migratório na Guiné-Bissau

Fernando Leonardo Cardoso

Introdução

Quando se pretende fixar a história de um ou de vários povos e aglomerados populacionais, o estudo do povoamento, dos processos migratórios, o estudo da forma de coabitação das populações assim como das formas de exploração dos recursos torna-se um imperativo e dele resulta a necessidade de colocar algumas questões. É pertinente questionar sobre a definição dos limites dos territórios em estudo. Que povos ou agrupamentos vivem nestes territórios? A partir de que período aí se fixaram? Como se relacionam entre si e quais as suas afinidades? Será que os limites destas zonas físico-geográficas coincidem com os limites étnicos ou culturais? Que tipos de problemas se verificam nesses territórios? Qual é o fluxo migratório e quais as tendências? Embora não haja pretensões em responder cabalmente todas as questões, sobretudo no âmbito destas breves reflexões, julgamos poder contribuir com alguns elementos que possam servir de base para estudos posteriores, se não mesmo, contribuir para o enriquecimento de certas hipóteses já avançadas sobre o povoamento e o movimento migratório na Guiné-Bissau.

Resenha Histórica do Povoamento

A Guiné-Bissau compõe-se de uma zona costeira e de um interior, ambos povoados por mais de uma dezena de grupos étnicos com muitas variantes locais e com particularidades culturais e linguísticas por vezes acentuadas.

De acordo com o Gabinete de Planificação Costeira da Guiné-Bissau, a zona costeira é influenciada e ao mesmo tempo caracterizada por determinadas particularidades físico-geográficas e biológicas, e compreende toda a área de influência da maré ou os limites da faixa emersa.¹ Segundo dados do Banco Mundial, esta zona cobre uma superfície de 22.235 km² e dispõe de uma plataforma continental de 53.000 km².

O interior, mais pequeno em termos de superfície, estende-se numa área de 13.890 quilómetros quadrados² e tem uma população maioritariamente muçulmana.

O Norte, o Noroeste, o Sul e parcialmente o Leste da Guiné-Bissau, considerados zona costeira, são povoados por vários grupos étnicos e variantes do mesmo etnos, sendo alguns deles autóctones. Alguns vivem em territórios separados por fronteiras políticas traçadas de forma mais ou menos definitiva nos finais do séc. XIX - inícios do séc. XX, territórios que no fundo correspondem ao mesmo espaço cultural. Referimo-nos à área povoada pelos Djolas, Banhuns, Baiotes e Cassangas no Norte e Nordeste ou pelos Nalús, Sossos, Bagas e Landumas no Sul.

Em relação aos Banhuns e Cassangas, Teixeira da Mota escreve que ter-se-iam fixado na região do Casamansa entre os

¹ Planificação Costeira da Guiné-Bissau, Relatório Técnico Final (1ª fase), Bissau, 1992, p. 21.

² Aristides Ocante da Silva e Leonardo Cardoso, Dinâmica da População da Zona Costeira, Bissau, 1999.

sécs. XIII e XV, período em que se registaram grandes migrações na costa ocidental e muito particularmente no espaço da Senegâmbia, sob influência dos Mandingas³. Estes grupos predominantes no Norte da Guiné-Bissau são os encontrados no Sul do Senegal e na Gâmbia, assim como os que predominam no Sul são os mesmos que vivem no Norte da Guiné-Conakry, à margem de todas as barreiras impostas pelas fronteiras fictícias traçadas durante o período colonial.

As práticas sociais e culturais destes povos continuam a ser as mesmas. Por exemplo, na Guiné-Bissau, para a realização da cerimónia de *Kara-aku* é indispensável a participação de Djolas a viverem em todo o espaço cultural djola, independentemente de se encontrarem a viver na Guiné-Bissau ou no Senegal. O acesso ao lugar onde periodicamente se faz esta cerimónia é exclusivamente reservado às mulheres cuja fecundidade estiver comprovada, isto é, às mulheres que já tiveram filhos.

Para além dos grupos étnicos já referidos, o litoral da Guiné-Bissau é povoado na sua totalidade por dezasseis grupos étnicos, entre os quais Balantas, Manjacos, Pepéis, Mancanhas, Fulas, Cobianas, Bijagós e outros, sendo alguns deles oriundos de outras zonas, quer dizer, grupos que se fixaram como resultado das migrações internas. É o caso, por exemplo, dos Balantas que hoje constituem a população maioritária no Sul, região para onde começaram a migrar nos finais do séc. XIX, a partir da região de Oio, no Norte⁴, ou dos Fulas, considerados provenientes do Futa Djalon. A mesma pluralidade e diversidade étnicas se verificam no inte-

³ A. Teixeira da Mota, *Fulas e Beafadas no Rio Grande no séc. XIV. Achegas para a etno-história da África Ocidental*, Memórias da Academia das Ciências, Lisboa, 1970.

⁴ Aristides O. da Silva e Leonardo Cardoso, *op. cit.*

rior do país, onde podem ser encontrados representantes de todos os grupos.

Em relação aos Manjacos e Mancanhas, considerados população autóctone da Guiné-Bissau e mais concretamente do território situado entre os rios Cacheu e Mansoa, Teixeira da Mota escreveu que já no séc. xv ocupavam este território. Apesar de não ser uma data comprovada por outras fontes, a história oral reza que desde tempos muito antigos eles viviam neste território. Existe, de facto, um forte enraizamento de todos estes grupos na zona costeira, tanto no território que é hoje pertença do Senegal como no que restou a favor da Guiné-Bissau na sequência da última delimitação de fronteiras entre Portugal e França que, embora concluída em 1905, conheceu algumas rectificações em 1930-1931⁵.

Nos dias de hoje, tornou-se frequente falar de «manjacos do Senegal» ou de «mancanhas do Senegal» da mesma forma que se fala de «djolas da Guiné-Bissau», comumente conhecidos por Felupes. A propósito desta designação, é de referir que o termo *felupe* não existe no vocabulário desta etnia. Quando os indivíduos pertencentes a este grupo étnico se identificam enquanto unidade sociocultural e linguística utilizam a expressão *ndjé djola* que, traduzida para o português, significa 'sou djola'.

A zona costeira é, desde há longo tempo, uma zona de confluência de muitos povos e culturas. Ela encontra-se hoje fortemente povoada sobretudo por Balantas, Fulas, Manjacos, Papéis e Mancanhas, enfim, por grupos que representam a população maioritária do país, constituindo no seu todo cerca

⁵ Ver Maria Luísa Esteves, «A Questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné», comunicação apresentada ao Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga» em 1988 em Cacheu.

de 71% do total da população recenseada e com a seguinte repartição:

Balantas	24,6%
Fulas	25,4%
Pepéis	9,01%
Manjacos	9,24%
Mancanhas	3,54%

Por força da diversidade e da quantidade de recursos existentes, a zona abriga ainda um número significativo de representantes de vários grupos étnicos provenientes dos países da sub-região, alguns dos quais encontraram nesta zona um espaço cultural, económico e social próprio e, nós até diríamos, pessoas e famílias que regressaram e reencontraram o seu território.

Se por um lado falamos de populações autóctones, de fixação de povos com outras origens, do relacionamento entre estes povos, é caso para nos referirmos a alguns problemas que esta coabitação tem trazido, problemas relacionados sobretudo com a exploração e utilização dos espaços e recursos.

Os diferentes sistemas de produção e as diferentes formas de aproveitamento da terra e outros recursos têm estado na base de certos conflitos que se verificam entre os camponeses agricultores e criadores de gado, transformando-se por vezes em conflitos inter-étnicos com consequências muito longe de propiciarem o desenvolvimento económico da região. Estes conflitos afectam as relações de produção e desintegram os sistemas em curso. A título de exemplo, durante os meses de fevereiro a maio a seca faz-se sentir nas regiões do Leste, razão pela qual a transumância alcança largos extremos, chegando a aproximar-se de Bissau, depois de o gado ter percorrido

grandes extensões de terrenos húmidos desde Bambadinca até à zona sul do sector de Mansoa. Durante este percurso registam-se conflitos entre os criadores de gado e os ponteiros, uma vez que estes vêem suas plantações serem danificadas e os seus interesses económicos postos em causa. Segundo dados dos serviços de Pecuária, no decurso do ano 2001 mais de 30 cabeças de vaca foram abatidas a flecha e faca pelos ponteiros da zona de Ganadú⁶.

Como consequência da degradação dos solos agricultáveis e da salinização das bolanhas, o que impossibilita ou dificulta a cultura do arroz na base do sistema de produção introduzido pelos Balantas em toda a zona costeira, estes vêem-se obrigados a deslocar-se para as terras altas, acabando por ocupar os terrenos propícios à cultura do arroz de planalto praticada por outros grupos étnicos. A título de exemplo, citamos os frequentes conflitos entre agricultores balantas e cassangas, ou mesmo, ainda, entre agricultores balantas e djolas, no Norte, conflitos que poderiam assumir proporções alarmantes caso não fossem controlados e saneados pelas autoridades quer locais tradicionais, quer administrativas ou judiciais.

No Sul, não são menos os conflitos entre agricultores balantas e nalús ou, ainda, entre grupos que hoje reclamam terem direito à exploração de terras nesse território. Cada grupo alega ter sido o primeiro a povoar o território, facto que lhe dá o direito à propriedade. Segundo a tradição, é dono do *chão* aquele que primeiro o povoou e amanhou.

A notória presença dos Balantas em todos os conflitos que envolvem os agricultores deve-se ao facto de se terem deslocado e fixado nos terrenos alagadiços costeiros e aí terem

⁶ Diagnóstico em meio rural, DGA/PNGA, 2000.

introduzido e desenvolvido um sistema de produção de arroz até então desconhecido. Uma vez confrontados com a degradação das condições ambientais e a erosão das bolanhas, são obrigados a procurarem terras alternativas. Em consequência, os seus interesses começam a colidir com os dos grupos étnicos vizinhos e que praticam culturas de planalto. Devemos contudo referir que, apesar de os Balantas se encontrarem em constantes situações de conflito, o facto de terem introduzido um novo sistema de produção constitui, por si só, um aspecto positivo. O sistema de produção orizícola passou de um para três nessas zonas, ou seja passou a ser praticado, para além do anteriormente conhecido sistema de planalto, o sistema de mangal e o sistema misto resultante da conjugação dos dois sistemas de base.

O cultivo do arroz em terras de planalto, em substituição do arroz de bolanha, torna-se cada vez mais a única alternativa e uma necessidade vital, uma vez que são pouco eficientes as acções que se empreendem no sentido da construção de diques e da recuperação das bolanhas, cada vez mais degradadas e inundadas pela água salgada.

Para além dos problemas frequentes entre as populações autóctones e as que se fixaram no território ao longo dos tempos, existem problemas de outra natureza e com outros protagonistas. As diferenças de comportamento e de atitudes face a determinadas situações que o quotidiano impõe, as diferenças do modo de vida assim como as que se registam ao nível de certas práticas sociais, têm estado na base de muitos conflitos e escaramuças entre guineenses e estrangeiros. Nestes conflitos destacam-se os verificados entre pescadores guineenses e estrangeiros provenientes do Senegal, da Guiné-Conakry, da Serra Leoa e de outros países. Em toda a zona costeira foram recenseados 439 acampamentos de pesca, a

maioria dos quais pertencentes a estrangeiros. Os conflitos estão relacionados com a arte da pesca, com o não respeito pelo período estabelecido nas diferentes zonas de pesca ou ainda com o facto de muitos acampamentos estarem instalados em locais considerados sagrados pelas populações locais, caso específico do arquipélago dos Bijagós⁷. Conflitos de outra natureza são igualmente frequentes entre nacionais e imigrantes provenientes dos países anglófonos. O mercado de Bandim, com um importante fluxo de pessoas e de mercadorias ao ponto de constituir um dos maiores se não mesmo o maior centro comercial, tanto pelo volume dos negócios como pela variedade de produtos, tem sido palco de inúmeros confrontos violentos, terminando alguns em ferimentos corporais graves ou mesmo em mortes, opondo cidadãos nacionais e emigrantes que aí exercem as suas actividades.

No entanto, a história dos imigrantes na Guiné-Bissau não se faz apenas de conflitos e de comportamentos indevidos relacionados com actos de delinquência tais como o roubo, o consumo da droga e a prostituição. Existem igualmente experiências muito positivas de relacionamento entre cidadãos guineenses e imigrantes. A diversificação da produção frutícola, com destaque para as variedades de mangas introduzidas por camponeses da Guiné-Conakry, a introdução e o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de pesca pelos pescadores senegaleses, conhecidos por *Nhominças*, a seriedade e a abnegação com que alguns imigrantes encaram as suas profissões são igualmente virtudes a realçar e que podem constituir elementos de apropriação por parte das nossas populações.

⁷ Diagnóstico no meio rural, *op. cit.*

Migrações no Espaço e no Tempo

Não obstante termo-nos referido aos textos de Teixeira da Mota segundo os quais haviam sido registadas migrações de povos do interior da Guiné-Bissau para a zona costeira assim como no interior desta, a partir do séc. XIII, como é o caso dos Banhuns, do Leste para o Norte, sob pressão dos Mandingas que se tinham constituído em vários Estados à volta do Império mandinga do Mali, ou ainda dos Fulas, um pouco mais tarde, por volta do séc. XIX, de acordo com fontes orais, apesar de termos feito menção à migração dos Balantas para o Sul a partir do Norte nos finais do séc. XIX com o objectivo de conquistarem solos de mangal que se tornavam cada vez mais escassos na região de onde se deslocaram,⁸ apesar ainda das informações disponíveis sobre o movimento migratório manjaco e mancanha há já mais de uma centena de anos, vamos nos cingir a um período de tempo bem determinado. Por razões de ordem estatística e de precisão cronológica, vamos fazer referência ao movimento migratório operado nos últimos anos, período em que se registou o maior fluxo de pessoas, sobretudo para a Guiné-Bissau. Falamos da imigração. Neste processo, a zona costeira é a primeira a sentir os efeitos, uma vez que geralmente as fronteiras terrestres são utilizadas como porta de entrada.

Como referimos acima, existem de facto sérios problemas de cronologia quando falamos de movimentos migratórios de povos africanos no geral. Não é por acaso que aparecem referências aos séculos XIII ou XV. O séc. XIII, como é sabido na historiografia africana, relaciona-se com o período de apogeu e expansão do império mandinga do Mali, com as conquistas

⁸ Simon Gomis, *L'analyse du système productif Balante - Le cas de la riziculture de mangrove dans la région de Tombali, secteur de Cubucaré*, Bissau, 1991.

e, conseqüentemente, com grandes movimentos de povos, alguns dos quais fugiam à subjugação dos Mandingas. O séc. xv, por sua vez, é o período das chamadas grandes descobertas, durante as quais muitas crónicas com descrições de povos e regiões foram feitas pelos navegadores europeus. Lá onde não existem elementos ou factos que possam servir de referência, a datação torna-se mais complicada. É o grande problema da história oral e das fontes orais, a partir das quais nem sempre nos é possível falar de datas ou de números.

Antes de nos debruçarmos sobre os dados recentes relativos ao peso demográfico da imigração e as suas causas, que podem variar de caso para caso, tudo indica que, tal como em relação às migrações que se produziram a partir do séc. xv, estas tiveram e têm como fundamento, para além dos já mencionados conflitos político-militares, a degradação ambiental e as dificuldades económicas experimentadas nos países de origem, dificuldades que podem ser explicadas pela limitação de recursos em certas áreas⁹.

No entanto, ao nos referirmos de um modo geral às movimentações de povos e de indivíduos no espaço, as constatações sobre as diferentes variáveis demográficas como sejam a migração interna, a emigração e a imigração, algumas questões se nos colocam: Será correcto falarmos, ou melhor, utilizarmos os conceitos de emigração ou de imigração em relação a um ou a vários grupos étnicos que se deslocam apenas no interior do seu espaço cultural e físico, como é o caso, por exemplo, dos Djolas? Será que quando um *djola da Guiné-Bissau* viaja para o Casamansa, ou vice-versa, quando um *djola do Casamansa* viaja para Susana ou Varela, na Guiné-Bissau

⁹ F. Imbali, A. da Silva, J. Incuca, «Estudo do impacto socioeconómico da criação do Parque das Lagoas de Cufada sobre as populações residentes», INEP, Bissau, 1997, p. 37.

são aplicáveis ou justificáveis estes conceitos? Será que neste caso, o mais correcto não seria nos limitarmos apenas ao conceito de migração interna? São questões que eventualmente podem ser levantadas principalmente quando as análises se limitam unicamente ao aspecto cultural do problema.

Não obstante a pertinência da questão, as três variáveis demográficas serão consideradas no seu verdadeiro sentido, tendo em conta que se tratam de deslocações no território de países com fronteiras bem distintas, embora contestáveis em muitas situações.

A delimitação das fronteiras, para além do factor território, devia ter em conta os factores população e cultura.

As Migrações Internas

As migrações internas na Guiné-Bissau apresentam duas características: a primeira tem a ver com o seu carácter temporário, sendo as durações no tempo mais ou menos longas e os períodos diferentes consoante as motivações que, regra geral, são de ordem económica, embora outras razões possam estar na sua origem como por exemplo os onze anos de luta armada de libertação que o país conheceu. Neste caso, embora não se tivesse tratado de grupos étnicos a migrarem na sua totalidade, vários conjuntos populacionais e famílias viram-se obrigadas a deslocar-se não só para outros territórios, mas também para países como o Senegal, a Gâmbia e a Guiné-Conakry, tendo alguns regressado depois da independência. Mais frequentes e, nós até diríamos cíclicas, são as migrações sazonais de relativa curta duração. Elas verificam-se, em regra, na época das chuvas ou durante a estação seca.

Em relação aos Pepéis ou aos Manjacos, o seu período de migração do Norte para o Sul, para o Leste ou, ainda, para Bissau, é a época seca, e a duração é relativamente curta. As razões são essencialmente económicas e prendem-se com a exploração das palmeiras ou com a confecção dos tradicionais panos de pente. Os rendimentos capitalizados ao longo deste período de tempo são posteriormente investidos nos trabalhos agrícolas durante a hibernação. Não são poucos os casos em que os Manjacos nas suas deslocações se fazem acompanhar de suas esposas. Ao aproximar-se a época chuvosa, regista-se uma deslocação dos Manjacos e Pepéis em sentido contrário, rumo às suas terras de origem. É o regresso a casa. Com estas características começam a verificar-se casos isolados de jovens bijagós que migram temporariamente para Bissau com o objectivo de se dedicarem à extracção de vinho de palma, um produto com muita procura e, por conseguinte, muito comercializado e gerador de rendimentos.

Para além destes casos que consideramos ainda isolados, a migração dos Bijagós assume uma particularidade em relação ao período em que ela ocorre, que é a época das chuvas, contrariamente aos Pepéis, Mancanhas e demais grupos étnicos que aproveitam o tempo seco para se deslocarem para Bissau e outros centros urbanos à procura de emprego ou para se dedicarem a outras actividades produtivas. Regista-se igualmente uma particularidade em relação ao modo como se opera, particularidade decorrente do seu sistema de organização social e económica ou do seu ordenamento territorial.

Apesar de também migrarem temporariamente para outras regiões do continente, os Bijagós são mais conhecidos nas suas migrações inter-ilhas, incluindo Bolama, onde existem em número significativo. Por apenas algumas ilhas se encontrarem habitadas, em cada dois anos regista-se a deslo-

cação de toda uma tabanca para as ilhas destinadas a fins agrícolas, de onde só regressam depois de efectuadas as colheitas. A título de exemplo, os Bijagós da tabanca de Bijante, da ilha de Bubaque, deslocam-se sazonalmente para a ilha de Rubane, onde têm campos de cultivo.

Situações de migrações com carácter definitivo registaram-se em relação aos Balantas da região de Oio, sector de Mansoa, para as regiões de Quínara e Tombali, onde constituem hoje a população esmagadoramente maioritária, com cerca de 67%¹⁰. O mesmo se pode dizer em relação aos Fulas que, em grande escala, povoam hoje os sectores de Quebo e de Bedanda no Sul, ou ainda dos Mandingas que de forma massiva se deslocaram e fixaram na região de Oio a partir da segunda metade do séc. XIX, depois da derrota militar sofrida diante dos Fulas, provocando a derrocada do Império de Kaabu, no Leste, cuja capital era Kansala, no sector de Pirada.

Assumem, ainda, carácter definitivo as deslocações dos Mancanhas do continente para o arquipélago, deslocação que os levou até Bolama, onde se fixaram nos finais do séc. XIX - inícios do séc. XX, como nos é contado pela história oral.

Os Bijagós destacam-se igualmente nestas migrações, tendo como destino principal as regiões de Quínara e Tombali, no Sul. Existe uma importante colónia de Bijagós em Cubucaré, designadamente em Cafal, Amuna e Ponta Novo¹¹.

¹⁰ Issufi Sane, «Repartição espacial da população e migração», vol. IV, *Análise do recenseamento geral da população e habitação*, Bissau, 1996.

¹¹ Leonardo Cardoso, «Área protegida de Cantanhez (população e migrações)», UICN/GPC, Bissau, 2000, p. 5.

A Emigração

Em relação às emigrações, a julgar pelos dados disponíveis, elas ocorrem em várias direcções, embora não estejamos em condições de fazer referências a números precisos, devido, por um lado, ao funcionamento deficiente dos serviços de migrações e fronteiras, que não chegam a fazer os registos devidos e, por outro lado, à permeabilidade das fronteiras terrestres e ainda à própria distribuição das populações ao longo das zonas limítrofes. Recordamos o já aludido caso dos Djolas nas zonas de Varela, Susana, etc. Situação idêntica se verifica em relação aos Nalús e Sossos que vão para a Guiné-Conakry.

À excepção dos Manjacos e Mancanhas, que têm uma longa tradição de emigração para o Senegal que remonta aos sécs. XVIII-XIX, os outros países de destino dos guineenses ao nível da sub-região são a Gâmbia, a Guiné-Conakry e, muito recentemente, a Mauritânia. Podem ser destacados neste fluxo os Pepéis, os Mandingas, os Cassangas, os Djolas e, em menor escala, os Balantas. Não são poucos os jovens mandingas, sobretudo do Leste, que emigram para o Senegal e Gâmbia à procura de empregos temporários, o mesmo podendo-se verificar em relação aos Cassangas. Os Pepéis e Manjacos deslocam-se com o objectivo de confeccionarem e comercializarem os famosos panos de pente. Os Manjacos constituíram mesmo um atelier, em Dakar, conhecido por A.CO.MA (*Atelier des Communautés Manjaques*), na Rue de Ouakam. Nos últimos anos esta tendência tem vindo a inverter-se a favor de alguns países europeus da zona do Mediterrâneo, designadamente Portugal e Espanha. Destacam-se nesta nova vaga de emigração, em termos quantitativos, os Fulas e os Mandingas, seguidos dos Pepéis e de representantes de outros

grupos étnicos, sem falar dos Manjacos, cuja história de emigração é secular e direccionada principalmente para a França.

As emigrações, independentemente do seu carácter temporário ou definitivo, têm razões não só económicas – caracterizadas pela situação de miséria generalizada e pela constante pauperização da maioria dos cidadãos e a consequente necessidade de busca de soluções alternativas com vista a uma vida melhor – mas também razões políticas e familiares.

A emigração, que era apontada como uma das causas da situação de pobreza em que vivem as populações de certas áreas em virtude da redução da mão-de-obra jovem, está-se tornando hoje uma das principais estratégias do seu alívio. Os emigrantes manjacos, por exemplo, têm estado na base da construção de várias escolas e unidades hospitalares na região de Cacheu, e servem igualmente de suporte financeiro aos seus familiares.

Para além deste aspecto da emigração, há o relacionado com actividades menos prestigiantes como sejam o consumo e a venda de drogas. Vários casos desta natureza foram já registados, sobretudo em Portugal e Espanha, onde existe uma importante colónia de guineenses.

As emigrações por motivos políticos estão relacionadas, na maioria dos casos, com as dispersões ou mesmo fugas que se verificaram no seio das famílias nos finais dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, sob efeitos da repressão levada a cabo pela polícia política portuguesa e pela tropa colonial como forma de reacção ao início da mobilização das populações que as forças nacionalistas efectuavam, com vista ao desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Muitas famílias viram-se divididas e desintegradas. São várias as famílias cujos membros se encontram dispersos e distri-

buídos entre o Senegal, a Gâmbia, a Guiné-Bissau e a Guiné-Conakry, com a particularidade de cada uma destas partes possuir a nacionalidade do país de residência. Desta situação decorrem as emigrações por razões familiares. Elas têm geralmente pouca duração devido aos problemas ligados à adaptação ao meio e aos choques culturais, entre outros.

A Imigração

No concernente às imigrações, Cabo Verde e os países não africanos ficam à margem deste texto. Os dados indicam que, para o país, vêm imigrantes de vários países da sub-região por razões não só económicas mas também sociais e políticas. Tal como constatamos no ponto concernente ao povoamento, inicialmente para a zona costeira, depois e definitivamente para Bissau mais ao centro, imigram cidadãos de praticamente todos os países da África Ocidental. Este fluxo tem aumentado de ano para ano, ao ponto de constituir hoje um dos graves problemas a que o país faz face.

Apesar de não ser correcto generalizarmos a situação, o elevado número de cidadãos dos países da África Ocidental que buscam a Guiné-Bissau como país de imigração tem contribuído seriamente para o agravamento dos problemas sociais, designadamente a delinquência e a prostituição, entre outros males sociais.

As ilhas bijagós albergam um número considerável de imigrantes, na sua maioria senegaleses que se encontram a trabalhar no sector do comércio informal, do turismo e da pesca artesanal. Estes possuem vários acampamentos em várias ilhas.

Se até meados dos anos 80 podíamos falar apenas de senegaleses, mauritanianos, guineenses de Conakry e gam-

bianos, nos últimos anos registou-se uma grande vaga de cidadãos de outros países com os quais as relações da Guiné-Bissau eram pouco expressivas e não tinham muita história – casos da Serra-Leoa, Libéria, Nigéria, Gana, Níger etc., todos da sub-região. Os dados do recenseamento de 1991 oferecem um panorama que *a priori* questionamos por os considerarmos deficientes e pouco precisos, devido à relativa falta de controlo sobre o fluxo migratório das populações. Assim, temos: 13.820 senegaleses, 7.651 guineenses, 414 mauritanianos, 1.076 gambianos e 329 dos outros países da CEDEAO¹². Volvidos dez anos após a data em que se realizou o censo, é de admitir que estes números tivessem multiplicado.

Estatísticas recentes¹³ apontam para a existência de cidadãos africanos provenientes de 32 países. Se, de acordo com os dados de 1991, haviam, por exemplo, 414 mauritanianos, encontram-se hoje registados 2.210, dos quais 924 em regime de estadia temporária. Esta tendência progressiva verifica-se igualmente em relação ao grupo denominado no recenseamento de 1991 «outros países da CEDEAO». Este grupo cresceu para 605 em lugar dos 329 anteriormente registados.

A contrariar esta tendência visivelmente progressiva, aparecem dados relativamente aos imigrantes senegaleses, aos guineenses de Conakry e aos gambianos, cujos números baixaram consideravelmente. Em termos numéricos, são respectivamente 3.550, 2.051 e 128, dados que não deixam de ser duvidosos e muito pouco convincentes. Um confronto dos dados relativos ao censo de 1991 e os disponíveis ao nível dos serviços de migração faz concluir que uma parte significativa

¹² Aristides O. da Silva e Leonardo Cardoso, *op. cit.*

¹³ Ver Mapa estatístico da Direcção Geral de Migração e Fronteiras para o ano 2000 - 1º semestre de 2001, Bissau, setembro de 2001.

dos cidadãos africanos a viverem na Guiné-Bissau não se encontra inscrita nos serviços de estrangeiros, portanto vive em situação ilegal, escapando ao controlo das autoridades administrativas e policiais.

Conclusões

Embora existam informações relativas ao povoamento e à história antiga dos povos que vivem no território da actual república da Guiné-Bissau, estudos mais aturados e baseados em fontes que não sejam a história oral, devem ser encarados como uma necessidade. Estes estudos devem ser direccionados para a toponímia, a etnonímia, a antropologia física, a arqueologia, etc. Enfim, para as diferentes disciplinas das ciências sociais e humanas, por forma a se complementarem. Nenhuma destas disciplinas, tomadas em separado, conseguirá dar respostas cabais às questões relativas ao povoamento, à real composição étnica do país e às primeiras migrações.

A demografia constitui, portanto, um importante elemento de estudo. Os dados actualmente disponíveis são pouco satisfatórios, mesmo em relação às recentes vagas e movimentos migratórios.

Se relativamente à emigração os principais destinos eram os países vizinhos, com maior destaque para o Senegal e a Gâmbia, hoje os países e continentes de destino são vários, a ponto de se poder afirmar que não existe um único país onde não haja um emigrante guineense. A persistente situação de pobreza é a grande condicionante do importante fluxo migratório, onde se destacam jovens, rapazes e raparigas.

A mesma tendência se verifica em relação à imigração, onde se constata um aumento do número quer de imigrantes, quer de países de proveniência. Em face desta situação, o

seguimento deste processo e a actualização dos dados apresentam-se como uma necessidade, na medida em que permitirão uma maior percepção da realidade e do peso destas duas variáveis demográficas na população do país. Não se deve descurar o facto de que, se a emigração é um factor de perda de população, a imigração, ao contrário, contribui para o aumento da população do país de acolhimento, que neste caso é a Guiné-Bissau, daí a necessidade de um registo sistemático por forma a se poder definir melhor a política do país em matéria de população.

Abreviaturas

- CEDEAO - Comissão Económica dos Estados da África Ocidental
- DGA - Direcção Geral do Ambiente
- GPC - Gabinete de Planificação Costeira
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
- PNGA - Plano Nacional de Gestão Ambiental
- UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

Bibliografia

- CARDOSO, Leonardo – «Área protegida de Cantanhez (população e migrações)», UICN/GPC, Bissau, 2000.
- CARREIRA, A. e A. Martins Meireles – «Movimentos migratórios das populações da Guiné», *BCGP*, vol. XIV, nº 53, CEGP, Bissau, 1959.
- DGA/PNGA – «Diagnóstico do ambiente rural», DGA/PNGA, Bissau, 2000.
- ESTEVES, Maria Luísa – *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*, INEP, Bissau, 1988.
- GOMIS, Simon – «L'analyse du système productif balante - Le cas de la riziculture de mangrove dans le secteur de Cubucaré», Bissau, 1991.
- IMBALI F., A. da Silva e J. Incuca – «Estudo do impacto sócio-económico da criação do parque das Lagoas de Cufada sobre as populações residentes», INEP, Bissau, 1997.
- Mapa Estatístico da Direcção Geral de Migração e Fronteiras para os anos 2000 - 1º semestre de 2001, Bissau, 2001.
- PLANIFICAÇÃO COSTEIRA DA GUINÉ-BISSAU – Relatório Técnico Final (1ª fase), Bissau, 1992.
- SANE, Issufi – «Repartição espacial da população e migração», vol. IV, *Análise do Recenseamento Geral da População e Habitação*, 1996.
- SILVA, A. Ocante da, e Leonardo Cardoso – «Dinâmica da população da zona costeira», Bissau, 1999.
- TEIXEIRA DA MOTA, A. – *Fulas e Beafadas no Rio Grande no séc. XV. Achegas para a etno-história da África Ocidental*, Memórias da Academia das Ciências, Lisboa, 1970.

Résumé

Après une revue historique du peuplement du territoire de la Guinée-Bissau par les divers groupes ethniques qui composent actuellement sa population, le texte décrit quelques conflits qui ont origine dans les différences entre les systèmes de production utilisés et les différentes formes de mettre en valeur les ressources. La dégradation des sols et la salinisation des rizières poussent les agriculteurs des terrains marécageux côtiers à chercher des terres alternatives, et leur intérêts se heurtent avec ceux des groupes ethniques qui pratiquent des cultures de plateau. Les différents arts de la pêche, le non respect des zones établies ou l'installation de campements de pêcheurs migrants sur des sites considérés sacrés sont une autre source de conflits. Néanmoins, la relation et l'échange d'expériences entre les divers groupes ont également des effets positifs à souligner. Dans les dernières rubriques de l'article sont traitées les migrations internes, ainsi que les flux d'émigration et d'immigration, leur durée, leurs motivations, leurs tendances.

Dimensão Ecológica e Socioeconómica das Zonas Húmidas da Guiné-Bissau

Aristides Ocante da Silva

*Les profits à court terme ne doivent pas
nous faire oublier les valeurs naturelles
et économiques à long terme des zones humides.*
Wetlands International

Nota Introdutória

Fala-se frequentemente da Guiné-Bissau como um país essencialmente agrícola, com muitas terras aráveis (1.100.000 hectares, ou seja 32% da superfície total¹), com um clima que favorece a existência de enormes potencialidades hidroagrícolas, silvo-pastoris e piscatórias. Ao mesmo tempo são notórios os movimentos de população dentro do país e nos países vizinhos em busca de sedentarização ou de actividades sazonais ligadas à exploração dos recursos da biodiversidade, influenciando deste modo nas actividades económico-productivas, na estrutura demográfica e nas práticas culturais. Dificilmente vem ao espírito um facto, uma noção que fundamentalmente explica esse ambiente particular em que se desenrolam estas actividades: a existência de zonas húmidas. Esta noção que

¹ GAPLA, 2001.

segue o seu curso, e que se materializa em convenções, políticas públicas, planos e programas de acção, actividades de informação, educação e sensibilização das comunidades locais, da sociedade civil e dos decisores, concerne grandemente a Guiné-Bissau, sobretudo se fizermos uma radiografia que ponha a nu a verdadeira dimensão ecológica e socioeconómica das suas zonas húmidas. Neste trabalho, uma tal dimensão será analisada e decorticada sob o ângulo das potencialidades, do nível real do uso dos recursos da biodiversidade destas zonas, ou seja do interesse que representa, das formas de avaliação económica que permitem compreender melhor os diferentes interesses em presença e a génese dos conflitos entre grupos de interesse. As formas de gestão serão igualmente analisadas, na medida em que existem limites que se impõem estabelecer ao uso descontrolado destes recursos, particularmente se esse uso pretende ser racional e durável.

Conceitualização e problemática

A frequente utilização do termo *zonas húmidas* nos meios científicos não deve ser objecto de interpretações erróneas, noutras áreas do conhecimento, sobre o seu verdadeiro significado. Esse conceito corresponde a uma discriminação ecológica assente em parâmetros edafo-climáticos e biológicos não dissociados da componente humana do meio ambiente em geral. Fala-se de zonas áridas e semi-áridas, zonas temperadas, zonas marinhas, e finalmente de zonas húmidas, e a cada uma delas corresponde uma determinada visão que condiciona a adopção de políticas e de objectivos que se traduzem em acções concretas e programadas.

À primeira vista, vem ao espírito a relação directa que este termo mantém, por um lado, com os parâmetros climáticos

que são a pluviometria, a *humidade relativa* (cujos graus pareceriam poder designar melhor o termo), a evapotranspiração e a temperatura, que condicionam os regimes hidrológicos e hidrodinâmicos, e por outro lado com as componentes biológicas, expressas na diversidade biológica, na dinâmica de povoamento das populações naturais, e nas interações entre uns e outros. Em última análise, não é difícil concluir que as actividades socioeconómicas dependem desta dinâmica do meio bioclimático. Na realidade, o conceito de zonas húmidas é o de um território que dispõe, pelo menos durante uma parte do ano, de água suficiente para permitir o desenvolvimento de comunidades específicas de plantas e de animais adaptadas a estas condições particulares (Wetlands International, 2001). Com esta definição restritiva pretendeu-se, nos termos da Convenção de Ramsar, definir as zonas húmidas como “extensões de pântanos, lodo, turfeiras ou de águas naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, onde a água é estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo as extensões de água marinha cuja profundidade, na maré baixa, não ultrapassa seis metros” (artigo 1.1. da Convenção de Ramsar).

Se abriremos o dicionário enciclopédico de ecologia, a zona húmida é definida como sendo todos os biótopos aquáticos pantanosos, ou lagunares continentais ou litorais. Outras definições têm um alcance mais regional ou nacional; quer dizer, por exemplo, que a África prefere a sua própria definição, e a nível nacional foi emitida uma outra ideia do que pode representar uma zona húmida². Atendendo a qualquer uma destas definições, sejam elas *stricto sensu* ou *lato sensu*, a

² As zonas húmidas podem ser lagos, estuários, retenções ou presas artificiais, cursos de água, planícies inundáveis, vales fósseis, ou sistemas de oásis (Wetlands International, ESP, 2001).

Guiné-Bissau é largamente uma zona húmida da qual faz parte a zona costeira, que com ela coincide em grande parte, nomeadamente nos seguintes critérios:

- Cursos de água corrente (rios, rias, ribeiros) e estagnada (zonas pantanosas, lagos e lagoas), com a penetração de rios e rias no interior do continente até uma distância que varia de 150 a 180 km;
- Áreas marinhas
- Povoamento florístico e faunístico e as respectivas diversidades
- Principais parâmetros climáticos.

Fora dos limites da zona costeira, as zonas húmidas da Guiné-Bissau incluem áreas de Dulombi, os lagos e zonas pantanosas da região de Gabú e de Bafatá, os afluentes dos rios Geba e Corubal e as nascentes de Boé.

Partindo desta definição, os ecossistemas abrangidos pelas zonas húmidas transparecem sem qualquer dificuldade, bem como as suas potencialidades e interesse, o seu papel na promoção do desenvolvimento durável decorrente da sua importância socioeconómica, mas também a sua vulnerabilidade, o que pressupõe a visualização da problemática sob o ângulo da sua protecção. Tudo isto equivale a colocar as seguintes questões: Quais são as potencialidades e as particularidades ecológicas e socioeconómicas das zonas húmidas da Guiné-Bissau num contexto ambiental nacional? E quais são os limites dessas potencialidades? Ou seja, quais são as reais funções das zonas húmidas da Guiné-Bissau e de que maneira deve-se efectuar a sua gestão numa perspectiva de sustentabilidade? De que maneira se encontram enquadradas do ponto de vista jurídico-institucional e das políticas públicas em diferentes escalas geográficas? Ainda que de forma não exaustiva, toda essa problemática geral e questionamentos serão, mais adiante, tratados.

Interesse Bioecológico e Socioeconómico das Zonas Húmidas

Interesse bioecológico

A diversidade dos ecossistemas e das espécies animais e vegetais que os integram caracterizam do ponto de vista bioecológico as zonas húmidas da Guiné-Bissau, cujos parâmetros abióticos e bióticos são essencialmente os seguintes:

Parâmetros abióticos: (i) temperaturas médias anuais que variam entre 24 e 27°C; (ii) uma estação das chuvas de quase seis meses, com uma pluviometria que varia de 2400 a 1800 mm no sul, de 2200 a 1600 no centro, e de 1600 a 1200 no norte (C. Silva, 1995); (iii) a humidade relativa média situa-se à volta de 69,8%; (iv) a evapotranspiração potencial (TURC) situa-se à volta de 1172 mm, existe uma reserva hídrica na ordem dos 1.028 mm e recursos hídricos renováveis num valor de 31 biliões de m³ (CILSS, Institut du Sahel, 2001); (v) solos de natureza variada, destacando-se a sua importância ecológica na fixação dos vegetais, na retenção de água, de biótopo para os microrganismos que participam no processo edáfico tais como as térmitas, mas também de forma global no processo biogeoquímico.

Parâmetros bióticos: uma diversidade importante, cujo índice não foi ainda quantificado, mas que se explica pela natureza do clima, globalmente tropical (com uma diferenciação fitogeográfica norte-sul, designado de sudaneano e subguineense húmido) e pela fauna e flora que lhe são próprios.

Uma vez que estes dois tipos de parâmetros são indissociáveis no funcionamento dos ecossistemas, as características fundamentais dos ecossistemas húmidos da Guiné-Bissau são as seguintes:

• Uma zona costeira de 22.235 km², o que constitui 61% da superfície total do país, com uma diversidade florística que integra um mosaico de formações vegetais que vão dos últimos trechos de florestas sub-húmidas às savanas arboreadas e arbustivas, passando por zonas intertidais, *tannes*, e uma importante diversidade faunística em que se destacam mais de 375 espécies de aves, cerca de 85 espécies de répteis, 31 espécies de anfíbios, 128 espécies de mamíferos, 154 espécies de peixes, 54 espécies de moluscos e 24 espécies de crustáceos³. Parte integrante desta zona costeira, destaca-se todo o litoral, constituindo um domínio anfíbio povoado essencialmente por diversas espécies de mangais⁴ (em estratos associados a outras espécies vegetais) cuja superfície representa 8% do território nacional, ou seja 2484 km². Esta zona costeira, com uma configuração bastante recortada, particulariza-se pela existência de uma forte interpenetração entre a terra e o mar até uma distância de 180 km no interior do continente, uma importante rede hidrográfica (rios, rias, lagos, lagoas), deltas, estuários e estuários inversos, e pela existência de zonas intertidais e bancos de areia de fraca profundidade, de difícil acesso.

• Uma plataforma continental de 53.000 km², uma das mais extensas da África Ocidental rica em espécies de mamíferos, répteis marinhos, peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados que constituem o zooplâncton, o nécton e o bentos, sem esquecer as espécies do fitoplâncton e do fitobentos. Destas espécies, algumas são raras ou ameaçadas,

³ A.O. da Silva, Phase de reconnaissance biophysique et socio-économique de l'éco-région de l'upwelling sahélien. Rapport sur la Guinée-Bissau. WWF, Bissau, 2001, 41 pp.

⁴ As espécies existentes são *Rhizophora mangle*, *Rhizophora racemosa* e *Rhizophora harisonii*, *Avicenia africana*, *Conocarpus erectus*, *Laguncularia racemosa* e *Hibiscus tiliaceus*.

como o tubarão *Rhizoprindon acutus* e *Carcharinus limbatus*, as raias *Rhinobatos rhinobatos* e *Rhinobatos cemiculus*, a tainha com barbatana caudal vermelha (*Mugilidae*), a tartaruga verde (*Chelonia mydas*), a tartaruga verdadeira (*Eretromochelys imbricata*) e a tartaruga de ridley (*Lepidochelis olivacea*), a tartaruga de couro (*Dermochelys coriacea*) e a tartaruga careta (*Caretta caretta*) enquanto outras são emblemáticas e carismáticas, como o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), o peixe-boi (*Trichechus senegalensis*), o crocodilo (*Crocodylus niloticus*). Algumas jogam um papel importante na simbologia e na representação cosmogônica de certas etnias, porque estão associadas a rituais e cerimônias sagradas.

- Uma parte insular desta zona costeira, que para além das ilhas de Jeta e Pecixe, é dominada essencialmente pelo arquipélago dos Bijagós, cuja importância é conhecida pelas suas particularidades ecológicas, nomeadamente por ser um sítio de acolhimento de mais de 700.000 indivíduos de dezasseis espécies migradoras de aves paleárticas que no inverno boreal vêm para os trópicos, e porque uma das suas ilhas, a de Poilão, é o mais importante sítio de desova da tartaruga verde de toda a África Ocidental.

- A particularidade ecológica de a parte insular e as águas costeiras se encontrarem numa zona de *upwelling* saheliano ou ressurgência, cuja vantagem é de trazer para a superfície as águas frias do fundo, ricas em nutrientes que estão na base de uma rede trófica que começa com a produção primária fitoplanctónica.

- Uma zona interior essencialmente dominada pela região de Gabú e parte da região de Bafatá, que, como vimos, por definição pertence a zona húmida, designadamente pelos afluentes do Geba, as nascentes e lagos, as suas florestas bem como a fauna que ali se abriga.

Quadro 1
Guiné-Bissau: Principais zonas húmidas

Zonas húmidas	Funções/Importância	Estatuto ecológico	Observações
Arquipélago de Bolama-Bijagós (grupo de ilhas de Orango, de João Vieira-Poilão, de Formosa e outras)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização do litoral graças ao mangal e protecção contra as tempestades - Sítio de uma diversidade biológica elevada com uma forte presença da avifauna autóctone e paleárctica migradora e aquática - Produtividade biológica elevada (sobretudo a primária fitoplanc-tónica) na origem de uma produção em recursos pesqueiros, entre outros - Atenuação das mudanças climáticas - Depuração da água - Lazeres e turismo 	Reserva de biosfera, parques nacionais (Orango e João Vieira-Poilão)	Existem algumas espécies de aves indicadoras da biodiversidade e do estado de saúde ecológica dos cursos de água
Florestas de Cantanhez	<ul style="list-style-type: none"> - Protecção dos solos contra a erosão eólica e pluvial - Produtividade biológica elevada⁵ (essencialmente primária autotrófica por parte dos vegetais superiores e inferiores) na origem de uma importante produção agrícola, florestal e pastoril 	Proposta de classificação ainda em estudo	Dezenas de milhares de aves encontram-se neste habitat nos períodos de migração ou na época das chuvas. Algumas espécies de aves como por exemplo <i>Corytha cristina</i> são indicadoras do estado de conservação das florestas

⁵ Os dados sobre esta produtividade na Guiné-Bissau não são conhecidos, mas a título de exemplo, Wetlands International calcula que a produtividade primária líquida

<p>Ecosistema do mangal (ilhas de Jeta e Pecixe, nas margens dos rios Cacheu, Mansoa, Cumbijã, Cacine)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização do litoral e protecção contra as tempestades - Domínio das cheias - Retenção e exportação de sedimentos - Recarga dos aquíferos 	<p>Integrado na sua maioria nas áreas protegidas (AP): Parques de Cacheu e futura AP de Cantanhez</p>	<p>Bom nível de salinidade (concentração inferior a 60‰, estabilidade do substrato, marés de grande amplitude)</p>
<p>Lagoas de Cufada, Bionra, Bedasse e Vendu Tcham</p>	<p>Recarga dos aquíferos</p>	<p>Parque natural (Lagoas de Cufada)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior reserva de água doce do país - Presença de várias espécies de aves aquáticas, peixes, anfíbios e mamíferos terrestres
<p>Estuários dos rios</p>	<p>Sítio de uma diversidade biológica elevada</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Forte presença de aves migradoras, peixes, répteis, anfíbios - O caso dos estuários dos rios Cumbijã e Cacine é conhecido pelo papel que jogam na reprodução do pelicano cinzento (<i>Pelecanus rufescens</i>), da gaivina maior (<i>Sterna caspia</i>), da íbis sagrada (<i>Threskiornis aethiopica</i>) e do colhereiro (<i>Platalea alba</i>)⁶

de 6,4% da superfície das terras é de 24% e faz notar que a matéria orgânica acumulada nas zonas húmidas resultante do acasalamento entre a produtividade e a saturação dos solos, é objecto de uma transformação e de exportação do carbono para os ecossistemas fluviais e marinhos em proporções muito mais importantes que nos ecossistemas terrestres.

⁶ T. Camará, C. Silva & C. Barbosa, 2001.

Quase todas estas zonas húmidas foram e são objecto de estudos socioeconómicos e ecológicos com maior ou menor profundidade. No caso das zonas húmidas constituídas por ecossistemas aquáticos (lagos, rios e estuários) alguns estudos ligados às actividades que aí se exercem (pesca, fumagem de peixe, extracção de sal, apicultura) foram feitos, mas estudos de natureza ecológica (conhecimento da produtividade e da biomassa haliêuticas, das dinâmicas costeiras e marinhas, das espécies e respectiva biologia e dinâmica populacional, etc.) são os que mais se fazem sentir.

Interesse socioeconómico e cultural

Pelos produtos que se extraem através de diversas actividades socioeconómicas (agricultura, exploração florestal, pastorícia, extractivismo, produção de energia, alimentação em recursos hídricos, pesca, turismo, ecoturismo, comércio) e graças às suas enormes potencialidades, as zonas húmidas da Guiné-Bissau apresentam um interesse sociocultural e socioeconómico.

O seu interesse sociocultural decorre do facto de nelas se concentrarem uma diversidade de etnias num mosaico comunitário, em que algumas etnias apresentam mais afinidades com determinadas actividades produtivas: os Balantas com a orizicultura em solos do mangal, os Manjacos, Felupes, Beafadas, Nalús, Bijagós, Mancanhas e outros com a orizicultura do planalto, os Fulas e Mandingas com as culturas de renda no planalto e a criação de gado, os Manjacos e Pepéis com a pesca.

Essa coexistência interétnica traduz-se em influências recíprocas quer no domínio produtivo (modificações de sistemas de produção, adopção ou coabitação destes sistemas,

como por exemplo o sistema de orizicultura de mangal introduzido pelos Balantas no sul, gerando o sistema misto com a orizicultura do planalto, ou ainda o sistema frutícola introduzido pelos camponeses da Guiné-Conakry), quer no domínio cultural com sistemas de herança em territórios que não coincidem com os limites étnicos (outrora a entronização de um régulo mancanha de Bula ou de Có se fazia em território manjaco). Os movimentos migratórios operam-se no interior destas zonas húmidas e dos países vizinhos para estas mesmas zonas, motivados por factores diversos que não serão objecto desta análise, mas que, saiba-se, estão ligados, em linguagem técnica, aos produtos e serviços destas zonas.

Como em outros países, algumas espécies animais e de ecossistemas das zonas húmidas encontram-se inseridas no imaginário, na cosmogonia de várias etnias da Guiné-Bissau, e daí decorre o impacto destes aspectos culturais na gestão e conservação das zonas húmidas. Por exemplo a existência de florestas e ilhas sagradas destinadas aos rituais do fanado e submetidas a interdições para os não iniciados, é bem conhecida em várias etnias sobretudo as do litoral. Para os Bijagós, o tubarão é um peixe mítico, da mesma maneira que o hipopótamo o é para os Felupes. Os Bijagós consideram a tartaruga de couro uma espécie sagrada, e possuem uma mitologia à volta do peixe-boi e do hipopótamo, cuja caça é sujeita a rituais exclusivos a certas famílias detentoras dos conhecimentos tradicionais seculares. Da mesma forma existe uma mitologia sobre o combé (*Anadara senilis*) segundo a qual este e outros bivalves devem ser consumidos na própria ilha onde foram extraídos, sob pena de mau tempo e eventualmente naufrágio, caso saírem da ilha onde foram colectados.

Quanto ao interesse socioeconómico das zonas húmidas, os solos com vocação agrícola são estimados em cerca de

1.100.000 hectares, distinguindo-se os solos destinados à orizicultura de mangal, os *bas-fonds* e os do planalto, os de cultura de rendimento (cajueiro, milho, batata-doce, algodão) bem como os que têm vocação agro-silvo-pastoril, nos quais foram levadas a cabo experiências-piloto, nomeadamente no leste do país, nas zonas irrigadas pelos rios Geba e Corubal.

Além disso, os recursos florestais representam uma potencialidade estimada em mais de dois milhões de hectares e as reservas de madeira em 48,3 milhões de metros cúbicos em 1992 (C. Amarante, GAPLA, 2001). O nível de desflorestação para diversos fins teria atingido entre 57.000 ha/ano (Banco Mundial, 1989) e 80.000 ha/ano (Costa, 1990) com dados que dão conta que: (i) as plantações de anacardeiro ou caju, em plena expansão, contribuíram com 37 milhões de dólares americanos para o PIB em 1995; (ii) a utilização de lenha e de carvão em 1998 era estimada em 2.273 kg/agregado/ano nos agregados urbanos que possuem iluminação eléctrica, e em 2.376 nos que não a possuem (M. Nassambis & F.J. Benício). Que diríamos dos agregados nas zonas rurais e semi-rurais numa população maioritariamente rural (a população rural é estimada em 75% da população total da Guiné-Bissau)?; (iii) a produção industrial de madeira atingiu 8.311 m³ em 1997 (GPC, 2000) e o número de troncos abatidos para a produção de madeira atingiu por exemplo unicamente na região de Quínara, em 1998/99, 7931 troncos.

Os recursos pesqueiros representam um potencial de centenas de milhões de dólares, embora a biomassa e a produtividade haliêuticas são pouco conhecidas. Na realidade, estes recursos só contribuem para 41% do orçamento geral do Estado. O nível das capturas de peixe conhecidas ao nível da pesca artesanal situava-se à volta de 52.000 toneladas em 1996 (GPC, 2000). Se houvessem estudos mais actualizados e

aprofundados sobre os recursos contidos nos cursos de água continentais e no meio marinho da Guiné-Bissau, ver-se-ia mais claramente a desfasagem existente entre as potencialidades económicas e o nível de exploração dos recursos neste domínio, embora há que salientar uma outra questão que mais a frente será referida, que é a da gestão destes recursos tendo em conta que há ameaças específicas que constituem limites à sua própria sustentabilidade.

As actividades como a pastorícia, e o seu desenvolvimento sobretudo no leste do país, o extractivismo, o ecoturismo e o comércio são tributárias das condições ecologicamente favoráveis e economicamente prometedoras das zonas húmidas. Isto significa que há criação de gado e extractivismo, enquanto actividade socioeconómica, porque existe uma cobertura vegetal sustentada pela exportação do carbono para os ecossistemas terrestres, fluviais e marinhos, pelas condições climáticas favoráveis e pela existência de água em zonas pantanosas e em cursos de água corrente e estagnada. O ecoturismo e o comércio decorrem directamente do potencial natural da agricultura, das pescas, das florestas e das paisagens naturais.

Avaliação económica

Alguns produtos das zonas húmidas dotadas de funções tais como, por exemplo, as de depuração da água ou de protecção contra as cheias, não são quantificados do ponto de vista económico. Podem-se colocar várias questões, entre as quais a de saber se seria economicamente mais interessante conservar uma faixa de mangal numa determinada zona ou construir um muro contra as inundações. Os produtos alimentares encontrados no mercado de Bandim em Bissau, e noutros mercados do país, vêm do campo, das zonas rurais mais pro-

duativas. Famílias inteiras vão ali procurar estes produtos para sobreviverem. Tudo isso representa um valor económico para as zonas húmidas.

Para esta avaliação económica, apoiamo-nos nas reflexões do economista Abdoulaye Zonon, segundo as quais existem os seguintes valores de uma zona húmida:

Valor de uso directo dos produtos, como por exemplo o pescado, os produtos florestais e agrícolas, a água para a alimentação humana e animal, etc.

Valor de uso indirecto, que corresponde às funções principais vistas no quadro anterior, como é o caso da alimentação dos aquíferos: por exemplo, o custo das obras hidráulicas pode diminuir consideravelmente graças à existência de um lago⁷, a qual pode permitir desencravar uma zona ou ter uma importância ecoturística e ecológica (riqueza em biodiversidade, etc.).

Valor de existência, que corresponde ao bem-estar (ao prazer) que as pessoas sentem pelo simples facto da existência dessa zona húmida. Por exemplo, as pessoas que habitam próximo de uma floresta que serve de corredores de fauna como em Cantanhez, os ambientalistas e outros cidadãos poderiam estar dispostos a pagar uma certa soma para evitar a destruição dessa floresta para se aproveitar a madeira.

Valor de opção, relacionado com a utilização: um ecossistema de zona húmida pode servir para o desenvolvimento do ecoturismo, a exploração mineira ou petrolífera, ou hidroelétrica. Neste caso, pode-se *optar pela sua não exploração*,

⁷ Um estudo de avaliação económica do lago Debo, no Níger, permitiu constatar que graças à existência deste lago e do seu valor de uso indirecto (alimentação em águas subterráneas) poder-se-ia economizar 250.000.000 FCFA em caso de construção de obras hidráulicas para a alimentação em água. Ou seja, essa cifra é o valor de uso indirecto deste lago.

*preferindo conservar a biodiversidade*⁸. A nível mundial existem mesmo fundos como o GEF (Fundo para o Ambiente Mundial) para financiar os custos adicionais decorrentes da necessidade de protecção do meio ambiente.

Todos estes valores põem em evidência os diferentes interesses que muitas vezes entram em conflito, em função dos actores socioeconómicos. Um exemplo interessante dado por Zonon é o de uma floresta classificada: *os camponeses* pobres vizinhos dessa floresta preocupar-se-iam mais com o valor de uso directo e menos com os outros valores; *o governo* estaria mais interessado no valor de opção da floresta classificada; *os ambientalistas* estariam mais preocupados com o valor de existência e com o valor de uso indirecto dessa mesma floresta.

Sejam quais forem os diferentes interesses em jogo, o conhecimento das potencialidades ecológicas e a avaliação económica das zonas húmidas é fundamental para os processos de co-gestão e de tomada de decisões. Na Guiné-Bissau, pouco se sabe sobre os aspectos económicos dos produtos e dos serviços que nos oferecem as nossas zonas húmidas.

⁸ O exemplo de uma provável exploração petrolífera nas águas da costa da Guiné-Bissau podia constituir uma matéria para reflexão e debate.

Quadro 2
Exemplos de avaliação económica de zonas húmidas no mundo

Localização das zonas húmidas	Produtos/Serviços	Avaliação económica ⁹
Planície de inundação de Hadejia-Jamare (Nigéria)	Água para a agricultura, pastorícia, pesca, produção de lenha etc	45 USD/1000 m ³
Ribeiro Charles	3.800 ha de terras húmidas intactas para a protecção contra as inundações	17 milhões de USD/ano
Flórida	Um pântano de 223.000 ha para a estocagem e recarga do aquífero	25 milhões de USD/ano
Norte da Nigéria	Uma zona húmida para a recarga do aquífero	4,8 milhões de USD/ano
Malásia	Um pântano com mangais intactos para a protecção contra as tempestades e para o domínio das cheias	300 mil USD/km
Reserva florestal de Matang (Malásia)	40.000 ha de mangal	Fornece madeira industrial num valor de 9 milhões de dólares/ano
Planície de inundação de Waza-Logone (Camarões)	Restauração para efeitos de protecção contra as cheias	5 milhões de USD
Florida (USA)	Pântano com ciprestes para depuração de água	98% de azoto e 97% de fósforo eliminados nas águas usadas antes de atingir o lençol freático
Chesapeake (USA)	Ostras	8 milhões de ostras cultivadas num curso de água, para limpá-la antes da sua entrada na baía de Chesapeake
Reserva de Mamirauá (Brasil)	Vários produtos	4,4 milhões de USD/ ano
Parque marinho do recife da Grande-Barrière (Austrália)	Ecoturismo (1,6 milhão de visitantes/dia)	Rendimento de 540 milhões de USD em 1997
Barragem de Coa (Portugal)	Ecoturismo (descoberta das gravuras do Paleolítico em 1995)	Abandono da construção da barragem após um investimento de 150 milhões de USD

Fonte: A partir da comunicação de Lamizana Birguay, UICN, BRAO

⁹ São, na realidade os custos de obras (muros, trabalhos hidráulicos, barragens anti-cheias etc.) que teriam exercido as mesmas funções.

Limites às Potencialidades

As potencialidades que as zonas húmidas da Guiné-Bissau oferecem não devem ocultar a existência de factores limitativos da exploração dos recursos existentes, nomeadamente os da biodiversidade. Estes factores são, por exemplo, o clima e as diferentes utilizações socioeconómicas feitas. No que concerne ao clima, reconhece-se a ligação entre a diminuição da pluviometria segundo um transecto sul-norte em ordem crescente, e as mudanças nas estruturas dos povoamentos faunísticos e florísticos. Da mesma maneira, o potencial e as reservas hídricas em águas correntes, estagnadas, superficiais ou subterrâneas dependem destas interacções globais *clima-vegetação-fauna-recursos-hídricos*. Evidenciam estes factos a diminuição das formações vegetais costeiras e interiores, como é o caso do mangal (48%, Edwin, 1987) e das florestas sub-húmidas (24,3%), e a estiagem de certos cursos de água na estação da seca como, por exemplo, o rio Bidigor e vários afluentes do Geba na região de Bafatá.

Em relação às utilizações socioeconómicas dos recursos que atingem proporções conhecidas por pressão antrópica, sobretudo sobre os recursos da fauna terrestre, pesqueiros, florestais e agropastoris, a má gestão destas utilizações representa ameaças para as nossas zonas húmidas. Algumas espécies de mamíferos como o chimpanzé (*Pan troglodites*), o macaco-fidalgo (*Colobus polycomus polycomos*), e o elefante africano (*Loxodonta africana cyclotis*) encontram-se ameaçadas, assim como várias espécies de vegetais utilizadas para fins comerciais. A pressão que se exerce sobre os recursos pesqueiros como resultado da necessidade do aumento das capturas e a implicação de vários intermediários cada vez maior no circuito de produção e comercialização do pescado conduz

exponencialmente a uma ameaça sobre as raias e tubarões da família dos *Carcharinidae* e dos *Rhinobatidae*, mas também sobre os crustáceos e moluscos¹⁰. Várias espécies de aves aquáticas e outras como o papagaio cinzento (*Psittacus erithacus timneh*) estão ameaçadas. A má gestão das terras agrícolas pondo quantidades enormes de terra sem cobertura vegetal bem como a transumância não ordenada contribuem igualmente para limitar as potencialidades em termos de produtos e de serviços das zonas húmidas.

Todas estas constatações se traduzem no desaparecimento progressivo das zonas húmidas¹¹, cuja consequência será finalmente a perda dos rendimentos das famílias que dependem dos recursos da biodiversidade, a perda das funções ecológicas e o desequilíbrio no funcionamento global dos ecossistemas, conduzindo, com o tempo, às mudanças climáticas e ao aprofundamento do processo de sahelização e de desertificação.

¹⁰ Neste circuito, a tendência para responsabilizar unicamente os estrangeiros pela sobrepesca, sobretudo a artesanal, perde os seus fundamentos porque na realidade vários pescadores nacionais servem de intermediários fornecendo pescado aos grandes pescadores que o comercializam no estrangeiro, aumentando desta forma os seus rendimentos.

¹¹ Para Birguy Lamizana, as razões deste desaparecimento são as seguintes: circulação insuficiente de informação entre os diferentes actores e os decisores; distribuição de custos e benefícios; conceitos de planificação inadaptados; carências políticas (prioridades a nível governamental); fraquezas institucionais; organização sectorial da gestão das zonas húmidas; falta de pessoal qualificado; legislação inapropriada e pouco aplicada, e recursos limitados.

O Princípio da Utilização Racional e a Importância da Co-gestão e da Gestão Integrada

Viu-se claramente que se os recursos, ou, melhor, os produtos procurados no mercado são limitados, o preço tende a aumentar, e a produção segue a mesma curva crescente, ou seja, há uma intensificação da produção. Isto acontece nas condições de livre mercado (oferta e procura) e se traduz mais uma vez na sobreexploração dos recursos, cujas consequências foram analisadas anteriormente. Os vários exemplos citados e um simples olhar sobre o mercado de Bandim, também já citado, apela para a adopção de métodos de gestão.

Antes dessa adopção, uma necessidade metodológica nos conduz a precisar um princípio bastante importante: o da utilização racional das zonas húmidas, que consiste na “*utilização durável* em benefício da humanidade de uma maneira compatível com a manutenção das suas propriedades naturais”. Em linguagem simples, qualquer utilização dos recursos das zonas húmidas deve ser feita na perspectiva da sua conservação para as gerações futuras.

A importância da co-gestão deve-se ao facto de que os diferentes actores na utilização das zonas húmidas (comunidades locais, Estado, sociedade civil) se interessam e participam no exercício em comum da sua gestão, o que implica que deve-se encorajar as populações locais a utilizar e gerir de maneira racional os seus recursos, através de acções de sensibilização, de informação e comunicação, de reforço das suas capacidades em matéria de planificação, implementação, fiscalização e seguimento dos ecossistemas bem como o respeito pelo saber tradicional e pelas práticas socioculturais.

A gestão integrada pressupõe ter em conta os diferentes sectores socioeconómicos que intervêm nas zonas húmidas e

as acções que visam a sua conservação, numa óptica de *conservação-desenvolvimento*, mas também como forma de minimizar os diferentes conflitos de interesse, através de mecanismos de gestão de conflitos e de acordos de gestão entre diferentes grupos de interesse. Por exemplo, o funcionamento de Conselhos Consultivos Regionais de Pesca na Guiné-Bissau, ou a aplicação extensiva da gestão da floresta comunitária são formas, como para outros sectores, de gestão integrada.

Enfim, a *perversidade da noção de bem público* faz lembrar a noção de *res comunis*, ou seja um bem comum, em qualquer domínio como o das zonas húmidas. Esta perversidade deve-se ao facto de que quando se diz que um bem pertence a todos, ele acaba por não ser protegido por ninguém. Um particular não terá interesse em investir na protecção de uma zona húmida se não recuperar os custos do seu investimento, mas, em contrapartida, não hesitará em destruí-la se obtiver benefícios a curto ou médio prazo com um empreendimento lucrativo. Por esta razão é que o Estado deve intervir através de mecanismos legais com vertente repressiva, mas também incitativa (prémios, estímulos aos que conservam ecossistemas), nomeadamente pela internalização das externalidades¹², consagrando o princípio do poluidor-pagador, os investimentos a longo prazo e financiando os custos de negociação entre diferentes parceiros (ONGs, associações, mercado, etc.) e pelo engajamento no respeito das convenções internacionais. É só graças a estes mecanismos que o Estado pode

¹² As externalidades, nos grandes quadros de gestão em economia, são definidas como os efeitos de um agente económico sobre um outro agente (S. Zonon, 2001). Um exemplo é o dos acampamentos de fumagem e secagem de peixe que deitam resíduos líquidos nos cursos de água provocando poluições que prejudicam os pescadores, na medida em que pode haver baixa da produção de pescado e, consequentemente, diminuição dos rendimentos dos pescadores.

pretender atingir os objectivos de protecção e de conservação das zonas húmidas, porque, em conclusão, o próprio Estado não pode sozinho limitar a degradação dos recursos naturais das zonas húmidas.

Inserção no Contexto Ambiental Sub-regional e Internacional

Várias *convenções internacionais* estão directa ou indirectamente ligadas às zonas húmidas, mas é a convenção de Ramsar que enquadra juridicamente as zonas húmidas do planeta e evidencia a responsabilidade das partes contratantes, ou seja, os Estados, na sua conservação e gestão. Adoptada em 2 de fevereiro de 1971 na cidade do mesmo nome, no Irão, após um debate e uma vontade que tinha vindo a se manifestar desde a convenção de Argel sobre a conservação dos recursos naturais (15.9.1968), esta convenção entrou em vigor em dezembro de 1975 e foi por duas vezes modificada (em 1982 pelo protocolo de Paris e em 1987 pelas adendas de Regina). Embora a sua missão seja claramente definida como sendo a de “favorecer a conservação e a utilização racional das zonas húmidas, através das medidas a nível nacional, pela cooperação internacional, enquanto meio para alcançar o desenvolvimento durável no mundo inteiro”, ressalta claramente a possibilidade de os Estados membros implementarem as suas próprias políticas que vão, em todo o caso, no sentido do espírito da convenção de uma maneira geral, porquanto vimos na conceitualização que a própria definição do conceito de zonas húmidas pode dar lugar à extensão e/ou generalização do conceito-mãe.

Outras instituições desenvolvem acções que entram em sinergia com o espírito subjacente à convenção, como por

exemplo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUA), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a União Mundial para a Natureza (UICN) ou ainda Wetlands International, Fondation Internationale du Banc d'Arguin (FIBA) e Bird Life Internacional, mesmo se há uma deslocação marcada destas acções para as águas doces e as bacias hidrográficas em detrimento de outras componentes das zonas húmidas. Visto a natureza das inter-relações com outras convenções como a da diversidade biológica (CDB) ou a das mudanças climáticas, os ecossistemas das zonas húmidas integram os seus programas de acção. Por exemplo, a CDB, não podendo conceber a conservação da biodiversidade sem as zonas húmidas, faz referência aos ecossistemas aquáticos como forma de conservar essa biodiversidade. Da mesma forma, a Agenda 21 saída da Conferência de Rio em 1992, citada por Wetlands International, indicava no seu programa de acção (secção 18.8) que “a protecção dos recursos hídricos deve ter em conta o funcionamento dos ecossistemas aquáticos”. Outros exemplos podem ser dados, nomeadamente através de instituições como CAD/OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico na Europa).

A nível da nossa sub-região, a ideia da criação de um centro regional das zonas húmidas com sede em Acra, no Gana, vocacionado para a formação de curta e longa duração, pesquisa e seguimento, se materializa cada vez mais, estando efectuados os contactos que visam o estabelecimento de parcerias entre os países da nossa sub-região. Entretanto, acções concretas orientadas para domínios específicos como a avifauna ou as áreas protegidas marinhas são levadas a cabo pelas representações regionais das organizações internacionais de conservação atrás citadas.

Na Guiné-Bissau, embora não exista uma política específica às zonas húmidas, deve-se reconhecer que a lei-quadro das áreas protegidas persegue objectivos análogos aos das zonas húmidas, pois que todas as áreas protegidas da Guiné-Bissau situam-se em zonas húmidas. Um destes objectivos concerne “a conservação e a preservação dos meios naturais” (paisagens, espécies animais e vegetais, biótopos, habitats da fauna migradora).

Entretanto, Wetlands International desenvolve um programa de formação orientado para os decisores, sobre o processo de elaboração de uma política nacional sobre as zonas húmidas. O objectivo final é a integração dos aspectos ligados às zonas húmidas no processo de planificação dos Estados. Nesse âmbito, acções de conservação da diversidade faunística, particularmente da avifauna (formação de agentes, contagem e seguimento de indivíduos e de populações de várias espécies e famílias) têm sido desenvolvidas num âmbito sub-regional.

Conclusões: As Vantagens Comparativas

Os diferentes aspectos ecológicos, socioeconómicos e culturais das zonas húmidas da Guiné-Bissau mostram claramente as vantagens que o país detém em relação a outras zonas áridas ou semi-áridas no mundo, do ponto de vista bioclimático, quer no que concerne às suas potencialidades naturais, quer em relação aos seus impactos no desenvolvimento socioeconómico das populações.

Com efeito, a elevada biodiversidade que as zonas húmidas encerram fazem dela o lugar de predilecção para uma forte dinâmica demográfica marcada por uma evolução fre-

quente das suas principais variáveis tais como as migrações e o crescimento demográfico e as consequentes necessidades em recursos dessa biodiversidade. Mas por esta mesma razão, associada aos factores geomorfológicos da zona costeira - lembre-se que ela é uma zona húmida -, as zonas húmidas da Guiné-Bissau são extremamente vulneráveis às consequências da empresa humana que aí se exerce. Tendo a Guiné-Bissau uma das 200 eco-regiões mais importantes do mundo reconhecidas pelo Fundo Mundial para a Natureza graças às florestas de Cantanhez, o segundo maior sítio de invernagem na África Ocidental para as aves paleárcticas, o maior sítio de desova na região oeste-africana para a tartaruga verde e a maior região insular da costa leste-atlântica graças ao arquipélago dos Bijagós, sem contar com a importância ecológica do mangal, que em Cacheu representa a mais importante da África Ocidental, não será difícil concluir que o país apresenta enormes vantagens comparativas que convém explorar e valorizar. Então, coloca-se o problema da gestão destas vantagens tendo no horizonte a necessidade da conservação das zonas húmidas aliada às acções de luta contra a pobreza. Isto significa, em outras palavras, que a gestão deve corresponder à integração dos objectivos de desenvolvimento socioeconómico e de conservação dos recursos, e ter como base uma política e uma legislação nacionais especificamente viradas para os ecossistemas das zonas húmidas como forma de reconhecimento da sua real dimensão e importância, situando os diferentes níveis de responsabilidade dos actores na sua utilização racional e durável. Por isso, essa política deve assentar na formulação e aplicação de estratégias de implementação que tenham como pressuposto a integração da conservação e da utilização dos recursos das zonas húmidas nos projectos e programas sectoriais de desenvolvimento.

Bibliografia

- AMARANTE, C., 2001 – “Política do sector agrário”. GAPLA, Bissau, 8 pp.
- CILSS, Institut du Sahel, 2001 – “Gestion des ressources en eau pour le développement agricole et la sécurité alimentaire”. Bamako, 9 pp.
- COSTA, 1990, *in* SILVA, C. – “Os mangais na Guiné-Bissau. Alguns aspectos ecológicos sobre a situação actual”. UICN/GPC, Bissau, 2000, 33 pp.
- GABINETE DE PLANIFICAÇÃO COSTEIRA (GPC), 2000 – A importância dos recursos naturais na economia local (draft), *in* “Seminário de balanço dos 12 anos de actividades do Programa Planificação Costeira na Guiné-Bissau”. Bissau, 21 pp.
- LAMIZANA, B., 2001 – Rapport de la formation sur les “Aspects socio-economiques des zones humides”, vol. 1: Synthèse. UICN/BRAO, 144 pp.
- SILVA, C., 2000 – “Os mangais na Guiné-Bissau. Alguns aspectos ecológicos sobre a situação actual”. UICN/GPC, Bissau, 33 pp.
- SILVA, A.O. da, 2001 – “Análise de viabilidade e projecto de criação do Observatório Nacional do Mangal”. UICN/GPC, Bissau, 31 pp.
- SILVA, A.O. da, 2001 – “Phase de reconnaissance biophysique et socio-économique de l'eco-région de l'upwelling sahélien”. WWF, Bissau, 38 pp.
- SILVA, A.O. da, e L. CARDOSO, 2001 – “Um tipo de área protegida para Cantanhez”, versão preliminar. UICN/GPC, Bissau, 18 pp.
- WETLANDS INTERNATIONAL, 2001 – Programme Education et Sensibilisation du Public, Séries 1 à 4. Dakar.
- ZONON, S., 2001 – Evaluation économique, *in* Rapport de la formation sur les “Aspects socio-economiques des zones humides”, vol. 1: Synthèse. UICN/BRAO, pp. 97-107.

Résumé

La Guinée-Bissau est largement une zone humide, dans la région côtière et la partie insulaire, les aires de Dolombi, les lacs et les zones boueuses des régions de Gabou et de Bafatá, les affluents des fleuves Geba et Corubal et les sources de Boé. L'intérêt bio-écologique de ces zones, qui consiste en la diversité des écosystèmes et des espèces animales et végétales qui les intègrent, est analysé à travers leurs paramètres abiotiques et biotiques, leurs principales caractéristiques, leur localisation, fonctions, statut écologique. De la diversité des activités exercées dans ces zones et des ethnies qui y cohabitent, découle leur intérêt socio-économique et culturel, caractérisé par des ressources agricoles, de la pêche, touristiques et autres, et par les influences réciproques entre les différentes ethnies telle que la modification des systèmes de production ou d'héritage. A partir des valeurs d'usage direct, indirect, d'existence et d'option des zones humides est réalisée une évaluation économique permettant de mieux comprendre les différents intérêts en présence et la genèse des conflits entre des groupes d'intérêt. Finalement, les limites à l'exploration des ressources existantes sont exposées, notamment celles de la biodiversité, en mettant en relief le principe de leur utilisation rationnelle et l'importance de la co-gestion et de la gestion intégrée.

O Benefício do Fracasso: PAM, Ajuda Alimentar e Sobrevivência Local na Guiné-Bissau, 1998-99

Hjalte Tin

A Guiné-Bissau constitui um exemplo invulgar de sobrevivência numa situação de conflito armado. Durante a guerra civil que teve lugar entre Junho de 1998 e Maio de 1999, os deslocados atingiram um terço da população. Encontraram asilo e comida em casas particulares e não foi criado nenhum campo de refugiados. A resposta da ajuda internacional foi mínima. No entanto, por omissão, esta fraca resposta reforçou a cobertura local e as estruturas do Estado. O presente artigo investiga a tensão entre as respostas locais e internacionais ao conflito, com ênfase no Programa Alimentar Mundial (PAM), a agência dominante em termos de ajuda internacional na Guiné-Bissau.

Na primeira parte é analisado o impacto nutricional da ajuda alimentar, em particular a afirmação feita pelo PAM de que ele evitara uma «grande fome» na Guiné-Bissau. A ajuda alimentar no seu todo representou 10% dos alimentos consumidos na Guiné-Bissau durante a guerra. O meu postulado é que o impacto nutricional da ajuda alimentar internacional foi praticamente indetectável. A população sobreviveu com os seus próprios recursos.

Na segunda e na terceira partes é avaliado o impacto político da ajuda alimentar. A operação de emergência do PAM reforçou ou enfraqueceu a capacidade de resposta das instituições estatais locais perante as necessidades da população? O nosso argumento é que a evacuação da representação do PAM em Bissau durante os primeiros seis meses do conflito, por omissão, reforçou as estruturas estatais locais e promoveu a ajuda orientada para as necessidades. Quando o PAM regressou, durante os últimos cinco meses, a situação retornou ao 'normal', isto é, restabeleceu-se a ajuda orientada para o abastecimento e a utilização irresponsável da ajuda. Assim, o impacto político global da ajuda alimentar internacional foi o de acelerar a atrofia do Estado da Guiné-Bissau. Em apoio deste argumento será analisado o conflito entre o PAM e o comité nacional criado pelo Estado guineense para coordenar a assistência humanitária.

Finalmente, na conclusão defende-se que a população da Guiné-Bissau beneficiou da incapacidade do PAM em fazer chegar a ajuda alimentar que tinha prometido. A população não sofreu por causa do fraco desempenho do PAM. Pelo contrário, ela foi poupada ao impacto negativo que provavelmente teria tido uma operação completa do PAM.

Antecedentes e Dados

O estudo apresentado neste artigo decorreu entre setembro de 2000 e maio de 2001, e faz parte de uma pesquisa interdisciplinar mais vasta sobre os efeitos da guerra na sociedade guineense, financiada pelo Conselho Dinamarquês para a Investigação sobre o Desenvolvimento. Na Guiné-Bissau a equipa associou-se ao Projecto de Saúde de Bandim (PSB), que desde há vinte anos desenvolve uma pesquisa longitudinal

em saúde pública. Gostaria de agradecer aos membros da equipa, ao staff do projecto e às muitas outras pessoas que partilharam comigo os seus conhecimentos sobre a Guiné-Bissau, a guerra e a ajuda. Evidentemente os factos, interpretações e opiniões apresentados neste artigo são da exclusiva responsabilidade do autor.

As informações sobre a ajuda alimentar à Guiné-Bissau foram recolhidas em quatro fontes; os dados das primeiras duas estão na base do presente artigo:

- *Entrevistas*

Quinze entrevistas com actores-chave envolvidos na ajuda alimentar, realizadas em Bissau entre setembro e novembro de 2000;

- *Dados primários não publicados*

Os dados recolhidos provêm do gabinete do PAM na Guiné-Bissau (relatórios de doadores, relatórios de situação, quadros de movimento de stocks, folhas de entrega, correspondência, etc.), do ex-Comité Nacional de Solidariedade e Ajuda Humanitária (CNSAH), conservados no Ministério da Saúde (inventários, relatórios, memorandos, correspondência oficial, proclamações, etc.), e da colecção do PSB de material relacionado com a guerra, incluindo correspondência da Embaixada da Suécia, relatórios do sistema das Nações Unidas, relatórios e correspondência de ONGs, e relatórios e correspondência do próprio PSB;

- *Jornais*

principalmente portugueses e guineenses;

- *Fontes publicadas*

A pesquisa publicada sobre a guerra e a ajuda humanitária é praticamente inexistente, com excepção do útil número

especial da revista *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, «Número Especial 7 de Junho», publicado em dezembro de 2000 em Bissau pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), e do artigo «Nutritional status and mortality of refugee and resident children in a non-camp setting during conflict: follow up study in Guinea-Bissau», de Peter Aaby *et al.*, publicado no *British Medical Journal*, vol. 319, 2 Out. 1999, que apresenta algumas das controversas descobertas do PSB sobre as diferentes taxas de mortalidade registadas entre os refugiados e as pessoas que os receberam nas suas casas, num ambiente que não é o de um campo de refugiados. Os resultados da investigação financiada pela Dinamarca virão a acrescentar-se à literatura sobre o conflito na Guiné-Bissau quando forem publicados em 2002-3.

Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, situada na África Ocidental, limita a norte com o Senegal e a sudeste com a Guiné-Conakry. É um dos países mais pequenos de África, com 32.000 quilómetros quadrados planos e terra relativamente fértil, com uma produção alimentar estável de arroz e cereais; a castanha de caju contribui com 95% das receitas de exportação. A população é extremamente segmentada do ponto de vista étnico, mas os seus 1,2 milhões de habitantes coexistem com baixíssimos níveis de violência inter-étnica. A capital, Bissau, tem uma população de 350.000 habitantes (1999). A Guiné-Bissau não possui indústria nem estabelecimentos de ensino superior¹; o

¹ Embora não existisse formalmente uma universidade, desde meados dos anos 80 funcionam em Bissau alguns estabelecimentos de ensino superior: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Formação de

índice de desenvolvimento humano do PNUD coloca-a entre os países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo (nº 168 de 174). É extremamente dependente da ajuda internacional, que contribuiu com 40% do PNB em 1997 (SIDA 1998:42; PNUD 1999:154).

A Guiné-Bissau conquistou a independência de Portugal em 1974 sob a liderança de um partido único. As primeiras eleições multipartidárias após a independência tiveram lugar em 1994, sendo reeleito o Presidente no poder, 'Nino' Vieira. Os doadores e as instituições financeiras internacionais fortemente envolvidos na marcha do país registaram modestos melhoramentos económicos durante os anos 90. Um acontecimento importante foi a entrada da Guiné-Bissau na Zona do Franco CFA em 1997, transferindo a influência económica e política de Portugal na Guiné-Bissau para a França. Parte do acordo parece ter sido uma reaproximação com o Senegal, e o fim do apoio semi-secreto aos rebeldes do MFDC de Casamansa. O jogo de poderes regional alimentou a guerra civil que se seguiu na Guiné-Bissau, com Portugal a apoiar a Junta Militar rebelde e a França a ajudar o Presidente.

O Conflito

Primeira fase: junho - setembro 1998

Nas primeiras horas do domingo 7 de junho de 1998 unidades do exército comandadas pelo brigadeiro Ansumane Mané iniciaram um levantamento armado contra o Presidente Nino Vieira. Nas 48 horas seguintes teve lugar a

Professores Tchico Té. Só recentemente, em fins de 2001, viria a ser criada a primeira universidade guineense, a Universidade Amílcar Cabral (N. da E.).

intervenção de 1.300 soldados senegaleses e 400 da Guiné-Conakry em apoio ao Presidente. A Junta Militar tomou o controle do principal depósito do exército e do aeroporto internacional, isolando Bissau do resto do país. O fogo de armas pesadas de ambos os lados provocou fortes danos civis e muitos dos seus 350.000 habitantes fugiram. Os combates continuaram até 26 de julho, data em que foi negociado um acordo de cessar-fogo, ficando o governo com o controle de Bissau, de algumas cidades de província e do Arquipélago dos Bijagós. Nas semanas seguintes a maioria dos habitantes de Bissau deslocados no interior regressaram à capital. Em setembro ambos os lados do conflito recebiam mais apoio militar, particularmente em Bissau. Um intenso movimento de tropas militares registou-se à volta de Bafatá, assim como a chegada de camiões militares da Guiné-Conakry e o reforço das tropas em Bambadinca.

Segunda fase: outubro 1998 - janeiro 1999

Os combates eclodiram no dia 18 de Outubro e continuaram durante uma semana. Muitas pessoas fugiram de Bissau pela segunda vez. Em 21-22 de Outubro a Junta Militar tomou o controle de Bafatá e de Gabu. As forças de Vieira ficaram reduzidas a uma guarda presidencial de 400 homens. Dois mil e quinhentos soldados senegaleses e 400 da Guiné-Conakry ajudaram-no a conservar Bissau e as Ilhas Bijagós. No dia 26 de Outubro foi negociado um novo cessar-fogo e a 1 de Novembro Nino e Mané assinaram um acordo de paz em Abuja, Nigéria. Este acordo estabelecia a realização de novas eleições em Março e a retirada de todas as tropas senegalesas e de Conakry, para serem substituídas por tropas de manutenção da paz da ECOMOG. Foi formado um

Governo de Unidade Nacional, permanecendo Nino como Presidente. No entanto, o primeiro-ministro nomeado, Francisco Fadul, recusou-se a tomar posse do cargo antes da retirada das tropas estrangeiras. O país ficou sem governo até finais de Fevereiro.

Terceira fase: fevereiro - maio 1999

Em janeiro o Presidente Vieira importou mais armas, preparando-se para quando, em cumprimento do acordo de Abuja, as tropas senegalesas e da Guiné-Conakry se retirassem. A 31 de janeiro, o frágil cessar-fogo foi destruído por disparos na linha da frente. Os tiroteios intensificaram-se no dia seguinte e os habitantes da capital fugiram. A CEDEAO negociou um novo cessar-fogo a 3 de fevereiro. Após quatro dias de combates havia 300 mortos e 600 feridos (estimativas da Embaixada da Suécia). No dia 4 de fevereiro, trezentos soldados de uma força de manutenção da paz da ECOMOG desembarcavam de um navio francês em Bissau. A 15 de fevereiro, Mané e Vieira encontraram-se na Guiné-Bissau pela primeira vez desde o início da guerra. Cinco dias depois, a 20 de fevereiro, o Governo de Unidade Nacional era finalmente empossado, sendo metade dos ministros fiel a Nino, que continuou como Presidente. Ansumane Mané não quis integrar o governo mas escolheu para primeiro-ministro Francisco Fadul, membro do conselho supremo da Junta, e a outra metade dos ministros, incluindo o titular da Defesa. No dia 22 de março as últimas tropas senegalesas e da Guiné-Conakry abandonavam o país. A força da ECOMOG de 600 homens estava no terreno, salvo ao longo da fronteira com o Senegal, onde a Junta não autorizou a sua presença. A maioria das pessoas tinha a esperança de que a guerra acabara e o

governo começou a planificar a reconstrução e o desenvolvimento. Os bancos não funcionavam, e os salários só tinham sido pagos uma vez com um carregamento especial de notas do BCEAO em Dakar (a partir de onde a Guiné-Bissau continuou a pagar a sua dívida externa durante o conflito).

O governo carecia de um mandato democrático, mas as eleições previstas para março foram adiadas por razões práticas. A força rebelde declarou que não queria o poder político, mas vetou qualquer iniciativa do Presidente, sitiado e isolado em Bissau, e não encontrou oposição política nem militar no resto do país. As tropas estrangeiras, os doadores e as agências intervieram em função de interesses nacionais contraditórios. Não se sabia ao certo se a guerra acabara, e apesar dos 600 soldados da ECOMOG instalados no país para a manutenção da paz, a situação pendia mais para uma solução militar do que política.

Chegou o 6 de maio. A ECOMOG limitou-se a assistir quando as forças de Mané atacaram Bissau com tanques, alegando que a guarda presidencial se tinha recusado a ser desarmada. No dia seguinte o chefe do Estado-Maior General, brigadeiro Humberto Gomes, rendeu-se às forças da Junta, e Nino procurou refúgio na Embaixada de Portugal. A 9 de maio Portugal concedeu asilo político a Nino e este abandonou a Guiné-Bissau a 6 de Junho. Aquilo que o Presidente prometera que terminaria em quarenta e oito horas arrastou-se por um ano e terminou com a sua queda violenta e o seu exílio em Portugal. As estimativas das perdas humanas oscilam entre duas e seis mil vidas (Jao 2000:106). O conflito provocou grandes danos materiais na capital e uma forte desarticulação social, política e económica num país que já era instável, pobre e frágil. O país tem estado completamente paralisado desde que a paz foi atingida a 7 de maio de 1999.

A promessa da Junta Militar de acabar com a corrupção e renovar o Estado nunca foi cumprida. No dia 23 de novembro de 2000, Ansumane Mané fez uma nova tentativa de golpe. Fracassou e foi morto pelas tropas fiéis ao novo presidente, Kumba Yala.

1. Evitar uma Grande Fome?

Esta secção analisa o impacto nutricional da ajuda alimentar, enquanto a seguinte examina o impacto político da ajuda alimentar internacional. Especificamente, é contestada a afirmação do PAM de que a sua operação evitara «a fome e a morte pela fome» na Guiné-Bissau (*Donor Reports for Guinea-Bissau*, 1998 e 1999).

A ajuda alimentar

Infelizmente não existem cifras exactas sobre a ajuda alimentar na Guiné-Bissau. As cifras do PAM referentes às entradas de ajuda alimentar na Guiné-Bissau são substancialmente mais elevadas do que as suas cifras sobre a distribuição da ajuda alimentar. Isso pode ser um indício de perdas e de corrupção algures no sistema da ajuda alimentar, e será tratado mais adiante. No entanto, ao analisar o impacto sobre a nutrição, é razoável supor que toda a ajuda alimentar que entrou no país acabou por ser consumida. Desconhecemos o consumo alimentar total durante o ano do conflito, de junho de 1998 a junho de 1999. Para os presentes fins supõe-se ser a média do consumo calculado pela FAO e pelo CILSS (Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel)

Quadro 1
*Produção alimentar e importação de alimentos na Guiné-Bissau
 1997/98/99/00/01*

Ano agrícola 1 nov/31 out	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01*
População	1.112.000	1.134.000	1.157.000	1.180.000
Produção	Arroz	Arroz	Arroz	Arroz
	80.700	87.200	80.300	104.100
	Outros	Outros	Outros	Outros
	64.700	44.100	58.400	64.000
Produção total	145.400	131.300	138.700	168.000
Total disponível após dedução para sementeira, etc.	103.000	89.800	97.800	116.900
Stock inicial	14.500	0	5.800	4.000
Importação comercial	40.500	54.529	46.800	73.000
Ajuda alimentar	3.500	10.990	6.680 ^a	4.387
Exportação	0	0	0	0
Total alimentos disponíveis	161.500	155.319	157.080	198.287
Proporção da ajuda alimentar em relação aos alimentos disponíveis	2,2 %	7,1 %	4,3 %	2,2 %

Fonte: CILSS, 1998, 1999, 2000; PAM Guiné-Bissau

referente aos anos 1998 e 1999, isto é aproximadamente 156.000 toneladas.

Para obter finalmente uma cifra da contribuição específica que a ajuda alimentar teve no consumo total, acrescenta-se a aquisição local pelas agências de ajuda e o stock inicial, e

* Estimativa do CILSS.

^a A cifra inclui uma quantidade não revelada de ajuda em arroz proveniente da República Popular da China.

subtrai-se do stock final as entradas de ajuda alimentar. Utilizando as cifras do PAM que abrangem o período entre 1 de julho de 1998 e 30 de junho de 1999, podemos concluir que a ajuda alimentar acrescentou 16.747 toneladas de alimentos às cerca de 156.000 toneladas disponíveis da produção interna e das importações comerciais. Por outras palavras, uma contribuição de 10,7% no consumo total durante este período (o qual se afasta ligeiramente dos onze meses da guerra com um consumo mais baixo). Deste modo, a contribuição de 10,7% constitui uma cifra máxima.

Quadro 2
*Contribuição da ajuda alimentar no consumo total na Guiné-Bissau
 18 junho 1998 - 30 junho 1999*

Toneladas	1998 junho- dez	%	1999 jan. - junho	%	jun 1998 jun 1999
Bissau	3.883	41,9	5.986	80,0	9.869
Regiões	5.385	58,1	1.493	20,0	6.870
Guiné-Bissau	9.268	100,0	7.479	100,0	16.747
Total est. consumo	-	-	-	-	156.000
Ajuda alimentar em % do consumo total	-	-	-	-	10,7 %

Fonte: CILSS, CNSAH e PAM

As 16.747 toneladas de ajuda alimentar aumentaram a nutrição disponível de 1.200 para 1.340 quilocalorias por dia por pessoa. Quanto a evitar uma grande fome, trata-se de uma quantidade muito pequena. O consumo era ainda inferior à ração completa do PAM de 1.800 quilocalorias por pessoa por dia, mas exceptuando algumas bolsas de malnutrição isoladas, os nutricionistas que supervisavam a situação na

Guiné-Bissau por conta do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), PAM, Caritas e PSB, entre outros, não registaram qualquer situação de fome.

Quadro 3
Ajuda alimentar e consumo na Guiné-Bissau
1997/98/99/00/01

Ano agrícola 1 nov/31 out	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01*
População	1.112.000	1.134.000	1.157.000	1.180.000
Consumo total	161.500	150.385	153.080	191.987*
Cons. gramas/dia/pessoa	400 gr	363 gr	362 gr	446 gr
Cons. kcalorias/dia/pess.	1.500 kcal	1.360 kcal	1.360 kcal	1.675 kcal
Ajuda consumida	9.268 ^a	7.479 ^b	10.286 ^c	5.087 ^d
% de ajuda em 6 meses de consumo	11,5 %	9,9 %	6,7 % ^e	5,3 %

Fonte: CILSS, 1998, 1999, 2000; PAM Guiné-Bissau; CNSAH

O CICV informava após um mês de conflito, quando ainda não chegara qualquer ajuda internacional à população, que «a situação não é de modo nenhum alarmante» (Actualização das actividades na Guiné, 03/98, 6 de Julho 1998). O coordenador da agência de assistência protestante ACT, ao informar sobre a situação um mês mais tarde, a 3 de Agosto de 1998, afirmava que «a situação alimentar não é considerada crítica, mas as pessoas não têm dinheiro para comprar comida». O PAM encomendou um inquérito sobre

* Estimativa do CILSS.

^a Junho-dezembro 1998.

^b Janeiro-junho 1999.

^c Janeiro-dezembro 1999; Relatório Doadores PAM.

^d Janeiro-julho 2000; Relatório Doadores PAM.

^e Ajuda em percentagem de 12 meses de consumo.

nutrição em Dezembro de 1998. O relatório indicava que «não existe malnutrição significativa entre os deslocados nem na população local, apesar da diminuição generalizada da disponibilidade de alimentos.» Só foram identificadas algumas bolsas de malnutrição ao longo da fronteira com o Senegal (PAM, *Donor Report 1999*).

Os dados referentes aos preços dos alimentos em Bissau e em Prábis-Cumura, onde existia a principal concentração de deslocados nos arredores de Bissau, também sugerem que não houve uma carência desesperada de alimentos. A Junta Militar autorizou o saque geral de um armazém de arroz parcialmente destruído nas proximidades de Bissau. Isso fez cair imediatamente o preço do arroz em Prábis, demonstrando a sensibilidade dos preços perante o abastecimento.

Quadro 4
Preço de um saco de arroz de 50 kg na Guiné-Bissau
(em milhares de FCFA)

Antes da guerra	1 julho 1998	13 julho 1998	24 julho 1998	agosto 1998	nov 1998	Depois da guerra 1999
10,0 - 12,5	8,0 - 9,0 12,0 - 13,0	13,0	10,0 - 13,0	13,0 - 20,0	11,0 - 13,0	11,5 - 12,5
Bissau Cumura	Prábis Cumura Bissau	Prábis	Prábis Cumura	Bissau	Bissau	Bissau

Fonte: CNSAH, PAM, ADPP

O impacto nutricional das operações a curto prazo é extremamente difícil de avaliar, em parte devido aos poucos dados recolhidos sob condições caóticas, e em parte porque o impacto nutricional da ajuda alimentar raramente é a longo prazo mas apenas constitui uma pequena parte de um in-

gresso alimentar altamente variável. Nem sempre é fácil estabelecer os indicadores adequados. No único estudo de nutrição publicado durante o conflito na Guiné-Bissau, os indicadores utilizados foram a circunferência do braço e a mortalidade infantil nas crianças de menos de dois anos, e o ingresso de alimentos familiar. O estudo sugere que os recursos locais garantiram uma nutrição suficiente, enquanto que a ajuda alimentar desempenhou um papel insignificante. Da análise de um grupo de 422 crianças dos 9 aos 23 meses de idade em 30 agrupamentos de Prábis entre julho e setembro de 1998, concluiu-se que «não houve deficiências importantes no consumo de arroz na população de Prábis ... Só uma pequena parte do consumo de arroz pode ser atribuída à ajuda alimentar, a qual não contribuiu com mais de 50 a 150 gramas por pessoa por dia ao longo de todo o período», e o estudo conclui: «Não foi encontrada nenhuma ligação directa entre o consumo familiar de arroz e o estado nutricional das crianças pequenas numa situação sem fome nem de fome extrema» (*BMJ* vol. 319, p. 4).

O PAM afirmou que a sua operação evitara «a fome e a morte pela fome» na Guiné-Bissau (*Donor Reports for Guinea-Bissau*, 1998 e 1999). Todavia, é pouco provável que uma ajuda alimentar que ascende apenas a dez por cento do total do consumo alimentar tenha evitado uma fome. O PAM só publicou as toneladas de distribuição total para apoiar a sua afirmação. Mas as cifras da ajuda alimentar entregue não substituem uma avaliação do seu impacto.

2.

Atrofia do Estado? junho 1998 - janeiro 1999

A. A Resposta Internacional

A criação de um conflito

Com um terço da população total do país deslocada após poucas semanas de combates, o desenrolar do conflito na Guiné-Bissau tinha potencial para uma grande operação. Mas não viria a ser o caso, por três razões. Em primeiro lugar, quase não houve fluxo de refugiados em direcção a outros países, o que significa que o conflito foi contido internamente; segundo, não foram necessários campos de refugiados e em geral houve pouca necessidade de assistência humanitária, porque os deslocados foram alojados e alimentados pela população local; em terceiro lugar, a 'comunidade internacional' tinha poucas razões geopolíticas para intervir na Guiné-Bissau, com excepção da França e de Portugal, que o fizeram através de meios diplomáticos e militares.

Os guineenses no exílio solicitaram à 'comunidade internacional' dinheiro para ajudar a Guiné-Bissau, mas com excepção da Associação dos Guineenses em Dakar, que conseguiu embarcar 750 kg de alimentos para os Bijagós a 18 de junho, deixaram poucos traços no registo do conflito. O dinheiro dos doadores foi para os grandes actores profissionais da indústria da ajuda. As Nações Unidas emitiram um Apelo Provisório a 10 de Julho, mas dois meses mais tarde só tinha sido recebida uma única promessa - dinheiro da Suécia. O exemplo da Suécia ilustra a importância do engajamento pessoal na procura de financiamento para ajudar um país tão pouco conhecido. Ulla Andren, encarregada de negócios da

Quadro 5
*Respostas dos doadores e das agências ao conflito na Guiné-Bissau
em 11-11-1998*

Data da decisão	Doador	Canal	Descrição	Valor em USD
15 Junho	Itália	CICV	Dinheiro para assistência humanitária às vítimas da guerra civil	172.414
18 Junho	Suécia	ADPP	Dinheiro para alimentos de emergência e transportes para os deslocados	151.899
25 Junho	CE-OHCE	não inf.	Dinheiro para programa de emergência em favor das populações afectadas pela guerra	1.098.901
30 Junho	Suécia	FICV	Serviços-delegados (Apelo de Emergência da FICV nº 19/98)	3.498
30 Junho	Suécia	ONU	Apelo Inter-agências para a Guiné-Bissau	2.626.000
1 Julho	Itália	Bilateral	Dinheiro para assistência humanitária às vítimas da guerra civil	169.492
1 Julho	Suécia	PSB	Dinheiro para assistência sanitária aos deslocados na Guiné-Bissau	146.250
3 Julho	Islândia	FICV	Dinheiro para assistência humanitária (Apelo de Emerg. FICV nº 19/98)	2.755
7 Julho	RC/Dinamarca	FICV	Em espécie - cobertores e transporte (Apelo de Emerg. FICV nº 19/98)	37.405
10 Julho	RC/Japão		Dinheiro para assistência humanitária (Apelo de Emerg. FICV nº 19/98)	6.780

10 Julho	Suécia	FICV	Dinheiro para apoio a novos refugiados da Serra Leoa na Guiné-Bissau	62.500
10 Julho	Alemanha	FICV	Em espécie - tendas (Apelo de Emergência da FICV nº 19/98)	76.035
10 Julho	Alemanha	ONU	Apelo Inter-agências G-B	1.715.000
16 Julho	RC/ Dinamarca	FICV	Dinheiro para assistência humanitária (Apelo de Emerg. FICV nº 19/98)	2.918
20 Julho	Alemanha	Emb. da Alemanha	Dinheiro para aquisição de arroz para as vítimas do conflito	22.099
30 Agosto	Espanha	FICV	Serviços-delegados (Apelo de Emergência da FICV nº 19/98)	23.992
1 Setembro	E.U.A.	MSF/Espanha	Dinheiro para assistência sanitária, água & saneamento e vacinas para 250.000 pessoas	651.160
1 Setembro	E.U.A.	Não inf.	Dinheiro para assistência agrícola e distribuição de ajuda alimentar	100.000
1 Setembro	E.U.A.	ONU	Apelo Inter-agências G-B	5.749.000
7 Outubro	Dinamarca	ONU	Apelo Inter-agências para Guiné-Bissau	683.000
-	Japão	ONU	Apelo Inter-agências G-B	2.520.000

Fonte: UN Interim Inter-Agency Appeal for Guinea-Bissau, 1998

Embaixada da Suécia em Bissau, contribuiu grandemente com a sua campanha pessoal junto da ASDI para assegurar a promessa de 2,6 milhões de dólares para o PAM em finais de Junho. A Suécia doou uma ajuda num valor total de 77 milhões de coroas suecas à Guiné-Bissau, incluindo uma ajuda humanitária de 22,3 milhões de coroas em 1998, e uma outra, ainda, num total de 47,0 milhões de coroas, incluindo

uma ajuda humanitária de 12,6 milhões em 1999 (ASDI 1998:166; ASDI 1999:200).

Na lista da OCHA (Quadro 5) falta pelo menos um do-nativo inicial da Cooperação Portuguesa. O jornal português *Diário de Notícias* informou que 632 toneladas de ajuda humanitária, incluindo 30 toneladas de medicamentos, tinham chegado ao porto de Bissau no dia 16 de julho. Esta foi a única ajuda do mundo exterior a chegar a Bissau até finais de fevereiro do ano seguinte. É de salientar que desde o momento de uma promessa ser feita até à chegada de dinheiro ou produtos passaram-se meses e até anos, e algumas promessas foram mudadas ou anuladas. A 11 de novembro, a Guiné-Bissau tinha recebido promessas de assistência humanitária correspondentes a 17.329.892 USD; desta soma, 14.141.676 USD foram prometidos ao Apelo Inter-agências para a Guiné-Bissau 1998 da ONU. O predomínio esmagador do PAM é evidente; recebeu fundos três vezes superiores a todas as outras agências reunidas. O único problema destas promessas é que a maioria delas ficou reduzida a cifras no papel até a guerra ter praticamente terminado.

CICV

Das grandes agências humanitárias internacionais, o Comité Internacional da Cruz Vermelha foi indiscutivelmente o mais rápido a reagir. Conseguiu apresentar um apelo de emergência, garantir financiamento e enviar uma equipa internacional de emergência no espaço de uma semana, e começou a distribuir alimentos duas semanas depois do início da guerra. Os alimentos eram fornecidos pelo CNSAH, a partir do stock do PAM em Bissau. O quadro anterior mostra quão rapidamente as associações nacionais da Cruz Vermelha mobilizaram os

seus próprios recursos e garantiram donativos dos seus respectivos governos nacionais. Ao mesmo tempo, o CICV em Genebra enviou prontamente pessoal-chave à Guiné-Bissau, e em terceiro lugar a Cruz Vermelha da Guiné-Bissau tinha uma organização local no terreno, que podia fornecer alguma logística e mão-de-obra de imediato. Nenhuma outra organização nacional ou internacional conseguiu igualar-se ao Movimento da Cruz Vermelha.

Quadro 6
Calendário da resposta do CICV ao conflito guineense, 1998

7 junho	Início da guerra
13 junho	Chegada a Bissau de dois delegados internacionais
18 junho	Fornecimento de medicamentos aos hospitais, evacuação dos feridos, sepultura dos mortos; avaliação das necessidades dos deslocados, distribuição de água em camiões
20-30 junho	105 toneladas de arroz, óleo alimentar e corned beef do stock do PAM distribuído em Bissau pela Cruz Vermelha Nacional reforçada pelo CICV
25 junho	Três delegados internacionais chegam de Guiné-Conakry à zona da Junta Militar e organizam a distribuição de água, alimentos e medicamentos
8 julho	Abertura de um gabinete em Bafatá
12 agosto	Até à data o CICV tinha distribuído 3000 toneladas de alimentos em Cacheu, Quínara, Bafatá, Tombali, e 300 toneladas de alimentos em Bissau a 50.000 pessoas

Fonte: CICV

PAM

A operação Guiné-Bissau deve figurar entre as menos bem sucedidas em termos de desempenho: depois de dois meses apenas 500 toneladas de alimentos tinham sido distribuídas a 350.000 pessoas (o PAM forneceu 13.000 toneladas de ali-

mentos a 300.000 refugiados em Kukes, Albânia, em Abril de 1999, no primeiro mês do conflito). As razões disso foram, em parte, a evacuação de Bissau e a falta de resposta dos doadores. Uma semana após o início das hostilidades, a UNSECOORD em Nova Iorque declarou Bissau demasiado perigosa para o pessoal das Nações Unidas (Segurança Fase V) e o PAM evacuou o seu escritório para Dakar enquanto o pessoal internacional de algumas embaixadas e ONGs permanecia em Bissau.

No entanto, o PAM foi autorizado a colocar dois funcionários em Bafatá, a principal cidade do interior, para coordenar a distribuição de alimentos nas regiões, já que Bafatá era só Segurança Fase IV. A saída do PAM iria constituir um grande problema e uma fonte de embaraços para o PAM, mas ao mesmo tempo revelou-se como uma das principais razões para a apropriação local da ajuda em Bissau. O PAM continuou paralisado durante as primeiras duas fases do conflito. Assinou uma carta de acordo com o governo de Nino, mas o PAM não estava presente no terreno. E em Bafatá, onde o PAM tinha pessoal, logo tiveram que tratar com a Junta Militar sem qualquer acordo legal ou contrapartida real.

As regras de segurança da ONU imobilizaram completamente o PAM na zona da Guiné-Bissau mais afectada pela guerra. O PAM estava proibido de permanecer mais de 24 horas em Bissau e não podia utilizar o porto de Bissau porque o pessoal do PAM não podia estar presente na descarga. Também não podia comprar alimentos no comércio local uma vez que as regras do PAM exigiam supervisão no terreno da qualidade e da quantidade, fumigação e embalagem em sacos impressos com o logotipo do PAM. Uma delegação da OCHA visitou Bissau entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro e sugeriu à UNSECOORD descer o nível de segurança

para Fase IV, mas Nova Iorque não aceitou. Finalmente, após a visita de novas missões, Bissau desceu para Fase IV, com efeito a partir de 8 de dezembro. O PAM demorou ainda quase um mês em regressar a Bissau.

O PAM também enfrentava o problema de nenhum doador ter respondido ao seu apelo. Contudo, tinha alimentos na área, em particular para as operações de emergência na Libéria e na Serra Leoa. Alguns carregamentos foram transferidos para Conakry e transportados por terra em camiões até Bafatá. Esta via podia fazer um máximo de 500 toneladas por semana. Um total de 6.393 toneladas de alimentos veio de Conakry durante a guerra.

O PAM também tinha stocks na Gâmbia e no Senegal. Mas o Senegal recusou o acesso da ajuda humanitária à Guiné-Bissau na sua luta contra os rebeldes da Casamansa no sul do Senegal. O governo senegalês fez tudo para evitar a chegada de alimentos às áreas controladas pela Junta Militar, já que julgava, provavelmente com razão, que parte desses alimentos acabaria, em última instância, por ir alimentar os rebeldes da Casamansa. De facto conseguiram impedir que o PAM transferisse alimentos dos stocks no Senegal e quase bloquearam o trânsito entre a Gâmbia e a Guiné-Bissau na fronteira senegalo-guineense. O PAM e outras agências tais como Médicos Sem Fronteiras protestaram perante o governo de Dakar mas sem grande resultado. O primeiro comboio de sete camiões chegou a 23 de setembro, após uma semana de insistência junto do exército senegalês na fronteira. Esta obstrução repetiu-se com os três comboios seguintes. Um total de 1.780 toneladas de alimentos veio de Banjul por terra, via Senegal, para Bafatá durante a guerra. Em fins de fevereiro de 1999 o PAM transportou num navio 895 toneladas de alimentos de Banjul até Bissau.

Quadro 7
Entradas de ajuda alimentar na Guiné-Bissau (em tons.)
 1 julho 1998 - 30 junho 1999

Entradas	Fase 1 7 junho - 30 set 98	Fase 2 1 out - 31 dez 98	Fase 3 1 jan - 30 jun 99	Total durante o período do conflito
Bissau				
Entrada porto de Bissau	0	0	7.422,4 ^a	7.422,4
Regiões				
Entrada por terra via Gâmbia-Senegal	355,5 ^b	998,1	427,4	1.781,0
Entrada por terra via Guiné-Conakry	2.694,0	1.966,3	1.732,3	6.392,8
Total de entradas PAM - Bafatá	3.049,0	2.964,4	3.054,7	9.068,8 ^c
Guiné-Bissau				
Total de entradas PAM - Guiné-Bissau	3.049,0	2.964,4	9.582,1	15.596,1
Outras entradas G-B	912,0	400,0	0	1.312,0
Total entradas G-B	3.961,0	3.364,4	9.582,1	16.908,1

Fonte: PAM Guiné-Bissau, EMOP 6033, Quadros Mensais de Recepção de Alimentos

Uma informação realmente impressionante é não se ter registado nenhuma entrada em Bissau durante mais de seis

^a De acordo com *OCHA Sitrep Guinea-Bissau 11-27 Feb 1999*, 445 toneladas de arroz provenientes de Banjul foram descarregadas no porto de Bissau a 10 de fevereiro. O navio alugado pelo PAM regressaria a Banjul e traria outras 450 toneladas de arroz que deviam chegar a Bissau a 26 de fevereiro.

^b De acordo com o relatório do PAM *Emergency Report nº 40/98*, de 9 de outubro, o primeiro comboio com 120 toneladas de arroz e 28 toneladas de óleo vegetal chegou a Bafatá a 23 de setembro, e o segundo chegou a 5 de outubro com 350 toneladas de alimentos. Mais dois chegaram em 1998 após longas demoras na fronteira senegalesa.

^c Este número não inclui as transferências entre Bissau e Bafatá; de acordo com o CNSAH, 347 toneladas chegaram a Bafatá provenientes de Bissau em 1998, e 196 toneladas foram transferidas de Bafatá para Bissau pelo PAM em janeiro de 1999.

meses. O PAM não conseguiu fazer chegar nenhum alimento ao principal local do conflito. Também não conseguiu persuadir os doadores: nenhum dos alimentos que entraram durante 1998 foi doado à operação de emergência Guiné-Bissau; todos eles foram tomados em empréstimo de outras operações. Quando por fim chegaram os alimentos prometidos, o conflito tinha terminado. Os produtos criaram então novas necessidades.

O principal acontecimento no âmbito da resposta internacional na segunda fase do conflito foi que as fortes pressões exercidas por algumas ONGs, pelos países doadores e pela ECHO levaram finalmente o PAM a adquirir alimentos disponíveis no mercado em Bissau, sobrepondo assim as necessidades da população de Bissau às regras da agência.

Em meados de setembro os stocks do PAM estavam esgotados e a distribuição cessou. Durante os meses de setembro e outubro o comité e, entre outros, Ulla Andren, continuaram a pressionar o PAM para que comprasse alimentos no comércio local. De outro modo «os pobres» podiam ter problemas. Ela afirmou que se não houvesse uma ração completa de 400 gramas para metade da população guineense, isso poderia significar «morrer de fome para 100.000 dos sofridos guineenses». A expressão «morrer de fome» é elástica e Andren não especificou a relação entre malnutrição prévia e um possível excesso de mortalidade. Peter Aaby referia numa carta a Ulla Andren (5/9) que um comerciante (Mohan) tinha um stock de 37.000 toneladas, e prosseguia, «o problema não é a comida mas conseguir alguém que a pague.» Ulla Andren deve ter informado ao PAM que havia comerciantes em Bissau que tinham mais de 10.000 toneladas em stock. Um grande comerciante disse mais tarde ao presente autor que ele tinha um stock de 7.500 toneladas de arroz em Bissau durante a guerra

(Mamadou Baba Djaité, presidente da Câmara de Comércio de Bissau). Numa reunião com Hiro Matsumura em 30 de Setembro de 1998, Ulla Andren salientou a sua preocupação pelo facto de o PAM só ter conseguido distribuir 5.430 toneladas durante três meses, longe do objectivo de 36.670 toneladas previsto para julho-dezembro. Mesmo esta cifra do PAM de 5.430 toneladas era exagerada. A cifra real era inferior a 4.000 toneladas (calculada a partir das folhas de entrega do PAM-Bafatá e das cifras do CNSAH sobre a distribuição em Bissau).

Quadro 8
*Arroz adquirido no comércio local e distribuído a partir de Bissau
entre novembro de 1998 e janeiro de 1999*

Data	Fonte	Tone- ladas	Benefi- ciários	Ração
2 nov-1 dez	PAM-Suécia	298	193.662	1,5 kg/pessoa
18 nov-9 dez	UE-Danida	408	267.624	1,5 kg/pessoa
19 dez-16 jan	PAM-E.U.A.	885	295.002	3,0 kg/pessoa

Fonte: CNSAH

Evidentemente, não era nada positivo para a imagem colectiva do PAM ter uma grande população completamente desprovida de víveres devido às inflexíveis regras destinadas a proteger o pessoal expatriado da ONU. A situação atingiu o auge em outubro, com os novos combates e uma nova vaga de deslocados. Em finais de outubro, após cinco meses sem distribuição em Bissau e uma curta guerra, Danida doou dinheiro à ECHO/Dan Church Aid para adquirir, no comércio local, 400 toneladas de arroz. A ECHO estava ansiosa por mostrar que era capaz de distribuir alimentos onde o PAM nada fazia. O PAM não conseguiu aguentar a pressão. Hiro Matsumura reconsiderou, dizendo: «Esta não é a prática

normal do PAM». A Suécia doou dinheiro para 300 toneladas de arroz, e mais tarde os Estados Unidos da América doaram dinheiro para a compra de 1.000 toneladas de arroz em Bissau. Peter Aaby e o PSB identificaram comerciantes em Bissau por conta do PAM e compraram as primeiras 400 toneladas de arroz, que foram distribuídas em Bissau, Prábis, Cumura e Safim a partir de 2 de novembro.

B. A Resposta Nacional

A ajuda alimentar internacional reforçou a capacidade de as instituições estatais locais responderem às necessidades da população da Guiné-Bissau, ou enfraqueceu-a, acelerando assim a atrofia do Estado? Serão consideradas três dimensões de capacidade:

- (i) o impacto sobre a resposta institucional do Estado local;
- (ii) o impacto sobre a amplitude da resposta em relação às necessidades;
- (iii) o impacto sobre o alcance geográfico da resposta à população deslocada e afectada pela guerra.

A resposta institucional

A principal resposta do governo de Nino Vieira ao levantamento militar foi a tentativa de recuperar o controle do território nacional pela força. Deste modo, o golpe transformou-se numa guerra civil. Um conflito no interior da elite do poder transformou-se num conflito nacional quando centenas de milhares de pessoas fugiram das suas casas em Bissau. Todavia, este conflito dramático e inesperado ofereceu ao go-

verno aquela que seria a sua última oportunidade de provar a sua afirmação de que era um governo nacional, não apenas através da violência, mas fornecendo assistência humanitária à população. É importante lembrar a grande desproporção entre a resposta militar e a resposta civil-humanitária ao conflito. Em nenhum momento os diferentes exércitos estiveram envolvidos na assistência humanitária à população, e a resposta humanitária esteve sujeita às exigências da luta militar. Foi o caso quer do governo e da Junta Militar, quer dos principais actores externos, como o governo senegalês. Nem o governo nem a Junta Militar gastaram dinheiro em assistência humanitária à sua própria população, enquanto compravam armas por avultadas somas de dinheiro.

A principal iniciativa do governo foi a formação de um comité nacional para coordenar a assistência humanitária. Imediatamente após o PAM ter evacuado Bissau, o conceituado ministro da Saúde, Dr. Brandão Gomes Có, assumiu o controle dos stocks alimentares do PAM em Bissau, que continham cerca de 2.000 toneladas de alimentos destinados aos projectos de desenvolvimento do PAM. Brandão Có declarou que até ao regresso do PAM, o Ministério da Saúde assumiria a responsabilidade da gestão e distribuição de alimentos (Ordem de Requisição, Ministério da Saúde Pública, 18 junho 1998). A seguir formou um comité nacional sob a sua direcção, reunindo especialistas do seu ministério, algumas ONGs, organismos religiosos activos na área social e da saúde, e representantes das embaixadas da França, de Portugal e da Suécia. A primeira iniciativa do comité foi permitir que a Cruz Vermelha nacional distribuísse alguns alimentos nos hospitais. O comité elaborou orientações destinadas aos distribuidores para estes fazerem recenseamentos antes de iniciarem a distribuição, e decidiu quais as agências que deviam

distribuir, onde, e quais seriam as rações. Mas durante o primeiro mês só foram distribuídas 250 toneladas, o suficiente para alimentar a população de Bissau durante apenas dois dias.

Com a assinatura do acordo de cessar-fogo em Cabo Verde a 26 de agosto e o acesso da assistência humanitária ao interior, o comité foi reorganizado a 2 de setembro sob o nome de Comité Nacional de Solidariedade e Ajuda Humanitária (CNSAH). Este consistia num comité nacional em Bissau que incluía os ministérios da Saúde e Assuntos Sociais e do Interior, as secretarias de estado das Obras Públicas e dos Recursos Naturais, o presidente da Câmara de Bissau, e nove comités regionais. O primeiro-ministro Carlos Correia definiu como responsabilidades do comité coordenar toda a ajuda humanitária, apoiar o regresso dos deslocados, em particular para Bissau, supervisionar estatisticamente a situação da população, reparar a propriedade pública danificada, ajudar as pessoas a reconstruírem as suas casas, e doar alimentos e saneamento (Despacho do Governo de 3 de setembro de 1998). Isso era superior ao que o governo conseguira fazer em tempos de paz, e o comité seria a última tentativa do governo Vieira de fornecer alguma coisa à população. Também o comité iria durar mais do que o governo que o criou.

Durante o mês de setembro a situação tornou-se cada vez mais confusa, com o governo a criar ambiciosas estruturas para a ajuda, enquanto ambos os lados do conflito recebiam mais apoio militar, particularmente em Bissau. Com o acordo assinado com o PAM a 5 de outubro, o governo contava provavelmente com novos fornecimentos de alimentos e com o reforço do seu controle através da distribuição da ajuda. Numa situação cada vez mais tensa, Brandão Có emitiu uma declaração segundo a qual todas as organizações humanitárias

deviam possuir uma autorização do ministério da Defesa (8 Outubro). Uma semana mais tarde emitiu uma ordem sobre como tratar as crianças malnutridas. Mas não havia sistema de saúde para implementar a ordem. No dia seguinte a guerra recomeçou. E mais uma vez, o que a população recebeu dos seus dirigentes eleitos ou autoproclamados não foi protecção, mas tiros de canhão.

Todavia, o comité sobreviveu e de facto facilitou respostas rápidas às necessidades reais na segunda fase do conflito. De acordo com o director de uma ONG bem colocado, o CNSAH ganhou firmeza após a assinatura do acordo de Abuja no mês de Novembro. Uma prova da sua capacidade institucional foi o acolhimento, a 7 de dezembro, de uma reunião de coordenação alargada na cidade de Bissau, isolada pela guerra, de dezoito organizações de ajuda internacional, incluindo CICV, ECHO, OCHA e PAM, para discutir a implementação de um plano de emergência preparado pelos membros do comité pertencentes ao Ministério da Saúde. Caritas disse mais tarde que a coordenação começou realmente a funcionar no mês de dezembro. Isso resulta tanto mais surpreendente na medida em que o antigo governo tinha sido dissolvido, e o governo de transição se recusara a ser empossado devido à presença de tropas estrangeiras. Enquanto em privado a maioria das organizações de ajuda esperavam que a Junta Militar ganhasse e pusesse fim ao reinado de Nino Vieira, na prática apoiavam o comité a fim de terem acesso à população.

Amplitude da resposta

O que a população de Bissau precisava urgentemente era de ficar a salvo da violência armada. A maioria das pessoas fizeram isso elas próprias, abandonando a cidade. Em segundo

lugar, precisavam de alimentos, e conseguiram-nos em grande medida através do esforço individual e da solidariedade das famílias. Em terceiro lugar, os deslocados precisavam de alojamento (era a estação das chuvas), e encontraram-no em casa de parentes e não conhecidos e nas missões. Em quarto lugar, precisavam de medicamentos, os quais encontraram talvez mais facilmente do que em tempos de paz (comunicação de T. Draebel). Os que fugiram de Bissau tiveram acesso aos alimentos locais, enquanto os que permaneceram na cidade dependiam dos alimentos importados. Numa entrevista, uma mulher que ficou em Bissau durante toda a guerra explicou que o que permitiu às pessoas sobreviverem foi a comida importada comercialmente e não a ajuda alimentar.

«Só recebi ajuda alimentar uma vez, em agosto ou setembro. Quando havia um cessar-fogo as pessoas podiam comprar arroz. Alguns comerciantes vieram vender coisas e podia-se sair e comprar. O mercado funcionava durante os cessar-fogo, isto é a maior parte do tempo. Os cacifos do mercado de Bandim não foram saqueados. Quando os bombardeamentos eram menos intensos os comerciantes abriam os cacifos e as pessoas podiam comprar coisas e levá-las para casa em carretas². Perto da minha casa comprava açúcar, óleo e manteiga. Podia ter tudo, mas os preços eram muito altos. Também quando os combates eram menos intensos alguns comerciantes carregavam arroz em camiões e vendiam-no em diferentes partes da cidade. Nunca fui ao mercado de Bandim, nunca comprei nada lá. Sempre comprei na rua. Foi o milagre desta guerra, porque mesmo nos cessar-fogo mais curtos podia-se sair e comprar coisas para sobreviver.

² Carrinhos de mão.

«A minha mãe estava fora de Bissau, estava na apanha de caju, mas não podia trazer o arroz que tinha trocado por castanha de caju. Eu não tinha carro e não tinha maneira de ir buscar, mas consegui comprar arroz para o meu pai. Muito pouca comida veio do interior para Bissau. Penso que poucas pessoas correriam o risco de a trazer [através da linha da frente]. Durante a terceira guerra fiquei com o meu pai na praça [centro da cidade] e recebemos alguma ajuda. Muitas organizações distribuíam ajuda. Mas não era suficiente para viver. A Cruz Vermelha da Guiné-Bissau distribuiu em muitos locais, mas havia muita fraude. Às vezes conseguíamos peixe que os militares distribuíam. Sempre se podia comprar cigarros, fósforos, sal, leite em pó, e pilhas. Botijas de gás era impossível de conseguir porque todos os postos de venda estavam fechados. Podia-se comprar carvão, mas a maioria das pessoas usava ramos de árvore que apanhavam na cidade.»

«A nossa única fonte de informação era a rádio, não havia jornais. Havia luz e água no centro da cidade. As escolas funcionavam com muitas interrupções e problemas, mas não fecharam. Os funcionários públicos receberam em setembro os ordenados de junho, julho, agosto e setembro em dinheiro - os bancos não funcionavam. As pessoas sobreviveram nove meses sem pagamento, não porque tivessem reservas, mas era uma questão de relações sociais entre guineenses. Porque se eu como, e você é o meu vizinho e quer comer e não tem dinheiro, eu vou-lhe dar. Ninguém passava realmente fome, nós temos um provérbio que diz *Bianda kusidu ka ten dunu*, a comida cozinhada não tem dono.» (Professora do ensino secundário, 35 anos, vive sozinha com a sua irmã de 12 anos no bairro de Cuntum, nos subúrbios de Bissau. Entrevistada em 24 de novembro de 2000 em Bissau. Traduzido do kriol e resumido.)

Ela estava feliz por receber ajuda alimentar, não necessariamente porque estava a morrer de fome, mas porque lhe fora prometida e tinha direito a ela como cidadã durante um conflito. A ajuda tinha uma dupla função: servia de alimento quando uma vez por outra as pessoas a recebiam, mas sobretudo e permanentemente como uma promessa e um símbolo daquilo que podemos chamar de 'inclusão cívica'. A Guiné-Bissau tinha uma longa tradição de receber alimentos do Estado como benefício social. As pessoas podiam sempre consumir os alimentos, e neste sentido estes eram necessários, mas não para evitar morrer de fome. O arroz desempenhava uma função cívica que não podia ser medida em quilocalorias. Era esta dupla necessidade de alimentação e inclusão social que o comité nacional para a ajuda humanitária satisfazia.

Os desacordos sobre quais eram as necessidades a que devia dar resposta a ajuda humanitária viriam a provocar um sério conflito entre o governo da Guiné-Bissau e o PAM. A forma como esse conflito foi resolvido durante as três fases da guerra reflectiu a mudança na relação de poderes entre ambos. O governo pediu ajuda ao PAM a 6 de julho para alimentar os deslocados e a população que permanecia em Bissau, mas o PAM agiu muito devagar. Só em finais de agosto, isto é, mais de dois meses após o início do conflito, o PAM solicitou uma operação de emergência na Guiné-Bissau (código EMOP 6033 GUB). Durante os seis meses que vão de julho a dezembro de 1998, o PAM mobilizaria 36.000 toneladas de ajuda alimentar para 350.000 pessoas deslocadas internamente e «vítimas do conflito armado interno». O projecto total ascendia a 22 milhões de dólares (uma soma equivalente ao total das receitas de exportação da Guiné-Bissau no ano anterior à guerra). O PAM fixou três objectivos para a sua operação na Guiné-Bissau: «Assegurar que as pessoas afectadas pelo conflito

tenham acesso a quantidades suficientes de alimentos; evitar a deterioração do estado nutricional e reduzir as taxas de malnutrição nos grupos vulneráveis, principalmente nas mulheres e crianças; evitar a saída em massa de refugiados para os países vizinhos: o Senegal, a Gâmbia, Cabo Verde e a Guiné-Conakry.»

Quadro 9
Fluxos de refugiados, Guiné-Bissau, 1994, 1998, 1999

	Fluxo de saída da GB para o Senegal	Fluxo de saída da GB para a Gâmbia	Fluxo de saída da GB para Cabo Verde	Fluxo de saída da GB para Guiné-Conakry	Senegaleses dentro da GB
1994	0	0	0	0	23.900
1998	4.700 ^a	1.200 ^b	<1.000	2.100	5.900
1999	900	720	600	1.800	6.600

Fonte: UNHCR statistical overview 1998-1999, UNHCR Country Profiles 1998

A cifra de 350.000 deslocados, incluindo um fluxo de saída de 50.000 refugiados, tornou-se o principal parâmetro de toda a operação. O temido fluxo de refugiados da Guiné-Bissau não passou de uma gota de água, e nunca houve pressões da população para tentar abandonar o país. O PAM tinha um acordo com o ACNUR que estabelecia que no caso de o número de refugiados ser inferior a 5.000, o ACNUR responsabilizar-se-ia por eles. Porque é que o PAM inventou o número de 50.000 refugiados numa altura em que a saída de refugiados já terminara? Foi simplesmente para assegurar o negócio dos refugiados para o Programa? Seja como for, quando o PAM afirmou mais tarde que a sua intervenção

^a Deste número, o ACNUR só assistiu 760.

^b Deste número, o ACNUR só assistiu 110.

Quadro 10
*Estimativas contraditórias da população
a precisar de ajuda na Guiné-Bissau em 1998*

Província	Cifras do governo	Cifras do PAM
Bissau	48.000	40.000
Biombo	68.000	45.000
Oio	83.000	60.000
Bafatá	45.112	80.000
Gabu	42.799	45.000
Cacheu	73.000	20.000
Bolama-Bijagós	15.000	10.000
Quínara/Tombali/	73.000	50.000 (refugiados no Senegal, Gâmbia, Cabo Verde)
Total	448.111	350.000

«impediu o caos e um fluxo de saída de refugiados» parecia estar a defender uma afirmação espúria com outra de idêntico teor.

A cifra de 350.000 deslocados parece ter como base um pressuposto discutível: a evacuação quase total da população de Bissau. A frase «grupos vulneráveis, principalmente as mulheres e crianças» corresponde ao simples acréscimo dos habituais grupos-alvo do PAM. Nem o PAM nem o CNSAH reflectiram minimamente sobre o facto de este grupo-alvo se justapor ao dos deslocados. O PAM chegou à cifra de 35.000 toneladas de alimentos com base em rações completas para a totalidade dos 350.000 deslocados durante os seis meses previstos para a operação, ignorando completamente os recursos locais.

No dia 21 de setembro, dezasseis semanas após o pedido de ajuda, Brandão Có recebeu o draft de uma Carta de Entendimento do PAM. Ela foi discutida pelo governo, e depois devolvida ao PAM com substanciais modificações. Entretanto, todos os stocks da ajuda em Bissau tinham-se esgotado. O governo argumentou que a cifra do PAM de 350.000 deslocados era resultado de uma primeira avaliação rápida, e que ela nunca fora revista após ser aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como orientação para o Apelo das Nações Unidas em favor da Guiné-Bissau. O CNSAH, por outro lado, disse que a sua cifra de 448.111 deslocados era mais realista, uma vez que fora elaborada pelas ONGs e outras organizações que supervisavam a situação no terreno. O governo também assinalou que as pessoas que fugiam de uma parte do interior para outra deviam ser incluídas no número de deslocados e não unicamente as de Bissau.

Em segundo lugar, o governo argumentou que uma vez que a farinha de milho não fazia parte da alimentação habitual dos guineenses e causara muitos problemas de saúde quando foi distribuída durante as primeiras semanas do conflito (algo que não foi notado por mais ninguém), pressionou o PAM a retirá-la da ajuda. Mas o PAM respondeu que «devido à situação de emergência, o PAM é obrigado a aceitar qualquer tipo de cereal para a população necessitada e esfomeada». No dia 5 de outubro, a Carta de Entendimento foi assinada por Brandão Có no escritório do PAM em Dakar sem quaisquer modificações. Mas o CNSAH nunca concordou com o PAM nos critérios para determinar os beneficiários da ajuda alimentar. O principal problema era se as pessoas que acolhiam os deslocados nas suas casas deviam receber alimentos, ou somente os deslocados. O PAM obstinou-se em manter uma definição estreita de quem podia ser beneficiário: unicamente

os deslocados, e não quem os acolhia. A Caritas, o Projecto de Saúde de Bandim e a Embaixada da Suécia, entre outros, sustentaram que era impossível distinguir entre uns e outros, uma vez que nas famílias extensas cada bocado de ajuda alimentar era partilhado por todos.

Tony Pires foi um dos membros chaves do CNSAH, tendo trabalhado com o ministro Brandão Gomes C6 e com o seu sucessor, o Dr. Malam Drame. Pires manifestou o seu desacordo numa entrevista realizada em Bissau a 20 de outubro de 1998 (em inglês):

«O PAM era o único que tinha esta ideia. Todos estavam contra... No comité decidimos fazer o que o governo quisesse, não o que o PAM quisesse. O problema era que o PAM nunca tinha visto, em nenhum lugar do mundo, um comité nacional a tomar decisões sobre como fazer a distribuição. Mas nós dissemos-lhes: vocês não estão presentes aqui; já que que vocês abandonaram Bissau, outras pessoas têm que tomar conta da população. Eles nunca concordaram com o comité. Queriam ser eles a mandar, mas não estavam aqui, quando a guerra começou eles foram-se logo embora.»

Em Bafatá a situação era diferente porque o PAM estava presente e as agências tinham que distribuir de acordo com os critérios do PAM. Isso provocou violentos protestos. «Até o representante do PAM em Bafatá sabia do problema. Os membros da Cruz Vermelha foram fazer distribuição à população e tiveram alguns problemas porque as pessoas pegaram em pedras e disseram-lhes que fossem embora, porque não podiam distribuir só aos refugiados [deslocados].» (Tony Pires).

A 7 de novembro o coordenador regional do CNSAH pediu autorização para distribuir alimentos a toda a população da cidade de Gabu, 32.000 pessoas. O PAM recusou, dizendo:

«Dado que isso não se ajusta aos objectivos do PAM de atingir apenas a população mais vulnerável, o PAM recusou a operação» (Relat. Sit. PAM 17/98, 3-9/11/98). Não se sabe ao certo o que aconteceu a seguir em Gabu, mas aparentemente alguém, talvez a ADPP ou a Junta Militar, ignorou as objecções do PAM e fez uma distribuição geral. «O PAM foi informado pela ADPP em Gabu que a Junta Militar tinha tomado algumas quantidades de arroz, farinha de trigo e óleo para as utilizar por ocasião da visita do general Ansumane Mané. O PAM objectou isso, recusando-se a que os seus alimentos fossem usados para fins políticos» (*ibidem*).

No Relatório Doadores, o PAM mostrou que soube com antecedência que só os deslocados precisavam de assistência alimentar. Confrontado com realidades locais contrárias, o PAM limitou-se a insistir que as regras e regulamentos tinham maior peso do que os mecanismos de cobertura locais.

«Por razões socioculturais, todos os deslocados foram acolhidos no seio de famílias. Isso tornou muito difícil às ONGs locais identificarem quem eram os deslocados... Como não havia campos e/ou centros para os deslocados internos, todos os beneficiários estavam sob o asilo dos seus parentes ou amigos no interior do país. Isso provocou enormes desentendimentos no sentido de que as famílias de acolhimento reclamavam o seu direito a exigir assistência alimentar.» E o PAM acrescenta: «De acordo com os critérios do PAM sobre os beneficiários, só os deslocados precisavam urgentemente de assistência alimentar. O PAM continuou a explicar através do Comité Nacional de Assistência Humanitária e das ONGs quais eram os beneficiários-alvo do PAM. Devido à frequente movimentação dos deslocados provocada pelos vários conflitos, não foi possível manter um registo do seu número de acordo com a categoria de grupos vulneráveis. Entretanto,

algumas ONG foram assediadas pela população local com perguntas acerca das razões por que as famílias de acolhimento ou a totalidade da população não tinham direito a receber assistência alimentar.»

O relatório conclui reafirmando aos doadores, sem ser completamente fiel à realidade, que «as ONG compreenderam os critérios do PAM, como resultado de uma prolongada explicação feita pelo PAM», e que a intervenção deste demonstrou ser apropriada em termos do tipo de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar não só dos deslocados mas também da população local, entre outros das famílias de acolhimento» (Relatório Doadores 1998, PAM Guiné-Bissau).

Isto pode ser lido como um reconhecimento sinuoso da solidez do argumento do CNSAH, mas mantendo ao mesmo tempo o dogma de só distribuir alimentos aos deslocados. De qualquer modo, o que fica claro é a capacidade do comité de confrontar o PAM com o problema destas pessoas vulneráveis que não eram refugiados nem deslocados internos, mas pessoas que acolhiam deslocados nas suas casas.

Antes de o conflito na Guiné-Bissau chegar ao fim, a assistência humanitária internacional viu-se novamente confrontada com este novo grupo de pessoas vulneráveis: na Albânia 285.000 refugiados foram acolhidos no seio de famílias em abril de 1999. A dinâmica alheia ao campo de refugiados, a resposta local a um conflito, só agora começa a ser estudada. A avaliação da resposta do ACNUR à crise do Kosovo (Suhrke 2000) tornou evidente a inadequação dos instrumentos standard de ajuda para assistir a um grupo de deslocados extremamente disperso e às famílias de acolhimento. «A mistura de envolvimento motivado por razões económicas e de generosidade da população albanesa na sua resposta, combinados com a relativa riqueza de muitos dos

refugiados, que podiam pagar alojamento e comida, foram os factores mais significativos que evitaram uma potencial crise» (*Ibidem*, p. 67). Na Guiné-Bissau a pressão sobre a população residente foi muito mais forte do que na Albânia. A proporção de refugiados em relação à população total era de 1:10 na Albânia e de 1:3 na Guiné-Bissau, e a duração do conflito foi maior, os recursos dos refugiados/deslocados relativamente inferiores, e a assistência internacional incomparavelmente menor. Assim, a Guiné-Bissau constitui um importante exemplo de assistência humanitária em grande escala mobilizada com sucesso pela própria população afectada pela guerra.

Alcance regional

Em termos da população à ajuda humanitária, a guerra dividiu a Guiné-Bissau em duas zonas diferentes, Bissau e as 'regiões'. O governo só tinha acesso a Bissau, a uma pequena parte de Biombo e às Ilhas Bijagós. Esta área continha aproximadamente 100-130.000 deslocados e pessoas afectadas pela guerra, e quase nenhum grupo não-afectado. A Junta Militar tinha acesso ao resto do país, que continha aproximadamente 200-310.000 deslocados e o resto da população, que ascendia a 650-750.000 pessoas (cifras do PAM e do governo da Guiné-Bissau, julho de 1998; cf. quadro 10 acima).

A linha da frente bloqueava o acesso a Bissau por terra, mar e ar. As áreas controladas pelo governo praticamente não receberam alimentos do mundo exterior antes de fins de março de 1999, mas sobreviveram dos stocks de alimentos armazenados pelo PAM e pelos comerciantes locais antes do início da guerra em junho de 1998. As regiões controladas pela Junta Militar não tinham portos ou aeroportos praticáveis, mas tinham estradas de acesso ao Senegal e à Guiné-

Conakry. Os alimentos consumidos nas regiões eram cereais locais ou arroz importado trocado por castanha de caju. Os stocks de alimentos produzidos localmente (arroz e cereais de sequeiro) esgotaram em setembro-outubro, antes da nova colheita em novembro.

Numa nota sobre a formação do comité, Brandão Có enfatizou a necessidade de a ajuda humanitária ser permanente, mas queixou-se de que a distribuição fora feita por organizações que desconheciam a situação no país, e sem informarem as autoridades «que representam a população da Guiné-Bissau». Foi salientado várias vezes que a distribuição da ajuda devia ser planificada e executada a nível nacional. Naturalmente, não se tratava apenas de uma melhor distribuição dos escassos recursos, mas também de uma tentativa de reafirmar, através da ajuda humanitária, o controle político pelo governo Vieira das áreas que se encontravam fora do seu controle militar.

Quadro 11
Ajuda alimentar distribuída na Guiné-Bissau
7 junho 1998 - 9 junho 1999

Toneladas	1998	%	1999	%	Total
Bissau	2.757	38,3	3.817	73,2	6.574
Regiões	4.435	61,7	1.399	26,8	5.834
Guiné-Bissau	7.192	100,0	5.216	100,0	12.408

Fonte: CNSAH, Folhas de Entrega do PAM, Guiné-Bissau 1998, 1999

N.B.: As cifras da ajuda alimentar distribuída são 20 a 30% inferiores às cifras de entrada de ajuda alimentar

Bissau

O isolamento de Bissau em termos de produtos alimentares foi quase total de junho de 1998 a março de 1999. Em agosto

Jorge Falcão, missionário na Missão Católica de Cumura, declarou ao jornal de Lisboa *Diário de Notícias* que as tropas senegalesas estavam a obstruir o movimento da ajuda humanitária. No período de 20 de junho a 28 de setembro de 1998 só 47 toneladas de arroz atravessaram desde Bissau a área da Junta Militar com destino a Bafatá e Gabu, sob o controle do governo. Com a linha da frente a cortar as ligações terrestres, a única alternativa era utilizar o mar e os rios. No entanto, só pequenas quantidades de alimentos foram transportadas de barco de Bissau para Oio, Bolama, Bijagós, Biombo e o sul durante o primeiro mês do conflito. Após o primeiro cessar-fogo, a Cooperação Portuguesa organizou um comboio de sete camiões com uma carga de 80 toneladas de alimentos (arroz, carne enlatada e óleo) que começou a distribuir em Biombo, Oio e Cacheu no início de agosto. Assim, a maior parte da comida que chegou às regiões veio por via terrestre de Conakry e do Senegal. Isso significa que o governo detinha um controle quase nulo dos recursos que chegavam às áreas controladas pela Junta Militar bem como aos enclaves ainda em poder do governo. Durante 1998 só foi distribuído um total de 300 toneladas de alimentos de Bissau para as regiões, e nenhum alimento veio das regiões para Bissau.

As organizações prontas a fazerem-se cargo da assistência humanitária eram organismos religiosos e organizações de ajuda de países com interesses políticos no conflito, em particular a Cooperação Portuguesa. Todas elas partilhavam a vantagem de terem actividades locais bem estabelecidas, e ligações pessoais rapidamente mobilizáveis para obter recursos externos. De maneira individual ONGs, igrejas, etc. receberam alimentos para distribuírem de acordo com um recenseamento dos beneficiários na sua área. Obviamente este sistema não tinha seguro contra a corrupção, e pelas anedotas que circu-

lam isso parece ter constituído um grande problema. Enquanto em privado várias organizações podem contar muitas histórias de como outras organizações adulteraram os seus recenseamentos com a sua maneira de medir as rações nos pontos de distribuição e dando a comida a amigos, a ligações importantes e aos militares, em público elas escudam-se sob o manto colectivo da 'solidariedade'.

Quadro 12
Alimentos distribuídos em Bissau
de 7 de junho a 31 de dezembro de 1998

Data	Tipo de alimento	Ton/dia
7 - 19 junho	Arroz 0,0	0
20 junho - 4 julho	Arroz 250,9	18
5 - 28 julho	Arroz 215,7	9
29 julho - 12 agosto	Arroz 82,9	6
13 agosto - 28 setembro	Arroz 436,7	9
29 setembro - 1 novembro	Arroz 0,0	0
2 novembro - 18 dezembro	Arroz 706,0	19
19 - 31 dezembro	Arroz 508,8	42
7 junho - 31 dezembro	Arroz 2.201,0	11
7 junho - 31 dezembro	Óleo veg., carne, etc.	-
Total alimentos*	2.757,0	-

Fonte: CNSAH

* Aparentemente as 2.924, 524 toneladas de arroz alegadamente distribuídas em Bissau fora dos stocks do PAM e do arroz adquirido no comércio local não é a quantidade distribuída, mas a quantidade disponível (1.624, 524 toneladas em armazém, 300 toneladas compradas com financiamento sueco e 1.000 toneladas compradas com financiamento americano). A cifra real de distribuição do arroz financiado pelo PAM em Bissau era - segundo as detalhadas cifras do CNSAH - de apenas 1.828 toneladas, isto é uma diferença de 1.096 toneladas ou 37%. Por conseguinte, as cifras do CNSAH referentes à distribuição total - em Bissau e a nível nacional - devem ser reduzidas em 1.105 toneladas.

A população de Bissau representava um trunfo importante para o lado de Nino na guerra civil, mas só se ela ficasse ou regressasse à cidade. A combinação de uma grande população civil indefesa em Bissau e do poder militar das tropas senegalesas e de Conakry fazia com que qualquer tentativa da Junta Militar para tomar Bissau pela força acabaria provavelmente num banho de sangue.

Quadro 13
*Distribuidores do arroz do PAM em Bissau
junho - setembro 1998 (em toneladas)*

Bissau, total	725,1
Cruz Vermelha Nacional	277,2
Igrejas	276,2
ONGs e hospitais	171,8

Fonte: CNSAH 1999

Quadro 14
*Estatística da população da área de Bissau,
junho e dezembro 1998*

	Residentes em junho 1998	Pessoas presentes em dezembro 1998	%	Casas habitadas	Unidades familiares
Total	338.223	290.277	80,8	21.385	33.304
AGUIBEF ^a	87.278	76.666	88,9	4.766	9.404
PSB ^b	57.691	46.604	80,8	-	-
I. Takir/Pime	9.198	3.265	35,5	398	442

Fonte: CNSAH

^a AGUIBEF tinha começado antes da guerra como uma ONG local de planeamento familiar.

^b O Projecto de Saúde de Bandim é um projecto de pesquisa em saúde pública, transformado durante a guerra numa ONG de assistência ad hoc.

A diferença entre os bairros ‘pertencentes’ à AGUIBEF e ao PSB, com uma alta taxa de retornados, e a baixíssima taxa em Takir residia na segurança. Takir estava muito perto da linha da frente e relativamente poucas pessoas se arriscavam a regressar, enquanto que a maioria dos bairros da AGUIBEF e do PSB eram mais tranquilos. Nesta situação, a ajuda humanitária, e particularmente a ajuda alimentar, assumiu uma função ambígua. O PSB e o comité defendiam que a distribuição permanente nas regiões tornava mais lento o regresso a Bissau. Supunha-se que o local de distribuição de alimentos constituía um factor de atracção importante no deslocamento/regresso dos refugiados. Pressupondo um consumo diário de 400 gramas de alimentos e uma população de 280.000 pessoas, as 2.826 toneladas distribuídas de 1 de outubro a 31 de dezembro (cifras do PAM) contribuíram com aproximadamente 25% da comida consumida em Bissau neste período. É provável que isso fosse suficiente para criar uma diferença e agir como um factor de entrave sobre a maior parte da população que fugiu durante a segunda guerra. Em segundo lugar, presumiu-se, e foi posteriormente documentado, que o risco de infecções era muito mais elevado nas condições precárias e pouco higiénicas em que vivia a maioria dos deslocados. Um argumento contra o regresso, embora não prevalecesse sobre outras preocupações, era que ninguém podia garantir que em Bissau haveria segurança. De facto, a maioria dos retornados fugiria mais uma vez com os novos combates.

Regiões

Os comités regionais criados pelo governo Vieira não eram ‘políticos’ na sua própria opinião, mas ainda eram vistos com desconfiança pela Junta Militar. Tony Pires disse:

«A Junta Militar não concordou com o comité porque foi criado pelo governo. Pensaram que nós estávamos com o governo. Mas nós continuámos a trabalhar, estávamos a trabalhar como guineenses. Não estávamos a pensar em Nino ou em Ansumane.»

A encarregada de negócios da Suécia, Ulla Andren, abertamente favorável à Junta Militar, informou que «A Junta Militar não se mostrou interessada em participar no trabalho de distribuição da ajuda humanitária. Desconfiam do comité nacional, presidido pelo ministro da Saúde, e não acreditam que ele se cinja a critérios de distribuição objectivos. Mas nas áreas em que eles controlam totalmente, isto é, na maior parte do país, nem se incomodaram em participar nos comités regionais ou em organizar ou fazer qualquer distribuição eles próprios» (Promemoria 20/9/1998, p. 4).

Quadro 15
Distribuição por agência, PAM-Bafatá, junho-dezembro 1998

Tonel	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Total
CICV	212,0	600,8	586,2	236,6	92,6	46,6	1774,8
ADPP	159,0	608,3	506,9	528,5	0,0	137,2	1939,9
I. Ev.	0,0	173,0	60,2	4,2	0,0	71,9	309,3
Caritas	0,0	0,0	0,0	184,4	0,0	9,3	193,7
PAM Bissau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	217,2	217,2
Total	371,0	1382,1	1153,3	953,7	92,6	482,2	4434,9

Fonte: PAM Guiné-Bissau, Folhas de Entrega

Durante os meses de junho, julho e agosto a distribuição fora de Bissau foi realizada pela Cruz Vermelha e a ADPP sem qualquer coordenação do comité em Bissau, e a partir de outubro foi feita também pela Igreja Evangélica. Eram organi-

zações e instituições previamente envolvidas na ajuda humanitária, sediadas localmente mas com financiamento externo. A ADPP, uma sucursal da Skolesamvirket Tvind, uma escola e instituição de caridade dinamarquesa presente em todo o mundo, realizava projectos de desenvolvimento no interior da Guiné-Bissau havia vários anos antes da guerra, incluindo plantações de caju e a venda de roupa em segunda mão. A ADPP tinha importantes quantidades de alimentos no seu armazém no Gabu. Parte deles foi roubada e parte foi utilizada por ocasião da entrada da Junta na cidade. A outra principal agência distribuidora era o CICV, que abriu prontamente um escritório em Bafatá juntamente com a associação nacional da Cruz Vermelha. A terceira agência era a Igreja Evangélica. Caritas também assinou um Memorando de Entendimento com o PAM, mas Caritas demorou vários meses a preparar um plano de distribuição pormenorizado, exigido pelo PAM, e por isso só começou a distribuição em outubro, após a segunda guerra.

3.

Atrofia do Estado? Fevereiro - Maio 1999

A. A Resposta Internacional

Várias organizações internacionais, incluindo a Caritas e o CICV, suspenderam a distribuição geral de alimentos depois de fevereiro por estimarem que já não existia qualquer insegurança alimentar generalizada. Viraram-se para a reconstrução, particularmente das casas particulares destruídas em Bissau. Esta actividade, mais tarde empreendida também por outras

agências tais como o PSB, consistia principalmente na doação de materiais de construção. Ela absorveu grandes somas de dinheiro, levou a uma série de disputas entre os eventuais beneficiários e provocou o ressentimento daqueles que não receberam folhas de zinco novas e outros materiais.

O PAM regressou finalmente a Bissau no dia 4 de janeiro de 1999, e duas semanas depois o comité nacional devolveu formalmente a responsabilidade da ajuda alimentar ao PAM e aos stocks em Bissau. Os stocks estavam praticamente vazios: 114 toneladas de arroz, 123 toneladas de óleo e 374 de farinha de trigo. A única comida que o PAM fez chegar a Bissau antes que começasse a terceira guerra, em 31 de janeiro, foi 200 toneladas de arroz transferidas do armazém em Bafatá (a única vez que isso aconteceu). Nenhum alimento foi adquirido no mercado privado. O PAM insistiu que Bissau devia esperar pela chegada de alimentos pelo 'canal'. Não fica claro se o PAM não queria gastar dinheiro na operação na Guiné-Bissau ou se acreditava que a chegada de alimentos estava iminente. Após a terceira guerra, em fevereiro, a situação tornou-se insustentável e o PAM contratou um navio que transportou duas cargas de 450 toneladas de arroz de Banjul para Bissau.

Apenas em finais de março de 1999 chegaram ao porto de Bissau os primeiros alimentos doados em 1998 à operação de emergência do PAM, 4.200 toneladas de trigo bulgur dos EUA, e um mês mais tarde 2.300 toneladas de farinha de milho do Japão (e não o arroz que os guineenses esperavam), criando uma 'sobrecarga de stock' - isto é, nove meses após o PAM ter enviado o apelo para uma operação de emergência. É muito tempo, mesmo considerando a elevada média de 4-6 meses que demoram habitualmente as operações de emergência do PAM (CMI 1993:99). O quadro a seguir ilustra a chegada dos donativos em prestações; a maior parte chegou depois

de abril de 1999, através do porto de Bissau. O arroz doado pela Suíça custava em média 0,63 USD/kg e o arroz doado pela Suécia 0,58 USD/kg. O arroz comprado em Bissau custava à volta de 2,1 FF ou 0,32 USD/kg, sendo a taxa de 6,5 FF por dólar. Ambos os preços incluíam o transporte para Bissau e outras despesas. É surpreendente que os alimentos do PAM fossem tanto mais caros.

Quadro 16
Ajuda alimentar doada à EMOP 6033 Guiné-Bissau
15 julho 1998 - 15 julho 2000

Doador	Produto	Tone- ladas	Montante em USD	Data de chegada à GB
Canada	Leguminosas	265	199.000	-
Suíça	Arroz	533	337.000	20 setembro 99
Suécia	Arroz	2.356	1.374.000	julho 98 - outubro 99
Alemanha	CSB	1.435	1.404.000	julho 98 - junho 99 julho - setembro 98
	Óleo vegetal	248		
	Feijão	248		
Japão	Farinha de milho	4.402	2.520.000	19 abril 99
EUA	Trigo bulgur	8.300	5.692.000	março 99 - março 00 - -
	Arroz	1.715		
	Óleo vegetal	389		
Total		19.502		

Fonte: PAM

Em junho o PAM não tinha uma gota de óleo - mas tinha bulgur a mais. O PAM referiu que «estas chegadas tardias e irregulares [de alimentos] devem-se principalmente à resposta tardia e irregular dos doadores». Só em agosto de 1999, mais de um ano depois do início do conflito e vários meses depois de este ter terminado, é que o PAM tinha recebido a variedade e o volume de alimentos - o stock completo - previstos no

engajamento inicial destinado ao conflito na Guiné-Bissau. O trigo bulgur continuou a chegar. A 31 de março de 2000, quase um ano após o fim da guerra, o navio *Noble Star* descarregou no porto de Bissau 3.000 toneladas de bulgur para a operação 'de emergência' do PAM. A EMOP 6033 tinha sido prolongada uma e outra vez, estendendo-se finalmente de Julho de 1998 a Julho de 2000. Durante o primeiro semestre de 2000 o PAM afirmou ter distribuído 5.087 toneladas de alimentos a 90.171 beneficiários (339 toneladas de arroz, 74 de farinha de milho, 3.319 de bulgur, 372 de CSB e 656 de ervilhas). Por outras palavras, o PAM continuou a distribuir quase as mesmas quantidades que durante a guerra (3% menos), mas em rações muito maiores e a menos pessoas.

A EMOP 6033 julho 2000 foi substituída pela PRRO³ 6145 (Operação Prolongada de Recuperação e Reabilitação), com uma duração prevista de dezoito meses, destinada ao mesmo tipo de beneficiários que a operação de emergência nas suas últimas fases. «Concentrar-se no apoio aos esforços de reconciliação e reconstrução do governo, prestando assistência aos grupos mais vulneráveis da população, respondendo às necessidades de reactivação agrícola, reintegração dos soldados desmobilizados e, em particular, de reabertura e funcionamento regular das escolas.» São todos objectivos válidos, mas infelizmente não há indícios de que foram atingidos. Numa avaliação global do PAM a conclusão é clara: «Não encontrámos nenhum exemplo bem sucedido de... terem sido atingidos os objectivos de desenvolvimento através das operações de assistência» (CMI 106). Nem sequer 25 anos de projectos de desenvolvimento do PAM na Guiné-Bissau atingiram quaisquer objectivos de desenvolvimento previstos...

³ PRRO: *Prolonged Recovery and Rehabilitation Operation*.

No relatório anual de 2000 o PAM fazia a síntese da EMOP 6033: atingira 585.000 beneficiários com 22.825 toneladas de alimentos. No entanto, o número de beneficiários é pouco significativo, uma vez que um (grande) número desconhecido de pessoas foi contado várias vezes. O PAM também admite que devido às repetidas movimentações dos beneficiários, «a própria distribuição foi muito difícil, e a supervisão por vezes impossível.» A quantidade de alimentos fala por si só (mesmo sendo inflacionada): embora a operação de emergência fora prolongada quatro vezes em relação à duração original, o PAM só conseguiu distribuir dois terços do prometido. Se a população deslocada e necessitada da Guiné-Bissau tivesse dependido do PAM para toda a sua alimentação, como o PAM presumia, certamente não teria escapado a uma grande fome. Mas as suposições do PAM eram incorrectas, e a população da Guiné-Bissau geriu em grande medida a situação com os seus próprios meios e sobreviveu. E não só: como será argumentado na conclusão, se o PAM tivesse cumprido a sua promessa, o impacto teria sido provavelmente negativo para a população. Do modo como aconteceu, a população da Guiné-Bissau teve o benefício do fracasso do PAM.

B. Corrupção?

As cifras sobre corrupção servem para apreciar como a ajuda alimentar pode tornar-se parte de estruturas económicas predatórias. O PAM de facto informou sobre a existência de perdas, roubos e destruição de alimentos, num total de 127 toneladas durante toda a operação de um ano na Guiné-Bissau, isto é, uma perda extraordinariamente baixa de apenas 0,8%. As principais razões dadas para estas perdas mínimas

que batem todos os recordes são o mau tempo e as más condições rodoviárias, que fizeram com que nos comboios por via terrestre se estragassem sacos e se rompessem latas (julho-set. 1998); a pilhagem dos armazéns de Bafatá e Gabu quando as cidades foram tomadas pela Junta Militar (19-21 Out. 1998); stock roubado pelos empregados no armazém de Bafatá em jan.-fev. 1999; e deficiente armazenagem e pragas.

Nas suas 'folhas de entrega', o PAM registou todos os carregamentos de camião saídos do armazém e entregues aos distribuidores. O presente autor teve acesso à totalidade das folhas de entrega da EMOP 6033 entre 1 de julho de 1998 e 9 de junho de 1999. O PAM registou por separado todas as entradas e stocks em 'Tabelas de stocks mensais, recepção de alimentos e entregas de alimentos'. Surpreendentemente, os totais registados nas folhas de entrega são 18% inferiores aos dos relatórios mensais de 1998, e 31% inferiores aos dos relatórios mensais de 1999. Porquê?

Esta disparidade sugere irregularidades antes da distribuição devidamente registada, quer a caminho do armazém, por exemplo ao cruzar a fronteira, e/ou perdas nos armazéns durante o armazenamento, incluindo 'entregas' não registadas. Interrogado sobre a disparidade nos números, a actual representante do PAM na Guiné-Bissau, Sra. V. Ginja, disse que após apenas cinco meses no seu cargo actual não fazia ideia se havia ou não corrupção. Não podia fazer comentários sobre a situação anterior, quando os seus predecessores estavam no cargo. Finalmente, explicou que estava ocupada a implementar novos sistemas de supervisão para assegurar uma distribuição adequada.

Uma perda de 20 a 30% não é particularmente elevada em comparação com outras operações do PAM. Na Somália - uma das piores operações - as perdas atingiram os 85%,

segundo um relatório confidencial do PAM (Ver Tin 2001, p. 86). Peter Aaby, director do PSB, estimou que a corrupção e o roubo eram muito menos correntes durante a guerra do que antes e, provavelmente, do que depois. De facto, num fax dirigido a Peter Aaby e Ulla Andren na Embaixada da Suécia, o representante do PAM na Guiné-Bissau durante a guerra, Sr. Hiro Matsumura, fazia uma exposição bastante negativa sobre os níveis de corrupção que o PAM tinha aceite durante vários anos na Guiné-Bissau. No fax de Dakar datado de 7 de novembro de 1998, escrevia:

«Quero enfatizar que a anterior ajuda alimentar do PAM não tem sido bem feita, levando a uma perda de 40% nos últimos 24 meses, devido à má orientação e à má gestão. No projecto Cantinas Escolares, os professores têm recebido mais comida do que os alunos primários. Devemos evitar este tipo de corrupção no futuro.»

À corrupção na distribuição final deve acrescentar-se a discrepância entre as entradas e as entregas mencionadas acima. Todos os distribuidores e receptores entrevistados pelo presente autor insistiram que as irregularidades eram constantes e generalizadas - por exemplo, agências de distribuição que apresentavam cifras de recenseamento sistematicamente aumentadas em relação ao número real de beneficiários, ou beneficiários que iam a vários sítios para obterem várias rações. Todavia, no relatório do PAM isso é oculto nas cifras de distribuição. O PAM não controlava o que acontecia com a comida depois de esta abandonar o armazém. Não controlava as discrepâncias entre o número registado e o número real de beneficiários, ou se cada beneficiário recebia um pouco menos do que os quilos que devia, etc. A real magnitude da corrupção permanece desconhecida, mas é difícil levar a sério o alegado 8% de roubos, perdas e corrupção.

C. A Resposta Nacional

A terceira fase do conflito estendeu-se da terceira guerra de 31 de janeiro - 4 de fevereiro até ao assalto final de Bissau pela Junta Militar e a destituição do Presidente Vieira em 6-7 de maio, embora depois do 4 de fevereiro o sentimento generalizado era que o país entrara num período de pós-guerra.

A resposta institucional

Em janeiro de 1999 o Dr. Malan Drame substituiu Brandão C6 na presidência do CNSAH. Nos meses anteriores tinha trabalhado com Brandão C6 na planificação da assistência médica humanitária. No entanto, uma emergência não provocada pelo conflito armado ocupou subitamente os recursos do CNSAH. A 10 de março, uma missão especial foi colocada directamente sob a direcção do Dr. Drame para lutar contra uma alarmante epidemia de meningite que eventualmente chegou a matar mais de 500 pessoas. A campanha de vacinação levada a cabo em março e abril conseguiu vacinar praticamente toda a população da Guiné-Bissau, mais de um milhão de pessoas, e constitui um testemunho da sustentabilidade institucional do comité. Os cartões de vacinação emitidos foram utilizados posteriormente na última distribuição geral de ajuda alimentar em maio e junho. A última etapa da vida do comité foi a transferência de todas as suas funções para os respectivos ministérios e os seus parceiros internacionais, ficando o Ministério da Agricultura a cargo da ajuda alimentar (juntamente com o PAM), o Ministério da Saúde da ajuda médica (juntamente com WHO), etc. Em agosto de 1999 o CNSAH foi dissolvido.

Em março de 1999 o CNSAH foi dividido em subcomités. A 5 de março foi constituído um grupo para a ajuda alimentar, que se reuniu, simbolicamente, no escritório do PAM. A contabilidade da ajuda alimentar passou a ser feita pelo PAM. A relação de poderes entre o CNSAH e o Programa começou a mudar. No Relatório Doadores, o PAM declara que eles consideravam as instituições estatais locais «disfuncionais», que o CNSAH «não funcionou na prática» e que «o PAM está a implementar a operação sem qualquer participação ou apoio do governo». Trata-se de uma versão distorcida da cooperação com o CNSAH, e indica a atitude negativa que o PAM tinha em relação a esta activa instituição local.

Numa entrevista realizada em Bissau a 12 de outubro de 2000, o Dr. Drame explicou que «após a criação do Governo de Unidade Nacional entrámos numa fase de ajuda ao desenvolvimento». Isso estava ligado às prioridades do governo provisório de unidade nacional dirigido por Francisco Fadul, que eram passar do conflito para a reconstrução e o desenvolvimento. Todavia, pode-se argumentar que a planificação para o desenvolvimento num conflito militar inacabado tinha muito a ver com a criação de uma imagem positiva perante os doadores, e nada a ver com a solução dos problemas reais, tais como as ambições de poder e a corrupção.

Passar do conflito para o desenvolvimento tinha implicações importantes, porque a conexão tangível entre as necessidades humanas e a presente ajuda de emergência era substituída pela intangível conexão entre as necessidades sociais e a ajuda futura ao desenvolvimento. Os planos para o futuro da Guiné-Bissau feitos pelo novo governo foram uma febril repetição dos anteriores 25 anos de imaginário do desenvolvimento, uma preparação para o veredicto crucial que teria lugar numa mesa redonda de doadores em Genebra a 4-5 de

maio. Esta reunião era de extrema importância para atrair dinheiro para a Guiné-Bissau.

Um calendário de eleições democráticas era uma exigência total dos doadores. No último momento, a 3 de maio, o Presidente Vieira assinou finalmente aquele que seria o seu último decreto, confirmando a data das eleições gerais para 28 de novembro de 1999. Em Genebra, a 4-5 de maio, o trabalho do primeiro-ministro Fadul e da sua equipa foi analisado favoravelmente pela comunidade internacional, que prometeu 200 milhões de dólares - uma soma próxima do PNB total da Guiné-Bissau - para a reconstrução do país e as suas 'instituições democráticas'. Quase antes de a tinta ter secado no papel em Genebra, a Junta Militar atacou Bissau com tanques a 6 de maio e destituiu Nino Vieira.

Na altura da redacção deste artigo, maio de 2001, nem um só dos 200 milhões de dólares foi entregue, porque os doadores consideraram deficiente o actual desempenho do governo guineense. Uma fonte do Banco Mundial disse que a promessa dos 200 milhões de dólares está esquecida e deixou de existir. A esmagadora cifra de 85% das magras receitas do Estado da Guiné-Bissau é empregue num exército de 25.000 homens. Um ponto fundamental nas negociações com os doadores é a exigência de uma desmobilização substancial. Até agora o exército tem paralisado o processo. Além disso, o desempenho conjunto doadores-governo em termos de imaginário do desenvolvimento é uma das principais causas da atrofia do Estado, porque o Estado local é recompensado por planificar promessas e não por realizar acções. Nino Vieira recebia ajuda ao desenvolvimento num valor equivalente a 40% do PNB. O governo actual recebe 50% do PNB, mas fornece menos serviços à população. Todos os planos de desenvolvimento ficam no papel, a população está mais pobre

do que antes da guerra e o Estado é ainda menos responsável perante a população.

Amplitude da resposta

Em fevereiro, imediatamente depois da terceira guerra, decidiu-se fazer em Bissau uma distribuição de emergência consistente em um quilo de arroz, meio litro de óleo vegetal e meio quilo de CBS a 100.000 pessoas. Foi a última distribuição de alimentos em resposta às necessidades do conflito. Depois do empossamento do novo governo, em finais de fevereiro foi realizada em Bissau uma distribuição geral politicamente oportuna - um quilo e meio de arroz, um quarto de litro de óleo vegetal, 250 gramas de ervilhas e um quilo de farinha de milho a 260.000 pessoas. Em abril, 6.500 toneladas de alimentos chegaram a Bissau. Por um lado porque não havia necessidade urgente de alimentos, e por outro devido a o CNSAH estar a dar prioridade à campanha de vacinação contra a meningite, nenhum destes alimentos foi distribuído durante mais de seis semanas. A distribuição só começou em maio, após a guerra ter terminado.

Mas agora os deslocados tinham regressado às suas casas, «o que mudou fundamentalmente o ambiente da operação e levou à acumulação de stocks» (PAM, *Guinea-Bissau Donor Report 1999*). No entanto, decidiu-se fazer uma última distribuição geral de ajuda alimentar a 269.672 retornados a Bissau e a 87.527 deslocados, «para facilitar o regresso da população deslocada» (*ibidem*). A população já tinha regressado, e a verdadeira razão desta distribuição era evidentemente política. O PAM não podia permitir a acumulação de um enorme stock no meio de uma operação de emergência que oficialmente estava a decorrer, e para o Governo de Unidade Nacional e a

Junta era altamente oportuno celebrar a queda de Nino Vieira e o novo começo com uma grande distribuição de alimentos a todo o mundo. As pessoas estavam felizes de receber comida grátis, e a ajuda alimentar serviu bem a necessidade de inclusão social no novo cenário político.

Em fins de maio de 1999 o PAM mudou novamente os critérios para 'reabilitação'. Com estes novos objectivos, a operação de emergência podia ser prolongada por mais um ano. No entanto, apesar das enormes quantidades de alimentos disponíveis, a distribuição geral gratuita não foi considerada justificável depois de junho de 1999, uma vez que ela «podia desestabilizar o frágil mercado local e criar uma venda generalizada da ajuda alimentar» (*ibidem*). A partir daí o PAM concentrou-se no «apoio à população mais vulnerável afectada pelo conflito» e mudou para uma «abordagem de reabilitação pós-crise» (*ibidem*). Mas de facto os programas assemelhavam-se muito aos programas que o PAM desenvolvera durante muitos anos na Guiné-Bissau, incluindo a assistência às crianças malnutridas e às mulheres lactantes em centros de nutrição e hospitais, a capacitação de mulheres em «actividades geradoras de rendimentos», a alimentação escolar, a alimentação em programas de trabalho de reabilitação de campos e de algumas estradas, etc. Tudo isto tinha pouco a ver com necessidades nutricionais e mais a ver com abastecimento, isto é, como os alimentos estavam lá, o PAM sempre podia elaborar um projecto e fazer com que eles fossem distribuídos.

Alcance regional

Durante a terceira fase, o comité tinha alcance nacional. Nenhuma linha da frente cortava o país em dois, e o comité deu uma volta por todas as províncias para ter uma visão das

necessidades locais. Durante a campanha de vacinação, equipas de saúde visitaram quase todas as aldeias do país. Em 1998 as regiões tinham recebido 54% de todos os alimentos; a cifra desceu para apenas 28% em 1999. Em alguma medida isso deveu-se a que a maioria dos deslocados tinha regressado a Bissau (mas ainda em agosto de 1999 a OCHA estimava que 60.000 ou 25% dos deslocados permaneciam nas regiões) e grandes quantidades de alimentos tinham chegado a Bissau. Também pode ter sido um reflexo do novo panorama político. Os critérios para a ajuda alimentar mudaram da nutrição para a política, e a política estava centrada em Bissau. Para a Junta vitoriosa a população das regiões perdeu importância em detrimento da capital, que recebeu uma grande distribuição geral em maio e junho.

Quadro 17
Distribuição da ajuda alimentar, Guiné-Bissau
1 janeiro - 30 junho 1999

	PAM-Bissau	Beneficiários		PAM-Bafatá	Beneficiários
Jan 99	205,1	266.134	Jan 99	67,2	207.777
Fev 99	1002,0		Fev 99	474,1	
Mar 99	471,7		Mar 99	416,1	
Abr 99	80,0	269.972	Abr 99	141,5	87.527
Maio 99	2863,5		Maio 99	434,1	
Jun 99	1280,3		Jun 99	144,0	
Total	5902,6	-	Total	1677,0	-

Fonte: PAM Guiné-Bissau

De janeiro a março, nas cidades do interior e nas áreas rurais foram distribuídos dois quilos de arroz, meio litro de óleo vegetal, meio quilo de ervilhas e um quilo de farinha de milho por pessoa a 207.000 beneficiários, de acordo com uma

avaliação das necessidades feita pelos comités regionais. No entanto, Quínara, Cacheu, São Domingos, Nhacra e Quinhamel não receberam nada devido à falta de alimentos.

Quadro 18
Distribuição de ajuda alimentar às regiões, Guiné-Bissau
 31 janeiro - 12 abril 1999

Região/cidade	Tons. distrib.	Mês	Beneficiários	Agência
Bolama	69,5	Fevereiro	17.514	-
Safim	68,4	Mar-abril	61.000	Caritas
Bissorá	87,2	Mar-abril	24.000	ADPP
Mansoa	47,6	Mar-abril	12.000	Caritas
Farim	47,6	Mar-abril	12.000	ADPP
Mansabá	23,8	Mar-abril	7.000	Caritas
Bula	83,2	Mar-abril	21.000	Caritas
Catió	55,5	Mar-abril	14.000	Igr. Evang.
Bafatá	178,3	Fevereiro	45.000	-
Bambadinca	39,6	Fevereiro	14.000	-
Total	807,6		207.777	

Fonte: CNSAH e OCHA

A população tinha uma clara escala de preferências pelos diferentes alimentos, encabeçada pelo arroz e a carne, com o milho e o CSB no fim. Quem recebia o quê reflectia não só a disponibilidade mas também o poder. Por exemplo, uma quantidade desproporcionada de arroz (70%) e a totalidade da carne foi para Bissau, enquanto toda a farinha de milho e todo o CBS foram para as regiões. O trigo bulgur, extremamente impopular, chegou em grandes quantidades e foi distribuído por toda a parte. As pessoas não faziam ideia de como cozinhar o bulgur e o PAM tentou popularizar o produto americano divulgando receitas através de emissões na

rádio nacional. Mais tarde, um funcionário do PAM comentou laconicamente: «Quando as pessoas na verdade têm fome não se queixam da comida», reconhecendo ao mesmo tempo que não havia carência quando o bulgur chegou.

4.

Conclusão

Neste artigo foram colocadas duas questões: A operação de emergência do PAM na Guiné-Bissau 1998-99 evitou uma fome - como afirmou o PAM? A operação de emergência do PAM reforçou ou enfraqueceu a capacidade de resposta das instituições estatais locais às necessidades da população? Finalmente, uma questão hipotética será considerada brevemente nesta conclusão: A população deslocada e afectada pela guerra teria beneficiado se o PAM tivesse implementado uma operação de emergência a tempo e em pleno, como estava planeado?

Evitar uma fome?

O desempenho do PAM na Guiné-Bissau foi documentado mais acima. Nunca cumpriu a promessa de distribuir 36.000 toneladas de alimentos de julho a dezembro de 1998, quer em termos de tempo quer de volume. Eventualmente 16.500 toneladas foram importadas durante o ano que durou o conflito, o equivalente a 10% do consumo total de alimentos da população guineense durante este período. O impacto nutricional global foi relativamente insignificante, e nenhuma fome foi evitada pela operação de emergência do PAM na Guiné-Bissau entre junho de 1998 e junho de 1999.

Reforçar a resposta institucional do Estado local?

A ajuda alimentar na Guiné-Bissau foi orientada tanto pelos víveres como pelas necessidades. Durante as duas primeiras fases do conflito (junho 98 - junho 99) as necessidades foram muito maiores do que a ajuda alimentar internacional. Esta situação apelou às capacidades de sobrevivência locais e às decisões locais sobre as necessidades prioritárias. Nas regiões, a Junta Militar tinha minado a autoridade civil do Estado. Isto combinou-se com o facto de que o PAM estava presente em Bafatá e podia ditar os critérios de distribuição. A sobrevivência local nas regiões não reflectiu uma resposta estatal reforçada, e o impacto da ajuda alimentar internacional foi o de corroer ainda mais a resposta estatal. Em Bissau teve lugar a situação oposta: o PAM foi evacuado e a resposta estatal à emergência foi reforçada durante 1998. Os víveres eram muito limitados. A coordenação estatal da ajuda alimentar através do CNSAH acrescentou um aspecto de inclusão social ao efeito nutricional. A inclusão social como cidadão através do direito a receber ajuda alimentar funcionou mesmo nos períodos em que não havia comida para distribuir. A *promessa* do comité de distribuir ajuda alimentar constituiu o vínculo cívico entre a população afectada pela guerra e o que podemos denominar a comunidade nacional da Guiné-Bissau. Não era um organismo político, manteve-se centrado nas necessidades e funcionou com o governo de Nina Vieira, sem governo e com o governo de unidade nacional.

Durante 1999 o equilíbrio entre necessidades e produtos disponíveis na ajuda alimentar mudou de uma resposta às necessidades locais para uma distribuição de alimentos guiada por um abastecimento internacional ao acaso. A grande distribuição realizada em maio-junho 99 foi o resultado de um

interesse coincidente entre o PAM e o novo governo de transição. O PAM tinha uma 'sobrecarga de stock' de que se queria libertar, e a Junta Militar vitoriosa aproveitou a oportunidade para afirmar o vínculo social entre a população de Bissau e os novos dirigentes. No entanto, o volume e as condições da ajuda alimentar nunca foram tornado públicos, e os donativos perpetuaram uma cultura da ajuda que aceita e utiliza o enriquecimento pessoal desde o nascimento do Estado nacional guineense.

Após o *extra-ordinário* intervalo de ajuda alimentar orientada para as necessidades em 1998, as necessidades da população uma vez mais tornaram-se secundárias e incidentais ao simples facto de a ajuda estar orientada para o abastecimento: o PAM tinha comida para distribuir. Tal como antes da guerra, a ajuda alimentar orientada para o abastecimento encorajou uma cultura política de irresponsabilidade e corrupção porque respondia às necessidades políticas dos dirigentes (disfarçada de resposta às necessidades populares). A ajuda alimentar foi um factor de atrofia do Estado guineense. Em 2001 a ajuda externa atingiu 50% do PNB da Guiné-Bissau; ao mesmo tempo, 333 milhões de francos franceses 'desapareceram' do orçamento do Estado. (Informação de uma fonte presente nas negociações creditícias entre o Banco Mundial e o governo de Kumba Iala.)

A principal resposta internacional ao conflito na Guiné-Bissau veio do PAM, mas lentamente e com extrema inflexibilidade. Supunha-se que só as pessoas deslocadas eram vulneráveis e em risco, em contraste com as famílias de acolhimento, e o PAM insistiu em distinguir entre hóspedes habilitados à assistência e anfitriões não habilitados a receber assistência. O PAM tentou assim excluir da distribuição de alimentos um grande grupo de pessoas e minou activamente o

mecanismo de cobertura local mais importante: a solidariedade das famílias extensas. O impacto do PAM sobre a resposta local foi torná-la menos ampla em relação às necessidades da população.

A resposta pouco imaginativa do PAM Guiné-Bissau ao tipo de conflito sem campos de refugiados nem sequer reflectiu as experiências do PAM documentadas noutros sítios de África, que revelaram um entendimento menos rígido dos 'deslocados'. Uma avaliação global do PAM referia já em 1993 que na Etiópia 'as estruturas sociais existentes' foram utilizadas com sucesso na distribuição aos refugiados somalis a fim de minimizar a necessidade de campos. «Em alguns casos foi aplicada a chamada abordagem *Cross Mandate*, que permitia a distribuição tanto aos membros das comunidades locais refugiados como aos não refugiados» (CMI 1993:102). A pesquisa epidemiológica sugere que as famílias de acolhimento tinham uma mortalidade mais elevada do que os hóspedes (Aaaby *et al.*, 1999) porque a sua imunidade às doenças trazidas pelas pessoas deslocadas era menor do que a dos próprios deslocados, questionando além disso a crença de que no contexto dos refugiados hospedados em casas particulares, a pessoa deslocada é *per se* mais vulnerável do que quem a acolhe.

A ajuda alimentar internacional atingiu a população deslocada e afectada pela guerra nos sítios onde o governo não podia chegar. Mas a questão posta aqui é diferente. A questão é qual o impacto que teve a ajuda alimentar internacional na amplitude da resposta do governo. Durante 1998 o PAM forneceu alimentos às regiões sem grande coordenação com o comité nacional criado em Bissau. Uma fonte do ACNUR Guiné-Bissau disse ao presente autor que o comité se tornara incómodo. «Todas as organizações contornavam o comité sem ninguém perder a face. Nós não tínhamos esse tipo de

problemas do lado da Junta.» A ajuda internacional provavelmente minou os esforços do governo de Bissau por controlar a assistência humanitária fora das áreas que controlava militarmente. Em 1999, com o Governo de Unidade Nacional, a situação mudou. O PAM colaborava com o CNSAH na distribuição de ajuda alimentar nas regiões, mas agora o controle político era seguido da ajuda alimentar, e não como em 1998, quando o governo de Nino lutava para que a ajuda alimentar se sucedesse o controle político.

O benefício do fracasso?

Talvez a lição mais estimulante que as organizações humanitárias internacionais podem extrair da resposta guineense ao conflito é a maneira como a maioria da população conseguiu enfrentar a crise sem assistência internacional.

«A solidariedade interna entre a população figura entre os principais factores que atenuaram o sofrimento das populações durante a guerra, particularmente do grupo dos deslocados. Esta tese é válida para todo o período do conflito, mas particularmente para os primeiros meses, quando todos assistiam todos, independentemente das relações que ligavam as pessoas» (Jao 2000:116). Na primeira fase a ajuda internacional foi quase nula. A improvisação, a flexibilidade e a solidariedade manifestadas por uma grande parte dos guineenses provavelmente não teria acontecido se as organizações humanitárias internacionais tivessem fornecido assistência de imediato, por exemplo criando campos de refugiados.

O PAM tinha-se comprometido a distribuir 36.000 toneladas de alimentos entre julho e dezembro de 1998. Se este objectivo tivesse sido alcançado, teria sido um benefício

para a população? Não existindo nenhuma malnutrição severa em primeiro lugar, as 30.000 toneladas extra de alimentos previstas para 1998 não podiam resolver um problema nutricional. A situação encarada pelo PAM, em que toda a nutrição era coberta pela ajuda para 350.000 deslocados, teria implicado uma distribuição do tipo campo de refugiados, se isso tivesse sido possível. Assim, o incomparável acto de solidariedade levado a cabo pelos guineenses provavelmente não teria tido lugar. Em lugar disso teria havido ajuda internacional em grande escala, minando a autoridade do comité nacional ou tornando-o completamente redundante. Deste modo, as instituições estatais locais teriam sido enfraquecidas ou marginalizadas.

Também é provável que o PAM teria estado numa posição mais forte para insistir nas suas próprias regras, recusando alimentos aos residentes que acolheram deslocados. Isso teria minado os mecanismos de cobertura a nível familiar mais do que realmente o fez. Uma entrada de 36.000 toneladas de alimentos gratuitos, equivalente ao total das importações comerciais, teria provocado fracturas na economia alimentar local. Os perigos da distribuição geral contínua delineados pelo PAM em junho de 1999 são também relevantes para a hipotética situação de uma operação PAM 'em pleno'. Com enormes quantidades de alimentos disponíveis, a distribuição geral gratuita não era considerada justificável, uma vez que «podia desestabilizar o frágil mercado local e levar à venda generalizada da ajuda alimentar». (*Donor Report 1999*, PAM Guiné-Bissau). A experiência de outras guerras civis sugere que as grandes entradas de ajuda alimentar estimulam as economias de guerra e muitas vezes prolongam os conflitos (Waal 1997). Finalmente, será que a ajuda teria atingido todos os necessitados? Não havia nada na promessa do PAM

ou no seu desempenho real que sugerisse que podia ter resolvido o problema interno das Nações Unidas que era o nível de segurança. O PAM não fazia ideia de como trazer alimentos para Bissau, e levar as 36.000 toneladas para as regiões controladas pela Junta Militar teria sido política e humanamente inaceitável e teria complicado a situação política.

Em conclusão, existem razões válidas para crer que a população da Guiné-Bissau beneficiou do fracasso do PAM. Ela não sofreu porque o PAM teve um fraco desempenho. Pelo contrário, foi poupada ao impacto negativo que provavelmente se teria seguido a uma boa operação do PAM. Por outro lado, os guineenses que receberam alimentos do PAM estavam felizes. Onde é que, em última análise, residia o ponto de ruptura entre o impacto positivo e o negativo: nas cinco mil toneladas, nas quinze mil toneladas ou talvez nas zero toneladas de ajuda alimentar internacional? A resposta não pode ser dada aqui. A experiência guineense sugere que a tonelagem é só uma parte da resposta. A independência institucional causada pela evacuação do PAM foi importante, mas também, e sobretudo, a capacidade única da população da Guiné-Bissau de responder às necessidades dos seus compatriotas deslocados e afectados pela guerra.

Conclusão

A primeira questão, sobre evitar uma fome, foi respondida *negativamente*.

A segunda questão, sobre o reforço da capacidade estatal local, foi dividida em três: a ajuda alimentar internacional *enfraqueceu* a resposta institucional do Estado local; *restringiu* a amplitude da resposta em relação às necessidades; *restringiu*

o alcance da resposta à população deslocada e afectada pela guerra em 1998, mas não em 1999.

A questão hipotética sobre uma operação completa de ajuda alimentar do PAM foi respondida nos mesmos termos: *não* teria reforçado a resposta institucional; *não* teria tornado a resposta mais abrangente em relação às necessidades; e é *improvável* que tivesse atingido mais amplamente a população deslocada e afectada pela guerra.

De uma maneira esquemática, as conclusões podem ser resumidas como segue:

Quadro 19
Impacto da ajuda alimentar internacional sobre a capacidade do Estado local de responder ao conflito na Guiné-Bissau, 1998-99

A ajuda internacional:	1998	1999	PAM em pleno*
Reforçou a resposta institucional do Estado local?	Negativo	Negativo	Negativo
Tornou a resposta mais ampla em relação às necessidades?	Negativo	Negativo	Negativo
Fez com que a resposta atingisse a população deslocada e afectada pela guerra?	Negativo	Positivo	Negativo

* 'PAM em pleno' é a situação hipotética na qual o PAM teria implementado a operação de emergência na Guiné-Bissau atempadamente e nos volumes previstos.

Referências

- AABY, Peter et al., 1999 – «Nutritional status and mortality of refugee and resident children in a non-camp setting during conflict: follow up study in Guinea-Bissau», in *British Medical Journal*, vol. 319, 2 Outubro 1999.
- AGUILAR, Renato e Åsa Stenman, 1997 – «Guinea-Bissau: from structural adjustment to economic integration», in *Afrika Spektrum* 32 (1997), pp. 71-96.
- ANDREN, Ulla, 2000 – «The Forgotten Conflict in Guinea-Bissau», in *News from the Nordic Africa Institute* 1/2000, pp. 4-7.
- BIGMAN, Laura, 1993 – *History and Hunger in West Africa. Food Production and Entitlement in Guinea-Bissau and Cape Verde*, Westpoint and London, Greenwood Press.
- BLAI, Justino, 2000 – «O impacto do levantamento político-militar na Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 175-203.
- CARDOSO, Carlos, 2000 – «Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 87-105.
- CARDOSO, Leonardo, 2000 – «A tragédia de Junho de 1998. Factos e comentários», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 125-153.
- CMI, 1993 – *Evaluation of the World Food Programme. Final Report*, Bergen, Ch. Michelsen Institute de Waal, Alex, 1997.
- *Famine Crimes. Politics and the Disaster Relief Industry in Africa*, Oxford, James Currey.
- DRIFT, Roy van der, 2000 – «Democracy: legitimate warfare in Guinea-Bissau», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 37-67.
- GAILLARD, Gérald, 2000 – «La guerre en son contexte: histoire d'une erreur politique», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 221-285.
- JAO, Mamadú, 2000 – «Uma leitura do conflito guineense», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 105-125.

- KOVSTED, Jens e Finn Tarp, 1999 – *Guinea-Bissau: War, Reconstruction and Reform*, WIDER Working Papers n° 168, Novembro 1999, Helsinquia, United Nations University.
- MANÉ, Fodé Abulai, 2000 – «O conflito político-militar de 7 de Junho: a crise de legitimação», in *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Dezembro 2000, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 67-87.
- MANLEY, Andrew, 1998 – «Guiné-Bissau/Senegal: War, Civil War and the Casamance Question», extr. de www.unhcr.ch/refworld/country/writtenet/wrignb.htm.
- RUDEBECK, Lars, 1997 – «To Seek Happiness: Development in a West African Village in the Era of Democratisation», in *Review of African Political Economy* n° 71, pp. 75-86.
- SIDA, 1998, 1999 – *Annual Reports*, Estocolmo, SIDA.
- SUHRKE, Astri *et al.*, 2000 – *The Kosovo Refugee Crisis. An independent evaluation of UNHCR preparedness and response*, Genebra, Unidade de Avaliação e Análise Política do ACNUR, ed. pré-publ., fevereiro 2000.
- TIN, Hjalte, 2000 – *Risk Aid. Humanitarian Aid in a New Century*, relatório inédito, Copenhaga, Instituto Dinamarquês de Assuntos Internacionais.
- UNDP, 1999 – *Human Development Report 1999*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- WORLD BANK, 1994 – *Guinea-Bissau Poverty Assessment and Social Sectors Strategy Review*, Washington DC.

Résumé

La Guinée-Bissau est un cas exceptionnel de survie dans une situation de conflit armé. Pendant la guerre civile de 1998-99, les déplacés ont atteint un tiers de la population. Ils ont été accueillis par des familles et aucun camp de réfugiés n'a été créé. La réponse de l'aide internationale a été minime. Cet article examine la tension entre les réponses locales et internationales au conflit, en mettant l'accent sur le programme Alimentaire Mondial (PAM), l'agence dominante dans l'aide internationale d'urgence en Guinée-Bissau. Dans la première partie est analysé l'impact nutritionnel de l'aide alimentaire, en particulier l'affirmation faite par le PAM selon laquelle il aurait évité une «grande faim» en Guinée-Bissau. L'aide alimentaire totale a représenté 10 pour cent des aliments consommés pendant la guerre. Le postulat de l'auteur est que l'impact nutritionnel de l'aide alimentaire a été pratiquement indetectable, la population ayant survécu avec ses propres ressources. Dans la deuxième et la troisième parties est évalué l'impact politique de l'aide alimentaire. L'argument est que l'évacuation du PAM de Bissau pendant les six premiers mois du conflit, par omission, a renforcé les structures étatiques locales et a promu l'aide orientée vers les besoins. Après le retour du PAM, l'aide orientée vers l'approvisionnement et l'utilisation irresponsable de l'aide ont été rétablies. Ainsi l'impact politique global de l'aide alimentaire internationale a été d'accélérer l'atrophie de l'État de la Guinée-Bissau. Finalement, dans la conclusion l'auteur défend que la population a «bénéficié» de l'incapacité du PAM à faire arriver l'aide alimentaire promise. La population n'a pas souffert à cause de la faible performance du PAM. Au contraire, elle a échappé à l'impact négatif qu'une opération «en pleine» du PAM aurait probablement eu.

Naissance de la Religion chez les Balanta

INGER CALLEWAERT, *The Birth of Religion among the Balanta of Guinea-Bissau*. Edited by Tord Olsson, Lund Studies in African and Asian Religion, vol. 12, Department of History of Religions, University of Lund, Lund Sweden, 2000, 296 pages.

Gérald Gaillard

Le livre retrace la naissance et l'évolution entre 1984 et 2000 d'un mouvement religieux appelé Kiyang-yang chez les Balanta, une société acéphale de riziculteurs de Guinée-Bissau organisée spatialement en petites unités de production dirigées par l'aîné du lignage. Il comporte aussi et entre autres éléments : une présentation générale de l'ordre social balanta, une relation des migrations balanta vers le sud, une histoire de la place de cette ethnie au sein de la nation guinéenne, une chronique des relations tourmentées du nouveau mouvement religieux à l'État, une biographie de la prophète Ntombikte dont l'auteur est l'amie, de longues descriptions des rituels, la traduction commentée d'une soixantaine de chants religieux, enfin une comparaison terme à terme avec un autre mouvement féminin religieux et curatif plus ancien (Fyere Yaabte) aux pratiques conformes à la vision balanta du monde (il a été

étudié par Joop de Jong : *A Descent into African Psychiatry*, Amsterdam, 1987).

Nonobstant, la première qualité du livre de Callewaert est à mes yeux de pleinement décrire ce que peut être aujourd'hui le travail ethnographique en terrain franchement exotique. Les informateurs de Callewaert ont vu grandir ses enfants car la procédure d'enquête (commençant par une résidence de trois ans auxquels succèdent des séjours annuels) s'est poursuivie sur une douzaine d'années. Nous apprenons au cours du premier chapitre que c'est accompagnée d'un représentant régional de l'autorité étatique et de deux interprètes traduisant successivement du balanta au kriol (un portugais travaillé depuis cinq cents ans par les langues africaines), puis du kriol au français que l'auteur (qui est Suédoise) effectue son premier entretien. Cet exposé des conditions objectives de la recherche reste présent tout au long du livre, tout comme l'observation minutieuse et le compte-rendu détaillé des interactions de l'auteur et ses hôtes, car «il est totalement absurde de concevoir un observateur non-impliqué» (p. 144). Si l'on souviendra des textes de Favret-Saada, c'est selon Callewaert depuis la place changeante imposée par les enquêtes que l'ethnographie progresse. Adeptes de l'observation participante, elle apprend le balanta en partageant sans restriction la vie quotidienne (allant jusqu'à régulièrement participer aux rites de purification), tout en se réclamant pour l'observations de l'enseignement de P. Bourdieu. C'est dans les chants religieux qu'elle trouve le lieu d'une objectivation du phénomène. Ils ne doivent rien à la présence de l'ethnographe et délivrent une parole où se donne à entendre un monde nouveau (ainsi les généalogies qu'ils présentent placent les ancêtres maternels à égalité avec les paternels, chose inconcevable en société balanta) dont elle participe à la normalisation

en couchant sur papier plus d'une centaine de chants. Si le livre s'intitule «Naissance de la religion chez les Balanta», c'est que l'auteur insiste qu'il traite moins de ce que serait la naissance d'une religion que de celle d'une autonomisation du champ religieux du socle de la société traditionnelle. On dispose de quelques études relatant de tels phénomènes sociaux, mais les ethnographes sont généralement arrivés le plus souvent alors que récits et rapports sociaux sont déjà re-codifiés.

En 1984 dans le sud de la Guinée-Bissau, une prophète crée le mouvement Kiyang-yang qui s'étend rapidement. En juin 1985, le gouvernement envoie une équipe hélicoptérée qui enlève quelques-uns de ses meneurs, les jette en prison pour un temps, puis les libère après cet avertissement. En 1986 des mesures officielles interdisent les activités religieuses et curatives des groupes Kiyang-yang et s'emparent des objets rituels et des plantes médicinales. La suite est à l'avenant jusqu'en 1994 et les premières élections multipartites. Pourquoi tant de répression? Le pouvoir a pu percevoir comme une menace dans ce mouvement mais surtout, Kiyang-yang se présente immédiatement comme une violente révolte contre l'ordre ancien. Dans une société balanta structurée autour de la parenté, une femme illettrée vit une crise psychotique après le décès de son nouveau-né (le degré de mortalité infantile est estimée par les institutions concernées à 50% avant l'âge de cinq ans) et suite à une retraite, se dit «saisie par le Dieu unique» et de Ntombikte devient Maria. Contre la coutume, elle, femme, crée un nouveau village et s'y installe avec son fils qu'elle enlève. Le nouveau se disant le plus souvent avec les mots de l'ancien, elle ajoute : «je suis l'homme qui commande». Des femmes et des cadets la rejoignant, se créent bientôt de nouvelles unités de résidences et de productions dont un drapeau signale l'appartenance au mouvement. Si les mem-

bres en sont le plus souvent recrutés sur une base ethnique à partir de la parenté, ils se disent néanmoins réunis comme enfants de Nhaala (Dieu unique); et quelques-uns des chants appellent à un jour où toutes les nations en seront les enfants. Les convertis disent avoir été «zak» par Dieu, mot que Callewaert traduit par «saisis par», alors que l'on entre («yaat») dans le chemin des ancêtres lorsqu'il s'agit de religion traditionnelle. La nouvelle foi interpelle et saisit le sujet individuel, comme la parenté l'avait fait jusqu'ici puisque le principe lignager est la catégorie de pensée première organisant les rapports sociaux. Négligeant les invocations aux esprits des ancêtres (allant parfois dans les villages conquis jusqu'à éliminer les autels), les communautés Kiyang-yang minent par ainsi, les supports idéologiques de l'organisation traditionnelle dont la prospérité suppose de nombreuses libations et sacrifices effectués par des aînés à l'occasion de chaque événement collectif ou individuel (id. : du labour au cas de maladie). Le salut unitaire et matériel des Balanta ne viendra pas des invocations ou des sacrifices aux esprits avec l'aide d'intermédiaires privilégiés. Ntombikte/Maria et ses disciples s'adressant directement au dieu unique, sans intermédiaire et sans devin (personnage central de la scène traditionnelle). Comme le dit un des chants : «Nhaala vous êtes mon père, tu es ma mère, tu es mes frères et mes sœurs [...] Ici sur terre, je me confie à toi, rien qu'à toi» et c'est en employant des plantes médicinales par lui révélées, que Kiyang-yang propose de guérir divers maux. Callewaert insiste que comprendre Kiyang-yang comme un mouvement contre la sorcellerie serait une erreur. Contrairement à beaucoup d'autres, il ne la confronte pas, mais choisit de l'ignorer en appelant à la protection de Nhaala par la pratique de rites de purification. L'auteur insiste aussi que si les acteurs sont conscients qu'ils

innovent, ils n'anticipent pas toutes les conséquences possibles des changements sociaux car «*it is a day-to-day discovery of the implications of the initial break that continually provokes transformation of established practices and thoughts. The daily practice and reflection will constantly have to respond to the next consequences of the previous steps*» (p. 66). C'est ainsi qu'une hiérarchie fondée sur la pureté où se distinguent ceux qui portent un habit blanc des autres, remplace celles traditionnelles fixées en dix classes d'âges masculines et cinq féminines fondant les rapports sociaux traditionnels. C'est la fin de l'omnipotence gérontocratique et les rapports hiérarchiques de genre mais «*such radical change is not achieved because one idea leads to the other, but because one practice is almost imperceptibly forced into transforming itself into the next one*» (p. 66).

Des emprunts sont effectués auprès de l'Islam et du Christianisme. Ainsi le désir des communautés de posséder une maison de prière centrale et commune, la reprise du second d'un usage décoratif des fleurs, celui, symbolique, de livres dans un milieu totalement illettré ou encore les leçons collectives d'écriture kiyang-yang dont les caractères se rapprochent de ceux des versets maraboutiques arabes... les exemples sont nombreux. La réaction des aînés fut d'abord d'attendre et de voir puis de combattre et enfin, selon l'auteur, pour beaucoup d'entre eux, de considérer qu'un nouveau monde balanta était en construction dont trop vieux, ils ne feraient pas partie.

Si l'on avait à finir ce compte-rendu par des critiques on dirait qu'il y manque (outre un index) une dimension comparative. A l'exception d'une évocation de *La Cause des prophètes* de Dozon (1995) et des travaux de R. Horton, Callewaert s'en tient exclusivement aux Balanta de Guinée-

Bissau. Tel est après tout son propos, mais s'il est capital qu'elle continue à suivre l'évolution de Kiyang-yang, il me paraît que la rigueur, l'honnêteté et l'intelligence dont est nourrie sa monographie, pourraient être employées à un travail systématique de large ampleur théorique consacré à la naissance de tels mouvements. Armés par une longue expérience de terrain, peu de chercheurs sont aussi formés qu'elle pour y savoir lire les régularités, les continuités et la structure.

Catálogo Soronda 1986 - 2000

Soronda nº 1 • Janeiro 1986

- * A Guiné-Bissau à procura de um modelo social, *Carlos Lopes*
- * A reconstrução da história contemporânea da Guiné-Bissau através da oralidade, *Carlos Cardoso e David González*
- * O arroz ou a identidade balanta-brassa, *Diana Handem*
- * A família guineense: estabilidade e transformação, *Gertrud Achinger*
- * Aproveitamento da energia solar na Guiné-Bissau: perspectivas e problemas, *Abdulai Silá*
- * Os censos e as sociedades camponesas na Guiné-Bissau, *Carlos Rui Ribeiro*
- * Projecto de investigação sobre a história do ensino na Guiné-Bissau, *Alexandre Furtado*
- * Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual, *Jean-Pierre Lepri*
- * 25 anos de estudos africanos na América Latina: conjunturas políticas e políticas de investigação, *David González*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
Guiné-Bissau: da sombra para a luz?, crítica de «Guinea Bissau: From Liberation Struggle to Independant Statehood», de *Carlos Lopes*, por *Jean-Pierre Lepri*
A primeira visão de conjunto sobre a missionação na Guiné: «História das Missões Católicas da Guiné», de *Henrique Pinto Rema*, crítica de *João Vicente*

Soronda nº 2 • Julho 1986

- * Ciências sociais e políticas de desenvolvimento, *Diana Lima Handem*
- * Sociedade - indivíduo - crime: contribuição para uma nova abordagem criminológica, *Carlos Cardoso*
- * Sobre as causas do insucesso escolar, *Jean-Pierre Lepri*
- * Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa, *Jean-Louis Rougé*
- * Estudos e pesquisas sobre a música tradicional, *D. Baldé, S. Mané e G. Santos*
- * Reflexões sobre o sector da energia, *A. Afonseca*
- * O desenvolvimento desigual no pensamento de Samir Amin, *Carlos Lopes*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
«Guinea-Bissau alfabeto», de *Giuseppe Lodi e Luisa Sabbadini*, crítica de *Mário Santos*
A lição bijagó: «Dynamique de l'art Bidjogo», de *Danielle Gallois Duquette*, crítica de *Jean-Pierre Lepri*

Soronda nº 3 • Janeiro 1987

- * Homenagem a Aquino de Bragança, *Carlos Lopes*
- * Considerações sobre as estruturas sócio-económicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso, *Carlos Cardoso e Carlos Rui Ribeiro*
- * As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz: o caso dos Balantas da região de Tombali, *Pablo Sidersky*
- * A industrialização é possível na Guiné-Bissau?, *Yvan Avena*
- * Análise da rentabilidade económica da barragem hidroeléctrica do Saltinho, *Wilson Cruz, Mário Biague, Braïma Djassi e Carlos Alberto Gomes*

- * A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise, *Diana Lima Handem*
- * Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional, *Ibrahima Djaló*
- * Análise de uma infelicidade: religião e interpretações personalistas, *Eve Crowley*
- * Documentos
A necessidade de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento: uma reflexão, *Vasco Cabral*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 4 • Julho 1987

- * Algumas considerações sobre a nossa situação sócio-linguística, *Mário Santos*
- * A pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação: elementos para uma teoria, *Jean-Pierre Lepri*
- * Barragens em bolanhas de água salgada, *Rui Ribeiro*
- * Nhomincas e Bidjogós - da pesca de «subsistência» à pesca «comercial», *Raúl Mendes Fernandes*
- * Sobre a medicina tradicional e formas da sua colaboração com a medicina moderna, *Eve Crowley e Rui Ribeiro*
- * Estudo básico sobre perturbações mentais no país, *Joop de Jong, G. Klein e Tern Horn*
- * A formação e a assistência técnica na agricultura e desenvolvimento rural, *José Filipe Fonseca*
- * A importância crescente da informação e suas particularidades em África, *Carlos Cardoso*
- * Documentos
Para uma educação endógena na África Subsariana, *Manuel Rambout Barcelos*
- * Actividades do INEP

- * Notas de Leitura
«Guiné-Bissau zwischen Weltwirtschaft und Subsistenz»
(Guiné-Bissau entre a economia mundial e a subsistência), de
Ulrich Schiefer, crítica de *Lars Rudebeck*

Soronda nº 5 • Janeiro 1988

- * O irã, o fulano e a doença, *Joop T. V. M. de Jong*
- * Normas do direito internacional na ordem jurídica da República da Guiné-Bissau, *Alexandre Chalyi*
- * Colonização e religião: da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné, *Vasco Cabral*
- * Da experiência cooperativista na Guiné-Bissau, *Yvan Avena*
- * Kandjadja, Guiné-Bissau 1976-1986: observações sobre a economia política do desenvolvimento de uma aldeia africana, *Lars Rudebeck*
- * Formação de professores, locais, materiais escolares e insucesso escolar na Guiné-Bissau, *Jean-Pierre Lepri*
- * Documentos
Relatório da delegação do PAIGC ao Seminário Económico Afro-asiático (Argel, 1965)
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
«Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society», de *Rosemary Galli* e *Jocelyn Jones*, crítica de *Eric Gable*

Soronda nº 6 • Julho 1988

- * Emanuel Hansen deixou-nos, *Anyang' Nyongo*
- * O Estado e a reprodução étnica em África, *Yarisse Zoctizoum*
- * Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau, *Carlos Lopes*
- * Os valores tradicionais e o direito consuetudinário no contexto da problemática da delinquência juvenil, *Mário Santos*

- * Investigação dos distúrbios mentais encontrados nas crianças atendidas pelas instituições de saúde na Guiné-Bissau, *Joop T. V. M. de Jong*
- * Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné-Bissau, *Eric Sabourin*
- * Instrumento de pesquisa da colecção fotográfica dos Arquivos Históricos do INEP, *Grupo dos A.H.* sob a coordenação de *Carole Laurin*
- * Documentos
Mensagem apresentada no Congresso Internacional dos Intelectuais em Varsóvia, *Vasco Cabral*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
«Sociedades agrárias na África de expressão oficial portuguesa», de *Peter Meyns* (coord.), crítica de *Carlos Cardoso*

Soronda nº 7 • Janeiro 1989

- * Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da costa da Guiné no século XIX, *Carlos Lopes*
- * O Kaabu: uma das grandes entidades do património histórico senegambiano, *Mamadou Mané*
- * Conflitos interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos Rios da Guiné do Cabo Verde (1840-1899), *Carlos Cardoso*
- * A política externa na Guiné-Bissau, *Jorge Cabral*
- * Documentos
Estratégia para o desenvolvimento do sector da Educação
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
Os filhos da revolução - o filme de *Flora Gomes*, crítica de *Ana Maria Delgado*

Soronda nº 8 • Julho 1989

- * O espaço e o tempo no sistema político bidjogó, *Raúl Mendes Fernandes*
- * Marinheiros bidjogós: passado e presente, *Christine Henry*
- * Estrutura «política» e relações de poder entre os Brames ou Mancanhas, *Mamadú Jao*
- * O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento, *Faustino M'Bali*
- * Estado e sociedade na Guiné-Bissau, *Rosemary E. Galli*
- * Investigação e extraversão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia, *Paulin Houtondji*
- * Documentos dos Fundos de Arquivos da Circunscrição Civil de Cacheu sobre a sucessão dos régulos manjacos (1951 e 1952), introdução de *Aristides Gomes*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 9 • Janeiro 1990

- * A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia, *Boubacar Barry*
- * A economia colonial da Guiné-Bissau: «nacionalização» e exploração (1915-1959), *Peter Karibe Mendy*
- * Notas genealógicas de proeminentes famílias luso-africanas no séc. XIX na Guiné, *George Brooks*
- * A literatura colonial guineense, *Leopoldo Amado*
- * O desenvolvimento da produção e do consumo de álcool entre os Balantas Brassá da aldeia de Foia, no sul da Guiné-Bissau, *Roy van der Drift*
- * Documentos coloniais: a terra para quem a trabalha?, introdução de *Uwe Birkholtz*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura

«Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau», de *Richard Lobban e Joshua Forrest*, crítica de *Lars Rudebeck*

Soronda nº 10 • Julho 1990

- * Ki-Yang-Yang: uma nova religião dos balantas, *Carlos Cardoso*
- * Relações de poder numa sociedade malinké: o Kaabu do séc. XVIII, *Carlos Lopes*
- * Notas sobre a evolução fonética do português para o crioulo, *Elly M. Opazo*
- * A pesquisa sobre a transformação rural na Guiné-Bissau: breve inventário de temas e autores após a independência, *Philip J. Havik*
- * Documentos dos Fundos de Arquivos da Circunscrição Civil dos Bijagós: o teatro colonial ou a invenção do real, introdução de *Raúl Mendes Fernandes*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
Poder popular e luta revolucionária (obras de *Nancy Bermes, Charles Downs, John J. Hammond, Carlos Lopes e Mário Murteira*), crítica de *Ronald H. Chilcote*

Soronda nº 11 • Janeiro 1991

- * Mário de Andrade: a grande ausência, *Carlos Lopes*
- * Bolama: centro de interesses imperialistas africanos, europeus, euro-africanos e americanos, *George E. Brooks*
- * Uma perspectiva histórica da cooperação técnica em África, *Carlos Lopes*
- * O Programa de Ajustamento na Guiné-Bissau e a discussão de um modelo, *Fernando Padovani*
- * Programas de Ajustamento Estrutural e implicações locais: o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau, *Inger Tvedten*

- * Guiné-Bissau: o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural sobre o bem-estar dos pequenos proprietários rurais, *Magnus Alvesson e Mário Zeján*
- * Documentos
Políticas e instrumentos, *Comissão Económica para África*
- * Notas de Leitura
«Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Ségambie (1841-1936)», de *René Pélissier*, crítica de *George E. Brooks*
«História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia», de *René Pélissier*, crítica de *Daniel A. Pereira*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 12 • Julho 1991

- * Novos fantasmas no mato, *Fernando Padovani*
- * Desenvolvimento na base e participação popular: uma alternativa?, *Diana Lima Handem*
- * O Balafon de Tabato, *Sylvain Paneton*
- * Educação e sociedade na África pré-colonial, *Fafali Koudawo*
- * Etnia, espaço étnico e colonialismo, *Ramiro Delgado Salazar*
- * Planeamento urbanístico e territorial na Guiné-Bissau, *Júlio D. Dávila*
- * Documentos
Um olhar sobre os recenseamentos coloniais: o censo de 1950, introdução de *Carlos R. Ribeiro*
- * Notas de Leitura
O ideal socialista em África (obras de *Carlos Lopes* e *Lars Rudebeck*, *Basil Davidson*, e *Colm Foy*), crítica de *Patrick Chabal*
Educação e endogeneidade: «Education et nationalité en Guinée-Bissau», de *Jean-Pierre Lepri*, crítica de *Carlos Cardoso*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 13 • Janeiro 1992

- * Estratégias de desenvolvimento e alternativas tecnológicas: um estudo de caso (Guiné-Bissau), *Abdulai Silá*
- * A conquista militar da Guiné: da resistência à «pacificação» do Arquipélago dos Bijagós, 1917-1936, *Peter Karibe Mendy*
- * Aspectos da vida social dos Mancanhas: a cerimónia do Ulém, *Mamadú Jao*
- * Kasisas: marginais deste e do outro mundo, *Teresa Montenegro*
- * Psiquiatria e saúde mental na medicina tradicional dos países em desenvolvimento, *Carlos António Gomes*
- * Educação e conflito cultural: a experiência do Senegal na utilização das línguas nacionais, *Samba Mbuub*
- * Documentos
A nova lei de imprensa na Guiné-Bissau, introdução de *Raimundo Pereira*
- * Actividades do INEP
- * Notas de Leitura
Promotores e promovidos: «Le secret de l'unité de santé, les agents de santé de base et les matrones en Guinée-Bissau», de *Marie-José Burnier*, crítica de *Raúl Mendes Fernandes*

Soronda nº 14 • Julho 1992

- * Um olhar sobre o sistema alimentar balanta: o caso das tabancas de Mato Farroba e Cantone, *Faustino Imbali*
- * A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973, *Carlos Cardoso*
- * Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições económicas e sociais das mulheres da zona rural, *Gertrud Achinger*
- * Os conceitos de etnia e classes sociais: uma primeira aproximação dos instrumentos de análise à realidade africana, *Carlos Franco Liberato*

- * As consoantes pré-nasalizadas do crioulo da Guiné-Bissau, *Hildo Honório de Couto*
- * Documentos
Relatório do Residente de Cacheu em 1911, introdução de *Peter Karibe Mendy*
- * Notas de Leitura
«3 N'kurbados» de *Fernando Júlio*. Crítica de uma banda desenhada em kriol, *Alain Kihm e Jean-Louis Rougé*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 15 • Janeiro 1993

- * O desafio da afirmação do português como língua de comunicação internacional, *Jorge Cabral*
- * O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa, *Patrick Chabal*
- * Autonomia burocrática, política económica e política num Estado 'suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial, *Joshua B. Forrest*
- * Chefes de posto e chefes da terra: dinâmicas de dominação e autodeterminação na região de Cacheu, *Eve L. Crowley*
- * Breve notícia da Revolução Triunfante, *Teresa Montenegro*
- * Notas de Leitura
Amílcar Cabral, 20 anos depois: «Amílcar Cabral's revolutionary practice. A critical guide», de *Ronald Chilcote*, crítica de *Carlos Lopes*
África e a recusa do desenvolvimento: um pensamento controverso. «Et si l'Afrique refusait le développement», de *Axelle Kabou*, crítica de *T. Bruno Mukendi*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 16 • Julho 1993

- * A herança colonial e o desafio da integração, *Peter Karibe Mendy*
- * Partido único e poderes tradicionais, *Raúl Mendes Fernandes*
- * Os desajustes do Programa de Ajustamento Estrutural, *Filomena Embaló*
- * A tensão entre a escrita e a oralidade, *Wilson Trajano Filho*
- * A ajuda económica como instrumento político: uma perspectiva histórica, *Fafali Koudawo*
- * Agricultura e resistência na história dos Balanta-Bejaa, *Cornélia Giesing*
- * Documentos
Ofício do Comandante de Farim à Secretaria do Governo da Guiné (1895), introdução de *Peter Karibe Mendy*
- * Notas de Leitura
«Bissau - Estratégias de sobrevivência numa cidade da África Ocidental», de *Josef Ernst Kasper*, crítica de *Johannes Augel*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 17 • Janeiro 1994

- * Homenagem a Manuel Nassum, *Peter Karibe Mendy*
- * A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil, *Carlos Cardoso*
- * Processo democrático na Guiné-Bissau, *Raúl Mendes Fernandes*
- * Política linguística pós-colonial: ruptura ou continuidade?, *Manuel Nassum*
- * Ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, *Renato Aguilar e Mário Zejân*
- * A ausência de capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o regime do Estado Novo, *Rosemary E. Galli*
- * Padre Henrique Lopes Cardoso, um sacerdote guineense digno de ser conhecido, *João Dias Vicente*

- * Documentos
Correspondência sobre o Padre Henrique Lopes Cardoso (1884-1902), *João Dias Vicente*
- * Notas de Leitura
«Mulher, ritual e poder. Análise das relações entre homens e mulheres nos Jola-Baiote na Guiné-Bissau», de *Anja Peleikis*, crítica de *Johannes Augel*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 18 • Julho 1994

- * A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos, *Carlos Lopes*
- * Ponteiros na Guiné-Bissau: o processo de concessão de terras, 1879-1991, *Mário Espinosa*
- * Provérbios crioulos: a arquitectura das imagens, *Teresa Montenegro*
- * Invisíveis e liminares: a sociedade crioula e os seus heróis, *Wilson Trajano Filho*
- * A prosa literária na Guiné-Bissau, *Moema Parente Augel*
- * Toponímia e língua baynunk como indicadores da história de Casamansa antes do século XVI, *Charles de Lespinay*
- * Documentos
Auto de Aquisição da Ilha de Orango (1861), introdução de *Raúl Mendes Fernandes*
- * Notas de Leitura
«Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau» (coord. *Faustino Imbali*), crítica de *Åsa Stenman*
- * Actividades do INEP

Soronda nº 19 • Janeiro 1995

- * Os primeiros guineenses em Cuba, *David González*
- * Relações de género e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau, *Philip J. Havik*
- * Algumas definições de programas de língua de ensino em situações de multilinguismo, *Gustavo Callewaert*
- * Uma experiência de integração da educação na Guiné-Bissau, *Luiz de Sena*
- * Educação e teorias de desenvolvimento: o que há de novo?, *Fafali Koudawo*
- * Documentos
Dez anos do INEP, *M. Cahen, R. Chilcote, L. Rudebeck, C. Lopes, G. Achinger, A. Kihm, J. Vicente, D.L. Handem, R.M. Fernandes, S. Sané, R. Galli, P. Chabal, H.H. do Couto, C.C. Maretti*
- * Notas de Leitura
À procura do Cristo mancanha: «L'humanité du Christ», de *Domingos da Fonseca*, crítica de *Fafali Koudawo*
«Os bairros de Bissau: Planejamento urbano, habitação e auto-construção», de *Cláudio C. Acioly Jr.*, crítica de *Johannes Augel*

Soronda nº 20 • Julho 1995

- * Editorial: Dez anos da Soronda
- * Reler Cabral vinte anos depois, *Lars Rudebeck*
- * A questão da etnicidade e a origem étnica dos Mancanhas, *Mamadú Jao*
- * Fyere Yaabte: um movimento terapêutico de mulheres na sociedade balanta. Uma comparação com o movimento Kiyán-yan, *Inger Callewaert*
- * Contradições entre linhagens dominantes e classes de idade nos Bijagó, *Raúl Mendes Fernandes*

- * A propósito da formação dos crioulos de Cabo Verde e da Guiné, *Jean-Louis Rougé*
- * Basta! - Para um diagnóstico alternativo da crise africana, *Carlos Lopes*
- * Notas de Leitura
«À procura dos outros», de *Paul Akkerman*, crítica de *Roy van der Drift*
- * Actividades do INEP

Nova Série, nº 1 • Janeiro 1997

- * A relevância do pensamento de Cheikh Anta Diop na África lusófona: o caso da Guiné-Bissau, *Peter Karibe Mendy*
- * Analfabetismo na Guiné-Bissau: Kamiñu lunju inda, *João José Silva Monteiro*
- * Sana Dimba Jata de Sansanhoto e a resistência contra a ocupação portuguesa no Oio (1913), *Cornélia Giesing*
- * O surgimento da prática ritual Kiyang-yang na forma de vida balanta, *Inger Callewaert*
- * Dynamique des pouvoirs magico-religieux des femmes Manjak de Canchungo (Guinée-Bissau) émigrées à Ziguinchor (Sénégal), *Maria Teixeira*
- * Notas de Leitura
«Trabalho e álcool: a dinâmica do cultivo de arroz e a autoridade dos grandes nos Balanta Brassa na Guiné-Bissau», de *Roy van der Drift*, crítica de *Philip J. Havik*
- * Actividades do INEP

Nº Especial 7 de Junho • Dezembro 2000

- * A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra?, *Caterina Gomes Viegas e Fafali Koudawo*
- * Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau, *Tcherno Djaló*

-
- * Democracy: legitimate warfare in Guinea-Bissau, *Roy van der Drift*
 - * O conflito político-militar de 7 de Junho: a crise de legitimação, *Fodé Abulai Mané*
 - * Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau, *Carlos Cardoso*
 - * Uma leitura do conflito guineense, *Mamadú Jao*
 - * A tragédia de Junho de 1998. Factos e comentários, *Leonardo Cardoso*
 - * La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises, *Fafali Koudawo*
 - * O impacto do levantamento político-militar na Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, *Justino Biai*
 - * O impacto do conflito político-militar sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, *Samba Sané*
 - * La guerre en son contexte: histoire d'une erreur politique, *Gérald Gaillard*
 - * Notas de Leitura
A guerra desenhada: «Lutu na Polon di Brá» e «Panha ku Mon», de *Fernando Júlio*, crítica de *Fafali Koudawo*.

Participaram neste número:

Mamadú Jao
Leonardo Cardoso
Aristides Ocante da Silva
Hjalte Tin
Gérald Gaillard

Microedição

Teresa Montenegro

Capa

Katalá

Impressão

Novagráfica

Tiragem

1000 exemplares

Pedidos a:

Serviço de Publicações
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Complexo Escolar 14 de Novembro
Caixa Postal 112 - Bissau
República da Guiné-Bissau
Telefones: (245) 251868
Fax: (245) 251125
E-mail: inep@sol.telecom.gw

Edição financiada pela SAREC